Aline Figueiredo de Albuquerque

A questão habitacional em Curitiba:
o enigma da “cidade-modelo”

Dissertação apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São
Paulo para a obtenção do título de Mestre em
Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Habitat

Orientador: Prof. Dr. João Sette Whitaker
Ferreira.

São Paulo

2007

AGRADECIMENTOS

Certamente o desenvolvimento do meu mestrado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP não teria sido possível sem a ajuda e o apoio de muitas pessoas queridas. Aqui, na impossibilidade de nomear todas elas, me restringirei aquelas que acompanharam de perto este processo extremamente rico de amadurecimento acadêmico pelo qual passei nesses quase três anos de estudos.

Inicialmente agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP pela bolsa de mestrado. Sem a bolsa esta dissertação não teria sido realizada.

Agradeço ao meu orientador e amigo Prof. Dr. João Sette Whitaker Ferreira por ter confiado em mim e, mesmo sem me conhecer, ter aceitado me orientar. Por ter me aproximado da temática da *ideologia*, até então uma desconhecida para mim. Por ter se apaixonado pelo meu projeto e ter me incentivado a desenvolvê-lo durante todo o período do mestrado. Incontáveis foram as orientações e conversas. Não tenho como agradecer o esforço por você realizado para suprir as dificuldades em orientar uma estudante que residia fora de São Paulo, na distante “cidade-modelo”. Obrigada!

Agradeço aos professores do mestrado, em especial ao Prof. Dr. Flávio Villaça e ao Prof. Dr. Nabil Bonduki pelas contribuições valiosas na banca de qualificação.

Agradeço a todos os meus colegas do mestrado, em especial aos orientandos do João, pelo convívio precioso que tivemos durante as orientações coletivas, disciplinas, cursos e conversas.

Agradeço aos técnicos da COHAB-CT pelo fornecimento de informações indispensáveis a realização desta pesquisa. Em especial ao Polucha e a minha amiga querida (e agora vizinha) Melissa Belló. Obrigada pelo apoio e pelo tempo dedicado na procura e sistematização de dados e informações sobre a Política Habitacional de Curitiba e à Melissa obrigada pela tradução para o inglês.

À Regina Araújo, colega e amiga, agradeço por ter me apoiado na decisão de realizar o mestrado, pelo fornecimento de informações sobre a Região Metropolitana de Curitiba e por estar sempre ao meu lado.

Agradeço a Angela Pilotto e a Simone Polli por terem acompanhado de perto as angústias de uma mestranda estressada. E mesmo de longe (Curitiba, São Paulo ou Rio de Janeiro) estarem tão presentes no desenvolvimento do meu trabalho. Devo muito a vocês duas. Espero poder retribuir em dobro no desenvolvimento de suas pesquisas.

Agradeço as Professoras Dra. Gislene Pereira e MSc. Madianita Nunes da Silva. À Gislene por ter acompanhado minha formação, desde a graduação, por ter me incentivado em

todas as minhas atividades profissionais e acadêmicas, sempre terei uma dívida enorme contigo. À Madianita pela experiência maravilhosa vivenciada na disciplina sobre espaço e moradia ofertada na UFPR. Obrigada pela oportunidade que vocês me deram.

Agradeço a Hilma de Lourdes Santos (MNLM) e a Luci Ribeiro Valente (FLPRU) pelos depoimentos valiosos sobre a questão da moradia em Curitiba. Espero que este trabalho, em alguma medida, possa contribuir na luta cotidiana que vocês têm liderado na Região Metropolitana de Curitiba.

Agradeço à Ambiens Sociedade Cooperativa, aqui entendida pelo conjunto pessoas que fazem essa cooperativa existir, por ter possibilitado meu afastamento para realização do mestrado. Agradeço a vocês por terem feito (e por fazerem) parte da minha vida. Certamente aqui faltarão palavras para expressar o que devo a vocês. O convívio do trabalho coletivo, criativo, democrático e necessariamente conflituoso, é um aprendizado que levarei para o resto da minha vida.

Agradeço especialmente a minha família (meu pai, minha mãe e minha irmã) por sempre ter me apoiado em todas as minhas escolhas.

Por fim o agradecimento certamente mais difícil. Agradeço ao Marcos, meu companheiro, meu amigo, meu parceiro e, claro, o meu leitor mais rigoroso. Agradeço por ter ouvido e discutido diariamente essa dissertação, mesmo quando já não agüentava mais o assunto. Agradeço a você por simplesmente existir e *ser* parte da minha vida. E por *ser* sempre presente mesmo quando *estava* (fisicamente) ausente.

“Cidades das quais somos cidadãos são cidades nas quais queremos intervir, que queremos construir, reformar, criticar e transformar. Elas não podem ser deixadas intocadas, implícitas, ignoradas. Manter intocado o imaginário de sua própria cidade é incompatível com um estudo (ou um projeto) de transformação social. Cidades que permanecem cristalizadas em imagens passadas que temos medo de tocar não são cidades que habitamos como cidadãos, mas cidades de nostalgia, cidades com que sonhamos. As cidades (sociedades, culturas) em que vivemos estão, como nós mesmos, mudando continuamente. Elas são cidades para serem refletidas, questionadas, mudadas. São cidades com as quais nos envolvemos”.

Teresa Pires do Rio Caldeira, “Cidade de Muros”, 2000.

RESUMO

A *idéia* de que a cidade de Curitiba se distingue das demais metrópoles do país, sendo internacionalmente considerada uma “capital de primeiro mundo”, baseia-se no pressuposto de que a cidade foi objeto de uma experiência supostamente exitosa de planejamento urbano. Essa *idéia* e a *imagem* de “cidade-modelo” têm sido veiculadas por um *discurso* que tem sido reproduzido nos quatro cantos do país e do mundo. A observação do conteúdo de algumas falas portadoras desse *discurso*, produzidas em diferentes períodos históricos, mostra que ele não faz referência à *questão habitacional* de Curitiba para legitimar a *idéia* de “sucesso” do planejamento curitibano. O presente trabalho desenvolve algumas reflexões acerca dessa *lacuna* no *discurso* da “cidade-modelo”. Para tanto recupera a *questão da habitação* a partir da abordagem de dados empíricos sobre a problemática habitacional da cidade e do resgate histórico da Política Habitacional do Município. A análise identifica que o *discurso* da “cidade-modelo” se constitui em um *discurso ideológico* – por natureza *lacunar* – na medida em que sua elaboração e sua reprodução dependeram da omissão da questão da habitação em seu conteúdo.

ABSTRACT

The *idea* that the city of Curitiba distinguishes itself from the other Brazilian metropolis, being internationally considered “first world capital”, is based on the premise that the city was object of a supposedly successful experience of urban planning. These *idea* and *image* of “model city” have been broadcasted by a *discourse* that has been reproduced all around the country and the world. The observation of some speeches’ contents which carry this *discourse*, produced at different times, discloses that it do not refers to the Curitiba’s *housing issue* in order to legitimate the *idea* of “success” of Curitiba’s planning. The present paper develops some thoughts around this *gap* in the “model cit” *speech*. In order to do this it restores the *housing issue* from an empiric data approach about cities’ housing problematic and from an historical approach of the Local Housing Policy. The analysis identifies that the “model city” discourse constitutes an *ideological discourse* – naturally with *gaps* – to the extent that its formulation and reproduction have relied on the omission of the housing issue in its content.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Curitiba exemplo para megacidades.....	25
Figura 2.	Paraná exporta “soluções urbanas”.....	26
Figura 3.	Lerner fala sobre Urbanismo na ONU.....	27
Figura 4.	Curitiba, modelo de desenvolvimento.....	27
Figura 5.	Curitiba, referência para cidades da Ásia.....	28
Figura 6.	Amo muito Curitiba.....	34
Figura 7.	Programa “parceria com a iniciativa privada”.....	92

LISTA DE FOTOS

Foto 1	Rua XV de Novembro	31
Foto 2	Setores Estruturais	32
Foto 3	Estação Tubo	33
Foto 4	Ópera de Arame.....	35
Foto 5	Universidade Livre do Meio Ambiente.....	35
Foto 6	Favela Parolin.....	59
Foto 7	Favela Bom Menino	59
Foto 8	Favela Cajuru 2.....	60
Foto 9	Favela Uberlândia.....	60
Foto 10	Favela Lorena	60

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.	Evolução do número de domicílios em Ocupações Irregulares em Curitiba ...	46
Gráfico 2.	Evolução do número de áreas de Ocupação Irregular em Curitiba	46

LISTA DE MAPAS

Mapa 1.	Região Metropolitana de Curitiba: Núcleo Urbano Central.....	50
Mapa 2.	Espacialização das Ocupações Irregulares – NUC (1999).....	51
Mapa 3.	Espacialização das Ocupações Irregulares – Curitiba (1976)	52
Mapa 4.	Espacialização das Ocupações Irregulares – Curitiba (2000)	53
Mapa 5.	Espacialização das Ocupações Irregulares e da Renda – Curitiba (2000).....	55
Mapa 6.	Taxa de crescimento dos domicílios em <i>ocupações irregulares</i> (1991-96).....	56
Mapa 7.	Taxa de crescimento dos domicílios em <i>ocupações irregulares</i> (1996-2000).....	57
Mapa 8.	Distribuição espacial da ação habitacional do Município de Curitiba	101

Mapa 9.	Espacialização da <i>lacuna</i> da questão habitacional	126
---------	---	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.	Intervenção do Estado brasileiro em favelas	69
Quadro 2.	Cronologia da Política Habitacional de Curitiba (1964-2000).....	70
Quadro 3.	Loteamentos em “parceria” com a iniciativa privada: parâmetros e valores ...	89
Quadro 4.	Inscrição da <i>questão habitacional</i> no processo de constituição do <i>discurso</i> da “cidade-modelo”	116

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	Domicílios em Aglomerados Subnormais: Curitiba e São Paulo.....	43
Tabela 2.	Município de Curitiba: taxas de crescimento anual dos domicílios e dos domicílios em ocupações irregulares.....	44
Tabela 3.	Município de Curitiba: incremento domiciliar total e em ocupações irregulares.	45
Tabela 4.	Município de Curitiba: evolução das ocupações irregulares (áreas e domicílios)	47
Tabela 5.	Município de Curitiba: participação dos domicílios irregulares no total dos domicílios da “cidade-modelo”	48
Tabela 6.	Grande Curitiba: taxa de crescimento dos domicílios em ocupações irregulares	49
Tabela 7.	Município de Curitiba: distribuição das ocupações irregulares por regional administrativa	54
Tabela 8.	Município de Curitiba: distribuição dos domicílios irregulares por bairro (1991, 1996 e 2000).....	61
Tabela 9.	Política de Desfavelamento: domicílios e população removida – 1974/79.....	77
Tabela 10.	Município de Curitiba: favelas, domicílios e população favelada – 1971/1982 77	
Tabela 11.	Distribuição da produção habitacional por programa (1970-2000).....	99
Tabela 12.	Distribuição da produção habitacional <i>real</i> por programa (1970-2000)	99
Tabela 13.	Produção habitacional do Município por regional e por período	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH – Banco Nacional de Habitação

CIC – Cidade Industrial de Curitiba

COHAB-CT – Companhia de Habitação de Curitiba

COHAPAR – Companhia de Habitação do Estado do Paraná

COMEC – Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba

FMH – Fundo Municipal de Habitação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

ONU – Organização das Nações Unidas

PNUD – Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas

PPU – Plano Preliminar de Urbanismo

PT – Partido dos Trabalhadores

RMC – Região Metropolitana de Curitiba

SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo

UIA – União Internacional dos Arquitetos

SUMARIO

INTRODUÇÃO	12
1 CAPÍTULO I – CURITIBA “CIDADE-MODELO”: o discurso veiculador da imagem da cidade	17
1.1 Introdução	17
1.2 Cidade-planejada: o papel do planejamento urbano no <i>discurso</i> da “cidade-modelo” 20	
1.3 Os elementos constitutivos do <i>discurso</i> da “cidade-modelo”	30
1.4 A ausência da <i>questão habitacional</i> no <i>discurso</i> da “cidade-modelo”	36
2 CAPÍTULO II – A CIDADE OCULTADA: a produção informal do espaço e da moradia em Curitiba	39
2.1 Introdução	39
2.1.1 Parênteses: notas sobre os conceitos e fontes utilizados	40
2.2 A “cidade-modelo” inscrita na realidade brasileira	42
2.3 A evolução das <i>ocupações irregulares</i> em Curitiba.....	43
2.3.1 As <i>ocupações irregulares</i> na Região Metropolitana de Curitiba	48
2.3.2 Distribuição espacial das <i>ocupações irregulares</i> na “cidade-modelo”	52
2.4 Considerações acerca da <i>cidade oculta</i>	57
2.4.1 IMAGENS: Curitiba, a cidade oculta	59
3 CAPÍTULO III – A POLÍTICA HABITACIONAL DE CURITIBA	63
3.1 Introdução	63
3.2 A Política de Habitação de Curitiba: um breve histórico	64
3.2.1 A Política de Habitação de Curitiba inscrita no contexto nacional	66
3.2.2 Primeira Fase (1964-1979) – remoção de favelas	71
3.2.3 Segunda Fase (1980-1990) – urbanização, regularização e produção de lotes	78
3.2.4 Terceira Fase (1990-2000) – “parcerias” com a iniciativa privada	84
3.3 A Produção de Habitação da COHAB-CT (1970-2000).....	96
3.3.1 Distribuição da produção habitacional da COHAB-CT por programas.....	98
3.3.2 Distribuição espacial da produção habitacional da COHAB-CT	100
3.4 O trinômio loteamento periférico – casa própria – autoconstrução.....	103
4 CAPÍTULO IV – QUESTÃO HABITACIONAL, DISCURSO E IDEOLOGIA ..	106
4.1 A imagem	106
4.2 O <i>negativo</i> da imagem: o problema da habitação.....	108

4.3	A ação corretiva do problema: a Política Habitacional de Curitiba	112
4.4	A <i>ausência</i> da questão habitacional no <i>discurso</i> da “cidade-modelo”	117
4.5	A funcionalidade da <i>lacuna</i> da questão da habitação.....	120
4.6	Pistas para novas pesquisas	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		130
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		132
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA		137
ANEXOS		141

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de um processo de amadurecimento teórico ocorrido nos dois anos e oito meses em que realizei o curso de mestrado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. O formato da nossa pesquisa passou por diversos reparos até chegar à estrutura aqui apresentada. Nesse percurso de dúvidas, angústias e incertezas, uma questão para nós sempre esteve clara: a vontade de abordar a *questão da habitação* na cidade brasileira que ficou internacionalmente conhecida por seu sucesso no campo do planejamento urbano: Curitiba, capital do Estado do Paraná.

A motivação deste trabalho foi, desde o princípio, a percepção, constatada na minha vivência cotidiana concreta, de que a cidade de Curitiba era muito mais do que o *discurso* da “cidade-modelo” afirmava ser. Sobretudo no que diz respeito às complexidades da produção do espaço urbano na periferia do capitalismo. As *imagens* de “capital de primeiro mundo”, “cidade planejada”, “capital ecológica” e “capital da qualidade de vida”, não combinavam com a realidade que estávamos acostumados a presenciar diariamente na capital paranaense.

O contato direto com a problemática da habitação na cidade – com as populações que vivem cotidianamente imersas numa realidade urbana muito diferente do “modelo” curitibano internacionalmente propagandeado – e a reflexão realizada, no âmbito do mestrado, sobre a temática da *ideologia*, levou-me – inicialmente – a demarcar, como objetivo principal deste estudo, o evidenciamento do abismo presente entre a *imagem* de Curitiba, veiculada pelo *discurso* da “cidade-modelo”, e a realidade da cidade, marcada pela produção informal do espaço e da moradia¹.

Situarmos a problemática da pesquisa no campo da *ideologia* nos exigiu a escolha de um método que explicitasse as *contradições* entre a *imagem* “modelo” de Curitiba – veiculada pelo *discurso* – e a realidade habitacional conflituosa da cidade. Desta forma buscamos inicialmente apresentar a *imagem da cidade*, tal e qual ela se mostrava no *discurso* da “cidade-modelo”, para, na sequência, investigar a realidade de Curitiba. Assim, o primeiro

¹ Ferreira (2005) destaca, que no Brasil, o termo *informalidade urbana* tem significado “habitações de favelas, cortiços e loteamentos clandestinos”. Para o autor, tal termo “diz respeito à inadequação físico-construtiva e ambiental da habitação e/ou do entorno – construções precárias, terrenos em áreas de risco ou de preservação ambiental, área útil insuficiente para o número de moradores, etc., à ausência de infra-estrutura urbana – saneamento, água tratada, luz, acessibilidade viária, etc., ou ainda à ilegalidade da posse da terra ou do contrato de uso.”

passo deste trabalho foi descrever e apresentar o conteúdo do *discurso* da “cidade-modelo”, delimitando seus *elementos constitutivos*².

Neste processo investigativo identificamos que o *discurso* veiculador da *imagem* da cidade, ao buscar coincidir a *imagem* “modelo” da cidade com sua realidade concreta, apresentava uma lacuna: não fazia qualquer referência à **questão habitacional** de Curitiba. Em outras palavras, entre os *elementos* que eram alçados no *discurso*, de maneira mais recorrente, como “prova” de que o planejamento urbano em Curitiba “deu certo”, não aparecia nenhuma prática ou intervenção levada a cabo no campo da habitação.

Diante dessa constatação emergiram algumas indagações. A não-referência à questão da habitação no *discurso* da “cidade-modelo” seria sinal indicativo de que não teriam sido realizadas intervenções em Curitiba no sentido de enfrentar o problema da habitação? A percepção inicial de que o *discurso* falava de uma cidade que não condizia com a realidade de Curitiba, por nós vivenciada, estava equivocada? Seria essa realidade conflituosa, percebida por nós, uma parcela irrelevante na totalidade da cidade, de tal forma que o problema da moradia fosse pouco significativo e, por isso, talvez, a cidade não tivesse sido palco de uma política habitacional?

Ora, sabíamos que o *discurso* veiculador da *imagem* de Curitiba fora historicamente construído (SÁNCHEZ, 1993). Se esse *discurso* não fazia referências à questão habitacional, seria então porque essa questão não teria sido pauta das ações realizadas pelo Poder Executivo Municipal no período em que foram constituídas as bases do *discurso* da “cidade-modelo”? Ou, ainda, por que, nesse mesmo período, a cidade de Curitiba não apresentara problemas habitacionais relevantes?

À medida que fomos elaborando essas indagações, relativas à ausência da habitação no *discurso* da “cidade-modelo”, conseguimos delimitar, de maneira mais precisa, nosso objeto de estudo. Assim, definimos que deveríamos pesquisar, além dos elementos conformadores do *discurso* da “cidade-modelo”, a questão habitacional de Curitiba no período correlato ao processo de construção e consolidação do *discurso* da “cidade-modelo”. Desta forma, buscamos explicitar a questão habitacional de Curitiba no período em que o *discurso* da “cidade-modelo” se constituiu e se desenvolveu, sendo disseminado pelo país e pelo mundo, sem fazer qualquer referência à questão da habitação (1970 a 2000)³.

² No capítulo 1 iremos explicar o que se entende por *elementos constitutivos*, a princípio basta dizer que são os elementos que compõem o *discurso* da “cidade-modelo”.

³ A definição dessa periodização pautou-se essencialmente nos eventos históricos que deflagraram a construção da *imagem* da “cidade-modelo” (SÁNCHEZ, 1993). Na sequência deste trabalho expusemos os motivos que nos levaram a demarcar esse período como recorte histórico de nosso estudo.

No decorrer do trabalho pudemos identificar não só a existência de um problema habitacional em Curitiba (1970 a 2000), como também, surpreendentemente, a existência de ações realizadas pela Prefeitura Municipal no sentido de enfrentar tal problemática.

O resgate da questão da habitação em Curitiba foi fundamental para (i) trazer à tona uma temática pouco pesquisada na cidade “modelo”; (ii) evidenciar o distanciamento da “cidade” veiculada pelo *discurso* e a realidade da capital paranaense; como também (iii) direcionar luz a alguns aspectos que nos pareceram explicativos da *lacuna* do *discurso* da “cidade-modelo”.

Verificamos que o mascaramento – a *lacuna* – do problema da habitação, bem como, da Política Habitacional de Curitiba, foi funcional ao *discurso* da “cidade-modelo”, na medida em que, enquanto o *discurso* difundia a *idéia* de que em Curitiba o planejamento urbano havia dado certo, a questão habitacional evidenciava, porém que Curitiba, como qualquer cidade brasileira, não havia fugido ao padrão de crescimento urbano desigual, à periferização da população de baixa renda e ao processo de favelização. Escamotear tal realidade era, portanto vital a difusão da imagem de uma “cidade-planejada”.

A Política Habitacional de Curitiba, por sua vez, tal e qual a maioria das iniciativas do Estado brasileiro no setor habitacional – embora tenha existido e evoluído ao longo do tempo – não fez frente ao paradigma hegemônico de localizar os pobres nas regiões mais distantes e menos urbanizadas da cidade. Mais do que isso, a exemplo de outras cidades do país, tal política exacerbou o processo de segregação da população pobre, o que, em alguma medida, como mostraremos neste trabalho, contribuiu para a reprodução do *discurso* da “cidade-modelo”.

Esta dissertação busca, portanto, mostrar a questão habitacional de Curitiba e inscrevê-la no processo de construção e de reprodução de um *discurso* que tem mantido viva a *idéia* de que o planejamento urbano curitibano foi capaz de transformar uma metrópole da periferia do capitalismo em uma “capital de primeiro mundo”. Para tanto estruturamos o presente trabalho em quatro capítulos.

No **Capítulo 1** apresentamos e descrevemos o *discurso* da “cidade-modelo”. Apontamos seus elementos constitutivos, a *idéia* principal que por ele tem sido – historicamente – veiculada e, por fim, evidenciamos a *ausência* da questão habitacional em seu conteúdo. Nele pudemos observar que a convicção de que Curitiba se destacou das demais capitais do país, devido a sua experiência de planejamento urbano, se deu de maneira desvinculada/apartada dos processos de produção e de apropriação da moradia na cidade.

No **Capítulo 2** revelamos o problema habitacional de Curitiba, em especial a problemática das ocupações irregulares, mostrando que a “cidade-modelo”, ao contrário do que se *imagina* e do que *diz* o *discurso*, está muito longe de poder ser considerada uma “capital de primeiro mundo”. Através de evidências empíricas, apresentamos o problema, sua dimensão, seu crescimento e sua localização na “cidade-modelo”.

O **Capítulo 3**, por sua vez, foi dedicado à recuperação da história da Política Habitacional de Curitiba. Nele apresentamos e analisamos as principais ações realizadas pelo Poder Executivo Municipal no setor da habitação, inscrevendo-as, sempre que possível, no processo de produção e de consolidação do *discurso* da “cidade-modelo”. Além disso, desenvolvemos uma análise sobre a produção habitacional do município quando pudemos verificar as opções adotadas pela política do município, tanto no que se referiu ao tipo de unidade produzida quanto no que se referiu a sua localização no espaço da cidade.

No último capítulo (**Capítulo 4**) procuramos identificar os elos entre os conteúdos trabalhados nos três capítulos anteriores. Ou seja, buscamos relacionar o *discurso* da “cidade-modelo” com a questão da habitação que foi, por ele – historicamente – ocultada. Para tanto nos ancoramos teoricamente na temática da ideologia, em especial na do *discurso ideológico* (CHAUÍ, 2006). A partir desse referencial teórico pudemos levantar algumas questões que parecem elucidar a relação velada entre a questão habitacional e a *idéia* de que em Curitiba o planejamento urbano “deu certo”.

Cabe ressaltar que, mais do que trazer respostas conclusivas à problemática, por nós colocada, procuramos – neste trabalho – inaugurar um debate que até então parecia não ter encontrado espaço na “cidade-modelo”. E, mais do que criticar a fala do *discurso* da “cidade-modelo”, buscamos analisá-lo – criticamente – a partir do conteúdo que por ele não foi (e não é) dito, pois, como afirma Terry Eagleton, as *ideologias* “podem ser, por exemplo, muito verdadeiras no que declaram, mas falsas naquilo que negam [...]” (1997, p. 19).

Por fim, cabe ressaltarmos que, por trabalharmos com a questão da ideologia, sabemos que, por mais que busquemos nos desvencilhar dela, seria necessariamente *ideológico* afirmar que este trabalho, por se enquadrar em uma categoria acadêmica e científica, estaria completamente isento de ideologias. E, embora este trabalho não esteja isento de ideologia, certamente ele buscou trilhar um caminho no sentido de superá-la.

A ciência é um conhecimento que se expande, que se aprofunda e se revê, se corrige, continuamente. Ela também é histórica, não pode pretender situar-se acima da história, não pode pretender escapar às marcas que o fluxo da história, a cada momento, imprime nas suas construções. Por isso, não é razoável tentar promover uma contraposição rígida entre ciência e ideologia. “Na realidade” – escreveu

Gramsci – “a ciência também é uma supra-estrutura, uma ideologia” (KONDER, 2002, p.105).

1 CAPÍTULO I – CURITIBA “CIDADE-MODELO”: O DISCURSO VEICULADOR DA IMAGEM DA CIDADE

1.1 Introdução

Curitiba tornou-se conhecida nacional e internacionalmente pelo *aparente* bom resultado do planejamento urbano praticado no Município. A *imagem* disseminada da cidade está intrinsecamente vinculada ao planejamento urbano; ela seria produto da técnica, da inovação e da criatividade dos planejadores locais. Algumas das imagens mais conhecidas de Curitiba são as de “cidade modelo”, “capital de primeiro mundo”, “cidade planejada”, “capital ecológica”, “capital da qualidade de vida”, entre outras.

Curitiba hoje *aparece* como referência em planejamento urbano. O planejamento urbano lá implementado *parece* estar imune/ileso às críticas formuladas por diversos autores sobre os resultados do planejamento urbano brasileiro, de matriz modernista/funcionalista, amplamente difundido nos municípios brasileiros, em especial no período da ditadura militar⁴. A pouca produção crítica em relação à experiência curitibana de planejamento é, ao mesmo tempo, produto e produtora de um processo histórico de “construção da imagem da cidade” (SÁNCHEZ, 1993). A *idéia* da “cidade que deu certo” está de tal forma enraizada no *imaginário* social que obstaculizou a construção de leituras alternativas da cidade, por parte da Academia, dos profissionais de planejamento e dos cidadãos de Curitiba, fato que, por sua vez, tem legitimado e reforçado a *imagem* da cidade.

O *discurso* portador e veiculador dessa *imagem* “modelo” de Curitiba tem sido reproduzido pela mídia local, nacional e internacional, e tem estado presente nas falas do cidadão curitibano mais comum e nos pronunciamentos como, por exemplo, de representantes do Banco Mundial.

Michael Cohen, em 1992, quando então ocupava a cadeira de chefe do departamento de desenvolvimento urbano do referido banco, em uma reportagem de página

⁴ Sobre o tema, recomendamos a leitura das obras: FERREIRA, João S. W. *A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil*. Publicado em Anais do Simpósio “Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização”, UNESP Bauru e SESC Bauru, 21 a 26 de agosto de 2005; MARICATO, Ermínia. *Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana*. São Paulo: Vozes, 2001; _____. *Metrópole na Periferia do Capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996; _____. “As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil”. In: ARANTES, Otília B., MARICATO, Ermínia e VAINER, Carlos. *O Pensamento Único das Cidades: desmanchando consensos*, Petrópolis: Vozes, Coleção Zero à Esquerda, 2000; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz, e CARDOSO, Adauto Lucio. “Planejamento urbano no Brasil: paradigmas e experiências”. In: *Espaço & Debate*, nº 37, Ano XIV, Neru/FAU-USP, São Paulo, 1994; VILLAÇA, Flávio. “Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil”. In: DEÁK C. e SCHIFFER, S. *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo, Edusp/Fupam, 1999.

inteira publicada naquele ano pelo The Wall Street Journal, afirmou que Curitiba era “uma cidade-modelo para o Primeiro Mundo, não apenas para o Terceiro”⁵.

Em 1989, Alan Jacobs, arquiteto americano da Universidade de Berkeley, Califórnia, em sua passagem pelo país, afirmou que “Curitiba é não apenas a melhor cidade para se viver da América Latina como uma das poucas cidades do mundo que fizeram grande esforço para melhorar a qualidade de vida de seus habitantes” (Estado de São Paulo, 14 de março de 1989, apud SÁNCHEZ, 1993, p. 116). Mais recentemente, em 2005, Fritjof Capra – cientista austríaco internacionalmente conhecido – esteve em Curitiba e afirmou ter ficado impressionado com o que viu na capital do Estado do Paraná. Segundo ele, Curitiba “é uma cidade modelo para o mundo, não somente para o Brasil”⁶.

O mesmo *discurso* também pode ser verificado entre aquela população que não reside em Curitiba, mas que passou pela cidade em viagens de negócios ou de lazer, ou seja, vivenciou, em certa medida, a realidade da cidade. Em *dica do viajante*, uma seção da Revista 4 Rodas, pudemos encontrar, em relação à cidade de Curitiba, diversos depoimentos de pessoas que visitaram a “cidade-modelo” e se encantaram com seus atributos.

... **cidade de primeiro mundo**, escolhi Curitiba para viajar nas minhas férias de trabalho porque tem parques urbanos lindos. Com cerca de 2 milhões de habitantes a cidade tem um índice de criminalidade e homicídios baixos não tem aquele trânsito das grandes cidades brasileiras, ruas limpas e um clima agradável, gostei... (01/05/2007, grifos nossos)

... Curitiba é uma cidade muito linda, nem parece que estamos em nosso país, soluções urbanísticas muito bem pensadas, **cidade muito bem planejada**... (04/05/2006, grifos nossos)

... Uma **metrópole organizada**, adorei seu povo e sua educação, ouvi falar que curitiba é uma cidade modelo, realmente é: ruas limpas e parques arborizados, gostei do sistema de transporte urbano, dos shoppings. Enfim **uma cidade sem favelas** [...] Curitiba é sensacional, nossa capital Porto Alegre devia seguir esse caminho... (05/05/2007, grifos nossos)⁷

A última fala, em especial, ilustra de maneira mais explícita a problemática que o presente trabalho se propõe a abordar. Ao contrário do depoimento apresentado, Curitiba efetivamente não é uma “cidade sem favelas”. De acordo com o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), em 2005 – data anterior ao período em que foram

⁵ Trecho extraído de reportagem publicada pela Revista Veja, em 31 de março de 1993, intitulada “A capital de um país viável”. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/arquivo_veja/capa_31031993.shtml>. Acesso em: 5 set. 2007.

⁶ Disponível em: <http://www.zaz.com.br/planetanaweb/reconnectando/agrandeteia/fritjof_capra.htm>. Acesso em: 5 set. 2007.

⁷ Depoimentos constantes da seção *dica do viajante* do site da Revista 4 Rodas. Disponível em: <http://guia4rodas.abril.com.br/viajante/todas_dicas.php?paginicio=0&destino=2233>. Acesso em: 5 de set. 2007.

produzidos os depoimentos transcritos acima – o Município de Curitiba já apresentava cerca de 340 áreas de ocupação irregular⁸ onde estavam distribuídos 62 mil domicílios (IPPUC, 2005). Esses números correspondiam a uma população de aproximadamente 248 mil pessoas⁹.

O aglomerado metropolitano, por sua vez, apresentava, no ano de 1997, 753 áreas de ocupações irregulares e cerca de 81 mil unidades habitacionais localizadas nessas áreas¹⁰. Apesar das evidências concretas, Curitiba *parece* ser uma cidade sem problemas de habitação, tanto para aqueles que só a conhecem através das *imagens* quanto para aqueles que afirmam tê-la conhecido pessoalmente¹¹. Diante dessa *aparente* incógnita, questiona-se:

Como a imagem de sucesso de Curitiba atribuída a sua experiência de planejamento urbano, pôde manter-se por aproximadamente três décadas, apesar da presença concreta de formações urbanas (informais) que negam e contrariam as idéias de racionalidade, legalidade e ordem intimamente vinculadas à noção de uma cidade planejada?

No sentido de caminharmos em direção à resposta desse questionamento, faremos, neste primeiro capítulo, uma apresentação/descrição do *discurso* que historicamente tem veiculado essa *imagem* de “cidade-modelo”. Chamaremos, neste trabalho, esse *discurso* de “discurso da cidade-modelo”. Tal *discurso* se caracteriza – para nós – como aquele que busca coincidir a *imagem* de Curitiba com uma *determinada* realidade da cidade.

Para Sánchez (1993), as imagens-síntese de Curitiba,

São produzidas, sobretudo, pela seleção de **partes** do espaço urbano que, no entanto, são tornadas referências expressivas da totalidade urbana. Ocorrem, desta maneira, processos de exemplificação, seleção, inclusão e omissão de espaços e de ângulos das práticas sociais e culturais de apropriação.” (p. 157, grifo no original).

⁸ Para o IPPUC, ocupações irregulares seriam “todos os assentamentos urbanos existentes em áreas de propriedade de terceiros, sejam elas públicas ou privadas. Estas ocupações podem ser: - Assentamentos espontâneos irregulares – promovidos pela população, com ou sem liderança comunitária ou política, em terreno alheio; - Loteamentos clandestinos – promovidos pelos legítimos proprietários das áreas sem a necessária observância dos parâmetros urbanísticos e procedimentos legais estabelecidos pelas leis de parcelamento 6766/70 (Federal) e 2460/66 (Municipal)” (2005, p.3, grifos no original).

⁹ Se considerado quatro o número médio de habitantes por domicílio.

¹⁰ Dados do levantamento de campo realizado pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC) no ano de 1997. Considerou-se como *aglomerado metropolitano* o grupo de municípios da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) que, numa mancha contínua de ocupação, formam com Curitiba um fato urbano único (MOURA e KORNIN, 2005. p. 157). São eles: Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais (Mapa 1).

¹¹ A Revista Veja publicou, em 1993, os resultados de uma pesquisa sobre a cidade de Curitiba feita com 300 moradores de São Paulo, Rio de Janeiro e Bauru. Segundo a revista, 91% dos entrevistados haviam dito que já tinham ouvido falar bem da cidade e 70% acreditavam que lá as condições de vida eram melhores. Disponível em: http://veja.abril.com.br/arquivo_veja/capa_31031993.shtml. Acesso em: 5 de set. 2007.

Revelar, portanto, quais foram os elementos utilizados por esse *discurso* para realizar tal feito é para nós de suma importância, uma vez que pode estar aí um dos fatores explicativos de Curitiba *aparentar* ser uma “cidade de primeiro mundo” sem os problemas específicos das metrópoles da periferia do capitalismo.

Nesta perspectiva, buscaremos identificar, entre as falas portadoras desse *discurso*: (i) os elementos que, de maneira recorrente, são alçados – no *discurso* – com o objetivo de legitimar e disseminar a *imagem* “modelo” de Curitiba; (ii) a *idéia* principal que, no *discurso*, é veiculada; (iii) a relação estabelecida entre a *imagem da cidade* e a experiência supostamente exitosa do planejamento urbano curitibano; e, por fim, (iv) em que medida a *questão habitacional* – objeto deste trabalho – tem aparecido nas falas que têm veiculado a *imagem* da “cidade-modelo” para o Brasil e para o mundo.

No intuito de apresentar esse *discurso* foram escolhidas, como material empírico de pesquisa, as seguintes fontes: depoimentos de técnicos e políticos locais¹²; mídia impressa local e nacional; teses e dissertações acadêmicas que, em alguma medida, abordaram questões relativas à cidade de Curitiba; páginas da internet que apresentavam conteúdos sobre a cidade de Curitiba; e, publicações oficiais do Município, sobretudo aquelas produzidas pelo IPPUC, publicações que legitimam a *imagem* da “cidade-modelo” e/ou contam a história – do ponto de vista oficial – do planejamento urbano implementado na cidade.

1.2 Cidade-planejada: o papel do planejamento urbano no *discurso* da “cidade-modelo”

[...] o IPPUC e os Poderes Executivo e Legislativo do Município trabalharam em grande sintonia num incansável esforço conjunto para que Curitiba fosse uma das primeiras capitais do Brasil a adaptar seu Plano Diretor ao Estatuto da Cidade (IPPUC, 2004b, p. 7).

Com estas palavras, Jaime Lerner¹³ apresenta, sob o título: “Curitiba Planeja seus Avanços”, livro¹⁴ produzido pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

¹² Os depoimentos foram extraídos, sobretudo, da publicação feita pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), entre os anos de 1990 e 1992, numa série de oito fascículos intitulada *Memória da Curitiba Urbana*.

¹³ Arquiteto e urbanista, foi um dos membros do Grupo Local de Acompanhamento do Plano Preliminar de Urbanismo (PPU) (1965), Presidente do IPPUC no ano (1968-1969), por três vezes prefeito de Curitiba (1971-1974; 1979-1983; 1989-1992), por duas vezes governador do Estado do Paraná e, em 2002, eleito Presidente da União Internacional dos Arquitetos (UIA).

(IPPUC)¹⁵ no ano de 2004. Este documento tinha por objetivo, muito mais do que a divulgação da Lei Municipal aprovada¹⁶, renovar a *idéia* de que em Curitiba o “planejamento urbano deu certo”. No texto de abertura do documento citado, Lerner afirma que o planejamento urbano em Curitiba não só deu certo, como também sempre apresentou um caráter inovador, criativo e de vanguarda. Características que se vêm renovadas, no *discurso*, com o “pioneirismo” do IPPUC em colocar a cidade de Curitiba entre as “primeiras capitais do Brasil a adaptar seu Plano Diretor ao Estatuto da Cidade”.

Curitiba não se tornou referência internacional em planejamento urbano apenas pelo seu pioneirismo em diversas questões, mas porque suas iniciativas realmente representaram avanços práticos na vida da cidade e de sua população. O IPPUC sempre esteve na condução destes avanços, inovando na utilização e introdução de conceitos e ações que hoje são reconhecidos como instrumentos universais de urbanismo (IPPUC, 2004b, p. 7).

A convicção de que Curitiba está “sempre à frente”, no quesito planejamento urbano, fica explícita no momento em que até o próprio Estatuto da Cidade – Lei Federal que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, tido por muitos juristas e urbanistas brasileiros como um marco na Política Urbana do país – é considerado por Lerner como uma Lei que “não trazia qualquer novidade ao Município de Curitiba”, o qual, por sua vez, já vinha implementando os instrumentos regulamentados pelo Estatuto há décadas. Nas palavras do ex-prefeito,

O próprio Estatuto da Cidade tem em suas bases muitos conceitos e instrumentos já apresentados e aplicados pela capital paranaense. Conceitos como o “solo criado” e a troca de potencial construtivo para a preservação da memória e do meio ambiente foram adotados por Curitiba há várias décadas. Além disso, o Estatuto da Cidade tem claramente a visão social da propriedade, difundida em Curitiba, bem como instrumentos de estímulo às parcerias público-privadas, que nada mais são do que as equações de co-responsabilidades já praticadas em nossa cidade (IPPUC, 2004b, p.7).

O processo de planejamento urbano da capital paranaense parece distinguir-se das experiências de planejamento vivenciadas nas demais metrópoles brasileiras. Tal distinção – apontada no discurso – está no fato de que, em Curitiba, o “planejamento urbano deu certo”.

¹⁴ O conteúdo deste documento se refere ao processo recente realizado no Município de adequação do Plano Diretor de Curitiba ao Estatuto da Cidade. Além disso, faz um resgate histórico do planejamento urbano praticado pelo IPPUC desde a elaboração do PPU.

¹⁵ O IPPUC – autarquia municipal – foi criado em dezembro de 1965, tinha por objetivo a regulamentação, a implementação e o monitoramento das diretrizes do Plano Preliminar de Urbanismo.

¹⁶ Lei Municipal 11.266/2004 – “Dispõe sobre a adequação do Plano Diretor de Curitiba ao Estatuto da Cidade – Lei Federal nº 10.257/01, para orientação e controle do desenvolvimento integrado do Município”.

O planejamento urbano brasileiro, inspirado nas matrizes modernista e funcionalista, prática cuja crise foi objeto de estudo de muitos teóricos brasileiros, aparentemente não teve desdobramentos em Curitiba.

A década de 1970 caracterizou-se pela ampla disseminação da *idéia* de que o planejamento urbano seria o principal instrumento de ação do Estado brasileiro, no âmbito do Município. Foi neste período, de regime autoritário e centralizado, que se criou o Sistema Nacional de Planejamento Urbano e foram elaborados diversos Planos Diretores municipais sob coordenação e financiamento do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU)¹⁷. Para Cardoso e Ribeiro (1994), os planos urbanos elaborados nessa época, e em poucos casos implementados, seguiram – de maneira genérica – um determinado padrão. A este padrão os autores chamaram de “tecnoburocratismo desenvolvimentista”. Tal padrão, de acordo com os autores citados, caracterizar-se-ia da seguinte forma:

- a. Concepção desenvolvimentista na formulação do diagnóstico. A categoria racionalidade organiza um discurso produtor dos “problemas urbanos” (transformação tecnocrática da questão social) como disfunções do crescimento, e organiza um conjunto de medidas que se pretende consistente, traduzido na *idéia* do plano [...]
- b. O objeto da intervenção passa a ser o próprio poder, na medida em que as causas dos “problemas urbanos” são: a. os entraves políticos da gestão pública da cidade, e b. as insuficiências do desenvolvimento econômico. A modernização e a centralização administrativas são os objetivos fundamentais da ação das políticas urbanas. O plano e o processo de planejamento cumprem um papel de ordenadores e racionalizadores da ação pública sobre as cidades. A política urbana é centralizada e constrói-se a *idéia* de um sistema nacional de planejamento (CARDOSO e RIBEIRO, 1994, p. 85).

As críticas produzidas em relação aos resultados da reprodução deste modelo de planejamento nas cidades brasileiras denunciaram seu viés autoritário, tecnocrático, sua incapacidade operacional, seu distanciamento da realidade urbana brasileira e, para o professor Villaça, também sua funcionalidade ideológica (1999). Entretanto, frente a este processo, extremamente rico de reflexão sobre o planejamento urbano brasileiro, a experiência curitibana “ficou de lado”. O processo experimentado na capital paranaense, apesar de ter sido desenvolvido exatamente no período¹⁸ correlato àquele em que o

¹⁷ De acordo com Cardoso (2003) o “SERFHAU foi criado em 1964 e a partir de 1967 passa a desenvolver uma política de incentivo às prefeituras para que elaborem seus planos de desenvolvimento local integrado. Entre seus objetivos básicos figurava a modernização administrativa das prefeituras, principalmente através da criação de órgãos locais de planejamento” (nota de rodapé, p. 33).

¹⁸ O Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba foi elaborado em 1965 sob coordenação do Arquiteto Jorge Wilhelm. Em 1966, a antiga equipe do Grupo Local de Acompanhamento – grupo criado para assessorar a elaboração do PPU – à época já transformada em IPPUC, desenvolveu um trabalho de detalhamento daquele Plano, o que resultou no Plano Diretor do Município – aprovado na Câmara Municipal de Curitiba no dia 31 de julho de 1966. O período entre a aprovação do Plano Diretor (1966) e a primeira gestão de Jaime Lerner na

planejamento urbano brasileiro foi duramente criticado pelos teóricos do país, parece não ter sofrido dos mesmos “males”. Ao contrário, na visão de um dos técnicos que participou ativamente do processo de planejamento de Curitiba, Rafael Dely¹⁹,

A filosofia geral que se tentou imprimir em Curitiba foi a de dirigir o crescimento da cidade. Enquanto outras cidades vão a reboque do que acontece, de onde a iniciativa privada constrói, de onde a indústria se localiza, às vezes de modo inconveniente, gerando poluição e zonas residenciais, aqui tentamos inverter a situação. **Procuramos fazer com que o planejamento andasse na frente.** Buscamos dirigir o crescimento da cidade (IPPUC, 1990, p. 16-17, grifos nossos).

No mesmo sentido, Nestor Goulart Reis Filho irá afirmar, ao tratar do urbanismo no Brasil, que

O caso mais relevante é o de Curitiba, capital do Estado do Paraná. A partir de um trabalho de Jorge Whilheim, implantou-se o IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, sob a liderança de Jaime Lerner. Prefeito da Cidade em dois mandatos, Lerner, com sua equipe realizou um trabalho de grande amplitude, abrangendo praticamente todos os aspectos da vida local, **com uma eficiência sem paralelo no país** (Apud FARACO, 2002, p. 1, grifos nossos).

A *idéia* de que o planejamento urbano colocou a cidade de Curitiba numa condição urbana privilegiada em relação às demais metrópoles brasileiras tem sido constantemente renovada pelo discurso técnico-oficial. Para Cássio Taniguchi²⁰, “planejada a partir do cidadão, **Curitiba colhe hoje os frutos de um projeto urbano** que teve suas raízes plantadas nos anos 60” (IPPUC, 2003a, p. 2, grifos nossos).

Em outro depoimento, dado ao IPPUC em 1990, novamente Taniguchi ressalta o papel do planejamento urbano na construção da “cidade-modelo”. O engenheiro afirma que

O principal aspecto que dá sustentação ao sucesso de Curitiba tem a ver com o seu modelo de planejamento. É uma postura que nada tem de tecnocrata, mas que tem muito a ver com a posição dos técnicos que participam há mais de 25 anos desse processo (IPPUC, 1990 apud FARACO 2002, p. 7-8, grifos nossos).

Prefeitura Municipal (1971) correspondeu a uma fase permeada por conflitos entre o IPPUC e a Prefeitura Municipal. Neste período, a estratégia encontrada pela Prefeitura, frente às divergência de idéias com o Instituto, foi a de confiná-lo a atividades de projetos e de esvaziá-lo em seu conteúdo político. Em contrapartida, o IPPUC aproveitou esse momento para “implementar as diretrizes do Plano Diretor traduzindo-as em projetos prontos para serem executados em contexto político favorável.” (SÁNCHEZ, 1993, p. 44). E foi a partir de 1971, com a primeira gestão de Jaime Lerner – pessoa estruturalmente envolvida com o processo de elaboração do PPU, do Plano Diretor do Município e com o IPPUC –, que foram iniciadas as primeiras intervenções urbanísticas que, mais tarde, iriam se tornar os símbolos da “cidade-modelo” e os “modelos” do bom planejamento urbano.

¹⁹ Arquiteto e urbanista, formado pela Universidade Federal do Paraná, foi integrante do corpo técnico do IPPUC nos anos de 1967-1968, diretor-presidente do IPPUC no período de 1972-1975 – primeira gestão de Jaime Lerner – e presidente da Companhia de Habitação Popular de Curitiba – COHAB-CT na segunda gestão de Jaime.

²⁰ Engenheiro civil, ex-presidente do IPPUC (1990-95) e por duas vezes prefeito da capital paranaense (1997-2000; 2001-2004).

Na apresentação do documento *Curitiba em Dados*, publicação periódica do IPPUC, afirma-se que “há muito que a cidade de Curitiba se destaca entre as capitais brasileiras. Na maneira peculiar como constrói seus espaços. E como vai tecendo um novo cotidiano, para a vida das pessoas.” (2004a). Para Lerner, uma das especificidades do planejamento urbano de Curitiba está em capacidade “implementativa”. Nas palavras do ex-prefeito,

O sucesso de um Plano Diretor está relacionado não apenas à sua elaboração e aprovação, mas, em grande parte, à sua implementação. Neste sentido, **Curitiba também foi exemplar**, aliando a agilidade e criatividade de seu planejamento urbano aos instrumentos reguladores do Plano Diretor (IPPUC, 2004b, p. 7, grifos nossos).

As *imagens* atribuídas a Curitiba, a partir da década de 1970, seja como “cidade-modelo” ou como “capital da qualidade de vida”, como vimos, se devem – no *discurso* – ao planejamento urbano praticado no Município. O *discurso* da “cidade-modelo”, que busca coincidir a *imagem* “modelo” da cidade com sua realidade concreta, insere, portanto, de maneira determinante, a figura do planejamento urbano. No *discurso* é ele o agente principal da transformação de Curitiba – necessariamente uma metrópole da periferia do capitalismo – em uma “capital de primeiro mundo”.

A cidade de Curitiba utiliza o planejamento urbano como instrumento contínuo e efetivo de gestão desde a década de 40, quando a cidade possuía 127.000 habitantes, até os dias atuais, quando a metrópole apresenta mais de 1.700.000 habitantes [...] **Curitiba teve o seu crescimento direcionado segundo parâmetros urbanísticos específicos, estabelecidos a partir do Plano Diretor de 1966** [...] (COHAB-CT e IPPUC, 2007, p. 42, grifos nossos).

O *discurso* da “cidade-modelo”, exaltador do planejamento urbano de Curitiba, teve desdobramentos significativos na mídia. Esta, por sua vez, se tornou uma aliada fundamental na disseminação e na consolidação da *idéia* de que em Curitiba o planejamento urbano “deu certo”.

Figura 1. Curitiba exemplo para megacidades

FONTE: Jornal Gazeta do Povo, 26 de agosto de 2000.

É interessante observar como a mídia, ao disseminar a *imagem* “modelo” de Curitiba, faz questão de demarcar que o “sucesso” da cidade foi e é resultado de um processo “exitoso” de planejamento urbano personalizado, na maioria das vezes, na figura do ex-prefeito e ex-governador Jaime Lerner.

Pode-se dizer que Curitiba é uma cidade que “deu certo” porque foi planejada desde que começou a crescer (Jornal Indústria e Comércio, 4 de julho de 1994, grifos nossos).

Ao assumir a prefeitura pela primeira vez, em 1971, nomeado pelo então governador Haroldo Leon Peres, Lerner encontrou já pronto o ingrediente básico da receita urbana que faria sucesso em Curitiba. Era o plano diretor da cidade, criado em 1965. O plano, calçado em uma lei do uso do solo, impediu que a explosão imobiliária se concentrasse em dois ou três bairros, como ocorre hoje na maioria das grandes cidades. **A principal virtude desse plano foi domar o crescimento da cidade.** Em vez de crescer para cima e sobrecarregar a infra-estrutura, as casas e os prédios foram construídos ao longo de eixos integrados pelo sistema de transporte de massa, as chamadas vias estruturais por onde correm hoje o ligeirinho e os ônibus expressos de Lerner (Revista Veja, 31 de março de 1993, grifos nossos).

Jaime Lerner, com sua fábrica de idéias, transforma a megalópole brasileira Curitiba em modelo para o Terceiro Mundo (De Volkskrant, fevereiro de 1992 apud FARACO 2002, p. 2).

Curitiba, a capital ecológica, surge no cenário nacional, e até mesmo internacional, como um **modelo de cidade a ser imitado, em função, principalmente do seu planejamento urbano** – com vistas a um crescimento cada vez maior – e da qualidade de vida que oferece à sua população (Jornal Indústria e Comércio, 9 de outubro de 1989, grifos nossos).

Em 1992, Alan Jacobs constata que

O sucesso de Curitiba deve-se largamente à capacidade profissional e popularidade de seu prefeito. Finalizando o terceiro mandato, a cidade foi sempre privilegiada com seu trabalho urbanístico. Ali ele desenvolveu o que hoje é considerado o melhor

programa de desenvolvimento planejado do mundo. Todos podem aprender algo de Curitiba (In: World Monitor, março de 1992 apud SÁNCHEZ, 1993, p. 146).

O reconhecimento internacional alcançado pelo planejamento urbano de Curitiba, disseminado pela mídia, por especialistas e profissionais da área, tem sido constantemente renovado pelos congressos e fóruns internacionais de gestão urbana onde a experiência curitibana é, recorrentemente, considerada “modelo” de sucesso e/ou “boa prática”. A seguir citamos alguns exemplos que comprovam a notoriedade que a experiência de planejamento urbano de Curitiba tem ganhado nas últimas décadas.

Figura 2. Paraná exporta “soluções urbanas”

FONTE: Jornal O Estado do Paraná, 14 de maio de 2000.

Em junho de 2000, o Município de Curitiba foi chamado a participar do Genebra 2000, realizado em Genebra, na Suíça²¹. De acordo com o Jornal O Estado do Paraná,

Os critérios que levaram à escolha da capital do Estado, segundo os organizadores, passam pela preocupação com o meio ambiente, transporte público e a filosofia de administração, que faz da cidade uma espécie de laboratório urbano, utilizando iniciativas criativas. Para ilustrar todos esses aspectos, será montado um cenário com objetos e imagens, refletindo a vida da população e os projetos urbanos desenvolvidos (14 de maio de 2000).

²¹ Em junho de 2000 foi realizada uma sessão extraordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), em Genebra, batizada de “Genebra 2000”. Segundo a Sociedade Suíça de Radiodifusão e Televisão, essa Assembléia da ONU teve “a intenção de fazer um balanço dos cinco anos de realização do Encontro de Cúpula em Copenhague para discutir problemas sociais. Paralelamente a Suíça organizou um grande fórum popular para discussão de questões da sociedade civil”. Disponível em: http://www.swissinfo.org/por/especiais/swiss_and_un/detail/Cronologia.html?siteSect=21011&sid=1319942&cKey=1188908931000&ty=st. Acesso em: 29 out. 2007.

Em 1999 Jaime Lerner viajou aos Estados Unidos, a convite da Organização das Nações Unidas (ONU), para ministrar uma palestra sobre a experiência de planejamento urbano de Curitiba para o corpo técnico do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD). Tal atividade se inseria numa série de ações promovidas por aquela Instituição no sentido de definir as linhas gerais da política urbana que viria a ser adotada pelo PNUD naquele período.

Figura 3. Lerner fala sobre Urbanismo na ONU

Lerner fala sobre urbanismo na ONU
Gazeta do Povo 19.02.99
Reunião é o último compromisso oficial do governador na viagem aos Estados Unidos

O governador Jaime Lerner cumpre hoje o último compromisso de sua viagem aos Estados Unidos, participando de reuniões com diretores e técnicos do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (Pnud). A reunião faz parte de uma série de encontros que o órgão, espécie de braço de ação social da ONU, vem promovendo para definir as linhas gerais da política urbana que deve ser adotada pela organização.

Através desses encontros, o Pnud estabelecerá os padrões a serem seguidos para a concessão de financiamento e apoio a projetos de urbanização e melhoria da qualidade de vida nos países em desenvolvimento.

Lerner encerra sua viagem no domingo, quando deve desembarcar em Curitiba pela manhã. Na segunda-feira, o governador participa da abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa.

É a segunda vez que o governador paranaense participa de reuniões com a cúpula das Nações Unidas. Em julho de 97, Lerner fez a abertura da Conferência Internacional sobre "Governo para crescimento sustentável e justiça". Hoje, ele se reúne inicialmente com a diretoria do Pnud, e em seguida faz palestra dirigida ao corpo técnico da instituição.

Financiamento
 O primeiro compromisso oficial na viagem foi encontro com diretores do Banco Mundial (Bird). Lerner pediu apoio do BID ao Paraná Previdência, fundo de pensão criado pelo governo do estado para pagar as aposentadorias dos servidores públicos. Apesar da lei do fundo já ter entrado em vigor na última segunda-feira, o governo ainda não conseguiu uma fonte de recursos para capitalizá-lo e colocá-lo em funcionamento efetivo.

Lerner: retorno ao PR no domingo.

FONTE: Jornal Gazeta do Povo, 19 de fevereiro de 1999.

Em 1995 a Prefeitura de Curitiba participou do “Colloque sur L’Environnement Urbain”, realizado em Marseille, na França, para apresentar sua experiência urbana de “sucesso”. Segundo o Jornal Diário Popular, “a cidade foi citada pelo pesquisador Robert Joumard, do Instituto Nacional de Pesquisa sobre Transportes da França, como “um modelo de correta gestão urbana”.” (Diário Popular, 16 de abril de 1995).

Figura 4. Curitiba, modelo de desenvolvimento

CURITIBA É DESTACADA NO EXTERIOR COMO MODELO DE DESENVOLVIMENTO
Diário Popular 16.04.95

Curitiba mereceu uma menção especial na conferência “Colloque sur L’Environnement Urbain”, que reuniu prefeitos e representantes de 108 cidades do mundo, em Marseille, na França. A cidade foi citada pelo pesquisador Robert Joumard, do Instituto Nacional de Pesquisa sobre Transportes da França, como “um modelo de correta gestão urbana”.

Para Joumard, o grande diferencial de Curitiba em relação a outras cidades do planeta tem sido “sua administração integrada”, que, ao mesmo tempo que privilegia a política de preservação ambiental, consegue “mobilizar a comunidade em torno de seus projetos, transformando os cidadãos em principais parceiros de programas que tratam da manutenção de recursos naturais”.

O encontro realizado na França durou três dias e, na série de palestras apresentadas, toda ênfase foi dada aos temas ligados à reciclagem de lixo e poluição atmosférica. A Prefeitura de Curitiba compareceu a convite do prefeito de Marseille, e, ao lado dos técnicos de Belo Horizonte, esteve entre as únicas representantes do Brasil no evento.

A arquiteta Maria José Malucelli, coordenadora de Planejamento do IPPUC, foi indicada pelo prefeito Rafael Greca para apresentar o município aos participantes do encontro e, logo depois da palestra do pesquisador francês, ela viu crescer, entre os prefeitos de cidades de diversos países, o interesse por Curitiba. “A maioria deles desejava obter mais informações sobre a cidade e os detalhes relativos aos programas de preservação do meio ambiente”, conta Maria José.

HISTÓRIA DE SUCESSO
 Em Marseille, ela fez uma breve retrospectiva da história da cidade e justificou as referências feitas por Joumard ao “modelo urbano de destaque de um país em desenvolvimento como o Brasil”. O planejamento, a criação de parques, o programa do “Lixo que não é Lixo” e a troca de material reciclável por alimentos e cadernos foram alguns dos exemplos tomados pela arquiteta para traduzir de forma prática o perfil de Curitiba para os estrangeiros.

Cada vez mais, a cidade tem merecido a atenção de técnicos, políticos e intelectuais de outros países e, por isso, o prefeito Rafael Greca tem se empenhado para enviar representantes do município a eventos internacionais. “Assim, garantimos a atualização profissional de nossa equipe e, simultaneamente, projetamos a imagem da cidade e do país no exterior”, garante o prefeito.

FONTE: Diário Popular, 16 de abril de 1995.

Em 1996, na Conferência da ONU para os Assentamentos Humanos (Istambul), conferência que deu origem à Agenda Habitat II²², Curitiba foi premiada por seu Plano Diretor, que fazia, àquela época, exatamente 30 anos.

Novamente em 2000, agora a pedido do Banco Mundial, a Prefeitura Municipal de Curitiba foi chamada a apresentar sua experiência de planejamento urbano na Conferência sobre Estratégias de Desenvolvimento Urbano para Cidades da Ásia. Conforme o Jornal O Estado do Paraná,

Curitiba foi a única cidade de fora da Ásia convidada a participar do encontro. De acordo com o diretor de operações do Banco Mundial para Assuntos da Ásia, Hiroaki Suzuki, a cidade foi escolhida porque “tem uma experiência que poderá contribuir muito para o desenvolvimento de cidades do Terceiro Mundo” (Estado do Paraná, 19 de junho de 2000).

Figura 5. Curitiba, referência para cidades da Ásia

FONTE: Jornal O Estado do Paraná, 19 de junho de 2000.

Outro fato que revela o grande reconhecimento internacional alcançado por Curitiba, devido a sua experiência “modelo” de planejamento urbano, é o número de visitas que o IPPUC tem recebido – periodicamente – de técnicos que objetivam conhecer a experiência de planejamento urbano da cidade. De acordo com o Instituto (2003a), apenas em 2002 o IPPUC tinha recebido 733 visitas. Dessas, 494 foram visitas internacionais, de técnicos oriundos das mais diversas partes do planeta²³.

Por fim cabe ressaltar que, devido à popularidade internacional da “cidade-modelo”, Jaime Lerner, em 2002, foi eleito presidente da União Internacional dos Arquitetos

²² “A Agenda Habitat II constitui um texto pleno da defesa do direito à cidade para todos, contra a exclusão social urbana”. Para uma visão crítica da Agenda Habitat II, consultar: MARICATO, Erminia. *Enfrentando desafios*. Tese de Livre Docência. São Paulo: FAUUSP, 1997.

²³ Entre os países visitantes, estavam: África do Sul; Alemanha; Argentina; Bélgica; Bolívia; Chile; China; Colômbia; Coreia do Sul; Costa Rica; Finlândia; França; Holanda; Itália; Japão; México; Nova Zelândia; Paraguai; Peru; Porto Rico; Tailândia; Taiwan; Tunísia; EUA e Venezuela (IPPUC, 2003a, p. 43).

(UIA). O programa de sua campanha chamava-se “Celebração das Cidades” e, segundo o próprio Lerner, em uma entrevista cedida ao Instituto de Arquitetos do Brasil²⁴, a experiência de Curitiba foi o “mote” de sua campanha para eleição na UIA. O ex-prefeito afirma, na mesma entrevista, que o programa “Celebração das Cidades” não se traduziria numa transposição das transformações iniciadas em Curitiba para outros lugares, pois segundo ele,

Felizmente as transformações iniciadas em Curitiba e Paraná já estão sendo estendidas para outros lugares e já têm reconhecimento mundial. Mas a maneira como elas foram feitas é que será estendida para o Celebração das Cidades. E o que é esta maneira: ter receptividade para as boas idéias, ter visão estratégica e vontade política para implementá-las (IAB-RS, 2003 apud DIAS, 2006, p.153).

Até o presente estágio deste texto foi possível notar, a partir da seleção de algumas falas e de algumas notícias sobre Curitiba veiculadas na mídia nacional e internacional, que o *discurso* da “cidade-modelo” funda-se no pressuposto de que a cidade foi palco de uma prática bem sucedida de planejamento urbano. Verificou-se que, nos *discursos* citados, sejam aqueles proferidos pelos técnicos locais – diretamente beneficiados pela disseminação da *imagem* de Curitiba –, sejam aqueles produzidos pelas Organizações e Agências Multilaterais, ficou patente a presença da *idéia* de que em Curitiba o planejamento urbano “deu certo” e é com base nessa *idéia*, já pré-estabelecida, que o *discurso* (independente de quem seja seu porta-voz) afirma aos quatro cantos do planeta que Curitiba conseguiu superar sua origem de metrópole da periferia do capitalismo para se constituir em uma “cidade-modelo” que serve de exemplo para todo o mundo.

O *discurso*, portanto veicula uma *imagem* de “cidade-modelo” produto de uma prática específica de planejamento urbano²⁵. Veremos adiante que, no sentido de legitimar tal prática como “modelo” de qualidade, de criatividade e de inovação, o *discurso* faz referências a determinadas porções do espaço da cidade que foram objeto de intervenção urbana por parte do Poder Executivo Municipal²⁶. Em outras palavras, o *discurso* veiculador da *imagem* da

²⁴ A “Entrevista com o presidente da UIA” foi realizada em 2003 pelo Instituto de Arquitetos do Brasil do Rio Grande do Sul e seu conteúdo encontra-se transcrito na obra: DIAS, Solange Irene Smoralek. *A arquitetura do desejo: o discurso da nova identidade urbana de Curitiba*. Cascavel: Editora Assoeste, 2006.

²⁵ Cabe ressaltar que não é objetivo deste trabalho avaliar os resultados da experiência de planejamento urbano de Curitiba, nem tampouco identificar os fatores (econômicos, políticos e de *marketing*) que viabilizaram as transformações urbanas levadas a cabo em Curitiba a partir da década de 1970. Sobre o assunto, recomendamos a leitura de: SÁNCHEZ, Fernanda. SÁNCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. 1. ed. Chapecó-SC: Argos Editora Universitária, 2003; _____. *Curitiba imagem e mito: reflexão acerca da construção social de uma imagem hegemônica*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 1993; NAMUR, M. *Estado e empresariado em Curitiba: a formação da Cidade Industrial (1973-1980)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FAUUSP, 1992; OLIVEIRA, Denilson de. *Curitiba e o mito da cidade modelo*. Curitiba: Editora da UFPR, 2000; SOUZA, Nelson Rosário de. *Planejamento urbano, saber e poder: o governo do espaço e da população em Curitiba*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLC-USP, 1999.

²⁶ As intervenções urbanas, em que o *discurso* da “cidade-modelo” irá se apoiar para legitimar a *idéia* de que em Curitiba o planejamento urbano “deu certo”, aparecem – no *discurso* – como criações ou diretrizes oriundas do

cidade se sustenta em certa realidade e, talvez, essa estratégia tenha sido um dos fatores que expliquem seu alcance, seu sucesso e sua permanência no tempo, mesmo diante do aprofundamento do problema habitacional em Curitiba. Para Sánchez,

Articulando mecanismos de reforço da imagem e de adesão social, **a cidade surge, no discurso e na prática do planejamento, como totalidade** atualizada mediante o recurso a símbolos, de ampla aceitação, que compõem a leitura recorrente e reiterativa do espaço coletivo. A totalidade urbana é capturada e construída à luz do projeto dominante de modernização do espaço [...] a linguagem articuladora de símbolos organiza a realidade urbana, é parte dela; não esconde a materialidade da cidade, mas a deforma; não é mentira, mas uma construção social e histórica que, portanto, **organiza de maneira seletiva esta realidade** [...] (SÁNCHEZ, 1993, p. 171, grifos nossos).

Na perspectiva da autora, a realidade da cidade – capturada pelo *discurso* – é organizada de maneira seletiva. Em outra obra, Sánchez irá afirmar que a *imagem* da “cidade-modelo” é produzida, sobretudo, “pela seleção simbólica de partes pinçadas da paisagem urbana e por sua referência expressiva à totalidade urbana.” (2003, p. 209). Objetivando descrever e apresentar o *discurso* que veicula essa *imagem*, buscaremos, agora, identificar quais são os elementos do espaço urbano que, articulados no *discurso*, se tornaram representação expressiva da totalidade de Curitiba, dessa forma criando uma representação “modelo” de cidade e legitimando uma prática específica de planejamento urbano.

1.3 Os elementos constitutivos do *discurso* da “cidade-modelo”

Como vimos, o *discurso* da “cidade-modelo” baseia-se na convicção de que em Curitiba, o planejamento urbano “deu certo”. Essa convicção, por sua vez, busca referências concretas no espaço da cidade que apóiem e legitimem a *idéia* de “sucesso” do planejamento curitibano. Essas referências são o que, neste trabalho, chamaremos de *elementos constitutivos* do *discurso*. Esses elementos são de fato elementos urbanos construídos no espaço de Curitiba e que, alçados no *discurso*, tornaram-se a “prova” de que a cidade foi bem planejada. A partir da observação de algumas falas é possível verificar quais elementos urbanos, de maneira mais recorrente, têm sustentado a *imagem* da “cidade-modelo”.

Plano Diretor Municipal elaborado em 1966. Concordamos com Faraco (2002) quando ele afirma que “As conquistas [supostamente] alcançadas por Curitiba são associadas às realizações no campo do planejamento urbano e atribuídas à concretização de diretrizes urbanísticas definidas por um Plano Diretor.” (p. 288). Esse autor, no entanto, irá mostrar que as intervenções urbanísticas, que, mais tarde, deram notoriedade à Curitiba curiosamente não constavam das diretrizes do Plano Preliminar de Urbanismo (1965) tampouco do Plano Diretor de 1966. Para Faraco, “as projeções e as propostas do Plano Preliminar de 1965 e do Plano Diretor de 1966 não se realizaram. Muitas de suas diretrizes foram alteradas ou mesmo inteiramente abandonadas” (p.293). O autor mostra, a partir de seu estudo, que a CIC, o sistema de transporte coletivo, os parques urbanos e os setores estruturais (principais intervenções urbanas que – como veremos adiante – se tornaram os elementos constitutivos do *discurso* da “cidade-modelo”) não estavam previstos nos planos de Curitiba.

Em 1990, ao relatar a experiência de planejamento da cidade, o IPPUC pontua algumas soluções urbanas que são, na perspectiva do Instituto, explicativas do “sucesso” de sua prática.

As soluções adotadas são voltadas para a preservação da escala humana: as **áreas de pedestre**, os **bosques e parques** que conferem à cidade o índice de 50m²/habitante de **áreas verdes**, a prioridade ao **transporte de massa**, a acessibilidade dos equipamentos sociais às famílias carentes, o programa de geração de empregos, através da **Cidade Industrial** e das indústrias de fundo de quintal, a criação de teatros, cinemas e pontos de encontros, o programa de animação da cidade com atividades permanentemente renovadas, enfim, o estímulo para que a população se identifique com a sua cidade e passe a respeitá-la (IPPUC, 1990, p. 63, grifos nossos).

As referências às áreas de pedestre (Rua XV de Novembro), aos parques ou áreas verdes, ao transporte público e à Cidade Industrial, contidas na fala do IPPUC, irão, juntamente com os espaços culturais e de lazer e com os setores estruturais²⁷, compor o imaginário da “cidade-modelo”.

Foto 1 Rua XV de Novembro

“Curitiba foi vanguarda para o Brasil quando os urbanistas decidiram criar recintos para pedestres com um desenho urbano específico. A transformação da **Rua XV de Novembro** em “calçadão” ou Rua das Flores, no ano de 1971, foi constituído em símbolo que marca o início das grandes intervenções urbanas da década de 70” (SÁNCHEZ, 1993, p. 104).

Fonte: Fonte: PMC. Foto Juliano Martins/SMCS apud GNOATO, 2006.

Constatou-se que esses elementos, sozinhos ou em conjunto, são aqueles que aparecem nas falas portadoras do *discurso* da “cidade-modelo” como referências do “êxito”

²⁷ Os setores estruturais são eixos viários compostos por três vias que cruzam a cidade nos sentidos leste / oeste e norte / sul. Duas vias são de tráfego rápido e funcionam como um binário, com mão única em sentidos opostos (bairro/centro e centro/bairro). A via central é composta, por sua vez, de três pistas. As pistas laterais comportam o fluxo lento de veículos, nos dois sentidos, e a pista central é exclusiva para a circulação do transporte coletivo, a chamada “canaleta do expresso”. Os parâmetros de uso e ocupação dos setores estruturais permitem alto grau de adensamento construtivo e hoje, ao lado do centro da cidade, são as áreas que apresentam o maior índice de verticalização. Está descrito, desta forma, o “tripé” propalado pelo *discurso* do planejamento urbano de Curitiba: integração do (i) transporte coletivo; (ii) sistema viário e (iii) uso e ocupação do solo.

do planejamento de Curitiba. Um exemplo da utilização desses elementos urbanos como “prova” de que em Curitiba o planejamento urbano “deu certo” e que, justamente por isso, a cidade se destaca entre as demais metrópoles do país, é evidente no trecho que segue.

Embora sofra com vários problemas urbanos como qualquer cidade grande, a Capital paranaense leva vantagem sobre a maioria das outras pelo fato de ter sido planejada desde cedo: alguns exemplos são seu sistema viário diferenciado, pela existência das **vias estruturais** (canaletas), o grande volume de **áreas verdes**, uma distribuição imobiliária bem pensada, através da lei de **zoneamento**, e a concentração das grandes indústrias numa área específica distante do Centro: a **CIC** (Jornal Indústria e Comércio, 4 de julho de 1994, grifos nossos).

Foto 2 Setores Estruturais

Os **Setores Estruturais** são constituídos por um sistema de três vias paralelas (trinário). De acordo com o IPPUC (2002), “No trinário, a via central [foto ao lado] é composta por uma via exclusiva destinada ao tráfego de ônibus expresso ladeada por duas vias de tráfego lento que permitem o acesso ao comércio e demais atividades. As duas vias externas, uma no sentido centro/bairro e outra no sentido bairro/centro, denominadas vias de tráfego rápido, permitem o tráfego de passagem” (p. 43).

Fonte: IPPUC apud GNOATO, 2006.

Em 2004, quando a cidade de Curitiba completava 311 anos, o Jornal O Estado do Paraná publicou, em um caderno especial sobre a cidade, a reportagem: Curitiba – *Tradição no planejamento urbano*. Objetivando mostrar a tradição da cidade no planejamento urbano, o texto citou algumas intervenções urbanísticas realizadas no espaço de Curitiba nas décadas de 1970, 1980 e 1990 e que, segundo o jornal, foram resultado do planejamento global da cidade.

O Plano Diretor foi colocado em prática em 1971, tendo, como um dos principais marcos, o **fechamento da XV de Novembro** ao tráfego de veículos, a criação da **Cidade Industrial de Curitiba** e do **Parque Barigüi**. Na década de 80, a cidade atuou em duas grandes frentes: a **preservação ambiental**, com a implantação do programa “Lixo que não é lixo”, que valeu a Curitiba o título de cidade ecológica, e expansão do **transporte público**, com a criação da Rede Integrada de Transporte (RIT), possibilitando o deslocamento para qualquer ponto da cidade com uma só tarifa. A década de 90 apresentou o “Ligeirinho”, integrou a Região Metropolitana através do transporte público e criou as **Ruas da Cidadania** (O Estado do Paraná, 29 de março de 2004, grifos nossos).

Foto 3 Estação Tubo

Fonte: IPPUC apud GNOATO, 2006.

A **Estação Tubo** e o ônibus **Ligeirinho** foram lançados na “cidade-modelo” no início de 1991.

“Os ligeirinhos ou linhas diretas são ônibus especiais, sem degraus, catracas e cobradores, com paradas somente nas estações tubo. A vantagem apresentada é a rapidez e a economia de custos operacionais: os passageiros pagam a tarifa na entrada da estação-tubo antes do embarque e o design do sistema agiliza as operações de embarque e desembarque, pois a plataforma do tubo e o piso do ônibus estão no mesmo nível, como numa estação de metrô ” (SÁNCHEZ, 1993, p.124).

As referências do planejamento urbano “modelo” de Curitiba, utilizadas pelo texto jornalístico de 2004, são exatamente as mesmas empregadas na fala do IPPUC de 1990, citada anteriormente: fechamento da Rua XV de Novembro; CIC; parques e áreas verdes e o transporte coletivo. E foi devido a alguns desses elementos urbanos que, em 2003, a cidade de Curitiba foi selecionada para ser a *Capital Americana da Cultura*²⁸. Essa escolha pautou-se, de acordo com os organizadores da seleção, na convicção de que:

A cidade possui um singular sistema de **parques** e jardins públicos, com um excelente índice de **área verde** por habitante, uma rede de **transportes públicos** integrada, e **equipamentos culturais** e educativos completos, além de desenvolver importantes programas com marcante caráter ecológico (CAC apud DIAS, 2006, p.142, grifos nossos).

E foi também com base no sucesso atribuído ao sistema de *transporte coletivo* da cidade e sua vinculação com o *uso do solo* que, em 2000, o Município de Santiago de Los Caballeros – República Dominicana – escolheu a experiência de Curitiba de planejamento urbano para inspirar o planejamento do Município que então estava em fase de elaboração.

A cidade de Curitiba foi escolhida como modelo porque o seu planejamento está baseado em princípios simples, mas que funcionam muito bem na ordenação do espaço urbano, que é a vinculação entre o **uso do solo** e **transporte coletivo** (Diário Popular, 17 de abril de 2000, grifos nossos)²⁹.

²⁸ Esta seleção é realizada anualmente pela Organização Capital Americana da Cultura, “entidade constituída em 1997, com o objetivo de promover a Capital Americana da Cultura e outras iniciativas culturais complementares, que ajudem a valorizar a cultura como um elemento central no desenvolvimento dos países das Américas”. De acordo com o *site* da organização, “podem apresentar a candidatura para a designação de Capital Americana da Cultura todos os territórios dos países do continente americano, que desejem desenvolver os objetivos da Capital Americana da Cultura”. Disponível em: <www.cac-acc.org/>. Acesso em: 12 set. 2007.

²⁹ Fala de Tácito Cordero, então coordenador do Programa de Cooperação Técnica República Dominicana – Brasil, ao explicar o motivo de a cidade de Santiago de Los Caballeros (500 mil habitantes em 2000) escolher Curitiba como modelo de planejamento urbano.

Figura 6. Amo muito Curitiba

Outro fato ilustrativo de que o *discurso* da “cidade-modelo” – veiculador da *imagem* da cidade – tem se apoiado nos elementos urbanos referidos neste texto, foi a homenagem do McDonald’s prestada à cidade de Curitiba quando esta completava 314 anos. Sob o título “*Amo muito Curitiba: uma homenagem do McDonald’s à cidade com*

vocação para o novo por seus 314 anos”, durante algumas semanas, o McDonald’s distribuiu, como lâmina de suas bandejas – na cidade de Curitiba –, material sobre a “cidade-modelo”. Entre os textos contidos neste material, estava a afirmação de que “Curitiba é reconhecida internacionalmente pelo alto padrão de qualidade de vida e pelas inovações urbanas”. Diversos desenhos compunham a lâmina, entre eles obviamente estavam os elementos constitutivos do *discurso* da “cidade-modelo”: parques e bosques da cidade, tubo do ligeirinho³⁰, fazendo referência ao sistema de transporte coletivo de Curitiba, e alguns equipamentos culturais (Figura 6).

Mais recentemente, em 2006, o IPPUC promoveu um *workshop* chamado *Curitiba – Vancouver*. O objetivo dessa atividade era possibilitar a troca de experiências de planejamento urbano entre as duas metrópoles. Para tanto vieram à cidade de Curitiba o arquiteto Larry Beasley, diretor de planejamento de Vancouver – Canadá e Bob Dunphy, de Washington (EUA), os dois integrantes do Urban Land Institute, instituto internacional que investiga questões relativas ao solo urbano. Interessante relatar desse evento, que, após as atividades internas ao IPPUC, os visitantes foram convidados a conhecer a “cidade-modelo”. O trajeto realizado, como divulgado pelo Jornal Indústria e Comércio, se restringiu a algumas porções específicas da cidade. Segundo o Jornal local, “à tarde, os canadenses visitaram os setores estruturais Norte e Oeste, o terminal de ônibus do Cabral, a Universidade Livre do

³⁰ Tubo do ligeirinho é como usualmente os moradores de Curitiba se referem à estação de embarque e desembarque de algumas linhas específicas do sistema de transporte coletivo da cidade. Essa estação tem uma estrutura metálica tubular revestida de placas de policarbonato transparente, daí a expressão tubo (Foto 3).

Meio Ambiente (Foto 5), a Ópera de Arame (Foto 4) e a Nova Curitiba, região conhecida como Ecoville.” (20 de agosto de 2006).

Foto 4 Ópera de Arame

Fonte:

<http://www.curitiba.pr.gov.br/Servicos/MeioAmbiente/areas_verdes/parques_bosques/pedreira.htm>

Acesso em: 22 jan. 2007.

A **Ópera de Arame**, um teatro para 2.400 pessoas, foi inaugurada no ano de 1992, na segunda gestão de Jaime Lerner. A obra foi entregue para a abertura do Festival de Teatro de Curitiba.

Foto 5 Universidade Livre do Meio Ambiente

Fonte: PMC apud GNOATO, 2006.

“A **Universidade Livre do Meio Ambiente** foi fundada em 1991, no Dia Nacional do Meio Ambiente, na gestão do então prefeito de Curitiba Jaime Lerner [...] A Universidade foi criada inicialmente como uma unidade da Prefeitura Municipal destinada a disseminar práticas, conhecimentos e experiências relacionadas às questões ambientais [...] Em 2002, a UNILIVRE tornou-se uma entidade do Terceiro Setor”. Informações extraídas do site da UNILIVRE, <http://www.unilivre.org.br/area_publica/controles/ScriptPublico.php?cmd=historia>. Acesso em: 17 set. 2007.

A visita direcionou-se, portanto, aos elementos urbanos que são constitutivos do *discurso* da “cidade-modelo”: setores estruturais, parques e áreas verdes e transporte coletivo (terminal de integração). As impressões e as percepções que os visitantes estrangeiros tiveram do espaço da cidade do Terceiro Mundo, em seu “city-tour”, refletiram exatamente aquilo que *discurso* da “cidade-modelo” diz ser Curitiba: uma cidade planejada, ecológica, com alta qualidade de urbanização, com um sistema de transporte coletivo integrado, ou seja, uma “capital de primeiro mundo”. Esse olhar direcionado para Curitiba, tal e qual a *imagem* da

cidade faz, omite parcelas e porções significativas do espaço da cidade, legitimando, desta forma, uma *idéia* – a partir das partes – de que realmente a cidade “deu certo” devido a seu processo de planejamento urbano.

Não é de se espantar, portanto, que os depoimentos dos viajantes que passam pela capital paranaense, apresentados no início deste capítulo, reproduzam, de maneira alienada, o *discurso* da “cidade-modelo”.

O *discurso* recorre, portanto, a alguns elementos urbanos construídos no espaço da cidade para disseminar a *imagem* “modelo” de Curitiba. A *idéia* de que, em Curitiba, o planejamento urbano “deu certo” é reproduzida pelo *discurso* e encontra sustentação em determinada *realidade* na medida em que os elementos constitutivos do *discurso* são efetivamente elementos concretos no espaço da cidade. O *discurso*, por sua vez, tem sido proferido tanto pelo IPPUC, quanto pela mídia, quanto por técnicos e especialistas do campo do planejamento urbano das diversas partes do mundo e, em todas essas falas, pôde-se observar a recorrência aos mesmos elementos urbanos do espaço da cidade.

Para Sánchez, é essencialmente nesses elementos que a mídia tem se apoiado, desde a década de 1970, para disseminar a *imagem* da cidade de Curitiba. Nas palavras da autora,

Os aspectos selecionados pela mídia para assegurar a qualidade de vida tão elogiada, aspectos estes recorrentes em considerável número de artigos e que compõem as sínteses veiculadas sobre o lugar, são: **área verde invejável**, de 50m² por habitante, tráfego rápido, opções alternativas de tráfego, vias expressas para **transporte coletivo** e redes de **ciclovias**, bem organizada no que se refere ao fluxo de veículos, **áreas para pedestres** no centro urbano, pluralidade de **espaços de lazer e cultura** (Veja, 28/03/1990; Estado de São Paulo, 14/03/1989; Folha de São Paulo, 05/11/1989; Isto é, 08/04/1992; Visão, 10/07/1991 apud SÁNCHEZ, 1993, p. 116, grifos nossos).

1.4 A ausência da *questão habitacional* no *discurso* da “cidade-modelo”

Apresentado o *discurso* da “cidade-modelo” e delimitados seus elementos constitutivos, verificou-se que, desde a década de 1970, a *idéia* de “sucesso” do planejamento urbano curitibano se pautou – recorrentemente – em determinados elementos da paisagem urbana da cidade. Entre as falas analisadas, os elementos mais repetidos pelo *discurso* eram aqueles que faziam: (i) referências ao sistema do transporte coletivo da cidade (tubo do ligeirinho, terminais de integração, canaletas do expresso, etc.); (ii) referências à questão ambiental: parques urbanos, quantidade de áreas verdes por habitantes e o programa de coleta seletiva do lixo; (iii) referências ao planejamento e à implantação da CIC; (iv) referências aos

equipamentos culturais e de lazer e ao fechamento da Rua XV de Novembro; e (v) referências aos setores estruturais da cidade, o chamado tripé do planejamento urbano curitibano: vinculação do uso do solo, sistema viário e transporte coletivo. Esses são, de nossa perspectiva, os elementos constitutivos do *discurso* da “cidade-modelo”. Ou seja, eles são a “prova” – no *discurso* – de que, em Curitiba, o planejamento urbano “deu certo”³¹.

No entanto uma questão urbana *parece* não ter sido planejada na “cidade-modelo”. Tão merecedora – do nosso ponto de vista – de atenção do Poder Público Municipal quanto é o transporte coletivo ou o meio ambiente, a *questão habitacional*, ao menos no *discurso* da “cidade-modelo”, não foi considerada como elemento representativo da boa prática curitibana. Em outras palavras: entre os elementos constitutivos do *discurso* da cidade que “deu certo” não encontramos a *questão habitacional*.

Foi possível observar, a partir do material *discursivo* apresentado, que não foram as intervenções realizadas no campo da habitação que deram notoriedade internacional à cidade de Curitiba ou, ainda, que não foi a política habitacional da “cidade-modelo” que levou Jaime Lerner a assumir a presidência da UIA. Com base nessas constatações, à primeira vista, poderíamos supor que a cidade de Curitiba não tivesse apresentado problemas habitacionais e que, por isso, talvez não tivesse sido objeto de uma política municipal de habitação.

Como já apontado, não se trata, contudo, de uma ausência do problema da habitação em Curitiba e, como veremos no Capítulo 3 deste trabalho, também não se trata de uma falta de política habitacional na cidade. Nesta perspectiva indagamos: por que o *discurso* da “cidade-modelo” excluiu de seu conteúdo a *questão da habitação*? Seria, talvez, porque o problema habitacional, em Curitiba, não teria alcançado as proporções adquiridas nas demais metrópoles brasileiras? Essa proporção, supostamente pequena, da problemática habitacional curitibana teria sido resultado de uma política habitacional também “modelo” e eficaz? Se a política habitacional tivesse sido “modelo” por que então não se tornou referência no *discurso* veiculador da *imagem da cidade*?

³¹ Deve-se destacar que os elementos urbanos – constitutivos do *discurso* – foram construídos no espaço da cidade em períodos históricos distintos. Para Sánchez (2003), as intervenções que deram origem a esses elementos se constituíram em duas fases bem específicas. De acordo com a autora, a primeira fase seria aquela iniciada na década de 1970 – com a primeira gestão de Jaime Lerner na Prefeitura Municipal de Curitiba – em que foram “produzidas mudanças profundas no tecido urbano” (p. 205). Tais mudanças resultaram na construção dos “setores estruturais”; no calçamento da Rua XV de Novembro e na construção dos Parques Barigüi e São Lourenço. A segunda fase se desenvolveu na década de 1990 – quando Jaime Lerner retorna à Prefeitura Municipal e elege seu sucessor, o engenheiro Rafael Greca de Macedo – e, ao contrário das grandes mudanças no tecido urbano promovidas na década de 70, se caracterizou pela construção de obras urbanísticas específicas e pontuais, como, por exemplo: a “Ópera de Arame”, as “Ruas da Cidadania”, os “Faróis do Saber”, o Jardim Botânico, a “Universidade Livre do Meio Ambiente” e a “Rua 24 Horas” (SÁNCHEZ, 2003, p. 207).

Fica patente, portanto, a necessidade de revelarmos a *questão* que – como vimos – foi omitida pelo *discurso* que fala sobre Curitiba e sua experiência de planejamento urbano justamente para compreender o porquê dessa omissão. Neste sentido, iremos apresentar, no Capítulo 2, uma pesquisa empírica sobre a problemática da habitação em Curitiba e, no Capítulo 3, um breve histórico das ações do Poder Executivo Municipal no setor da habitação.

A nosso ver o ocultamento da questão da habitação esteve mais relacionado à manutenção e reprodução da *idéia* de “sucesso” do planejamento urbano curitibano do que a uma suposta inexistência do problema da habitação na cidade ou, ainda, a um suposto êxito da Política Habitacional do Município. Acreditamos que a recuperação da questão habitacional de Curitiba, que faremos na sequência deste trabalho, nos trará subsídios importantes para a abordagem da problemática aqui colocada.

2 CAPÍTULO II – A CIDADE OCULTADA: A PRODUÇÃO INFORMAL DO ESPAÇO E DA MORADIA EM CURITIBA

2.1 Introdução

Curitiba, ela tem o mito e a fama de ser a cidade de primeiro mundo. Sim ela é, no centro da cidade, para uma parcela muito pequena da população e para outra parcela que não quer enxergar³².

Foi com essas palavras que uma liderança do Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM, do Estado do Paraná, descreveu a cidade de Curitiba. Neste trecho extraído da entrevista realizada com Hilma, no mês de novembro de 2006, pode-se perceber a lucidez com que a entrevistada explica simultaneamente a *imagem* da “cidade de primeiro mundo” e a *realidade* da cidade.

Diferentemente do que foi desenvolvido no capítulo anterior, esta parte da dissertação não terá como ponto de partida o *discurso* da “cidade-modelo”, mas sim a *realidade* que por este é ocultada, evidenciada na fala de Hilma. Ou seja, buscaremos explicitar a partir da análise de dados, informações, estudos, fatos e discursos – contra-hegemônicos – uma parcela da realidade urbana que historicamente tem sido escamoteada pelo processo de produção e consolidação da *imagem da cidade*.

Inúmeros seriam os conteúdos que poderíamos tratar, relativos à produção do espaço metropolitano, para explicitarmos a *cidade ocultada* pelo *discurso* da “cidade-modelo”. No entanto, trabalharemos aqui com a *questão habitacional*.

Será no sentido de mostrar que a realidade habitacional presente na “cidade-modelo” não fugiu ao padrão de produção do espaço brasileiro – caracterizado pela periferização e favelização da população de baixa renda – que buscaremos, neste capítulo, apresentar algumas evidências empíricas da existência, dimensão, localização e crescimento das favelas curitibanas. Acredita-se que essa parcela da realidade de Curitiba manifeste, de maneira mais exemplar, a contradição presente entre a *imagem* de uma cidade tecnicamente planejada, veiculada pelo *discurso*, e sua realidade concreta desigual: conflituosa e contraditória.

³² Trecho extraído da entrevista realizada com Hilma de Lourdes Santos – MNLM no dia 30/11/2006.

2.1.1 Parênteses: notas sobre os conceitos e fontes utilizados

Os dados e informações disponíveis, para Curitiba e Região Metropolitana, sobre a produção das favelas, que apresentam uma série histórica, são aqueles produzidos pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC, pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Contudo, tanto os conceitos utilizados pelos três órgãos – para definição do que seja favela – quanto as datas referentes aos levantamentos realizados, são distintos.

O IPPUC possui um registro histórico do número de *ocupações irregulares* existentes em Curitiba desde a década de 70³³. A COMEC, por sua vez dispõe dessas informações, para os municípios da Região Metropolitana, apenas para os anos de 1992 e 1997. A semelhança entre esses órgãos é que os dois trabalham com o mesmo conceito: *ocupações irregulares*. Fato que facilita a análise da dinâmica dessas áreas para o *aglomerado metropolitano*³⁴. Segundo o IPPUC (2000), “Ocupações Irregulares” seriam,

...todos os assentamentos urbanos efetuados sobre áreas de propriedade de terceiros, sejam elas públicas ou privadas, bem como aqueles promovidos pelos legítimos proprietários das áreas sem a necessária observância dos parâmetros urbanísticos e procedimentos legais estabelecidos pelas leis de parcelamento 6766/70 (Federal) e 2460/66 (Municipal) (p.1).

Portanto observa-se que, para a COMEC e para o IPPUC, ocupações irregulares correspondem simultaneamente às *favelas* (ilegalidade em relação à propriedade da terra) e aos *loteamentos clandestinos* (ilegalidade em relação as normas de parcelamento do solo). Já para o IBGE o conceito de favelas vincula-se ao conceito de *aglomerados subnormais*. De acordo com Taschner (2003),

Para o IBGE, desde 1950, e isso foi enfatizado nos Censos de 1980 e 1991 e na Contagem de População de 1996, favela é **um setor especial do aglomerado urbano formada por pelo menos 50 domicílios, na sua maioria carentes de infra-estrutura e localizados em terrenos não pertencentes aos moradores** (p.28, grifos no original).

Essa mesma autora – em sua obra *Brasil e suas favelas* – irá apontar alguns limites dos censos do IBGE para compreensão da realidade das favelas brasileiras. O primeiro deles se refere ao critério, na perspectiva de Taschner,

... o critério de computar apenas aglomerados com 50 unidades e mais explica parcialmente a subestimativa da população favelada pelos Censos [...] O tamanho

³³ Destaca-se que não foi possível obter esses dados desagregados por bairros e regionais para as décadas de 70 e 80.

³⁴ O aglomerado metropolitano, como já evidenciado no capítulo anterior, é formado por 11 municípios da RMC mais a cidade de Curitiba. A esses municípios, a COMEC, no Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba – PDI (2003), chamou de Núcleo Urbano Central – NUC (mapa 1).

dos aglomerados depende diretamente da topografia da cidade e do tipo de terreno disponível para invasão” (2003, p.28).

Ou seja, mesmo que um determinado Município possua um número representativo de moradias faveladas, se tais moradias estiverem localizadas em aglomerados pequenos (com menos de 50 domicílios), elas não serão computadas como domicílios favelados para o IBGE³⁵. Outra advertência que a autora faz, em relação a utilização dos dados dos censos, é que,

Caso um aglomerado possua 20 casas num setor e 40 em outro setor, esses setores não são considerados favela, o que vai subestimar a realidade. De outro lado, existindo cinquenta e uma moradias faveladas, todo o setor será considerado como aglomerado subnormal, mesmo que nele existam casas não faveladas (TASCHNER, 2003, p.30).

Mesmo diante do apontamento dessas questões, Taschner (2003) afirma que, apesar “do possível erro embutido na quantificação de favelas e favelados nos Censos Demográficos, sua utilização para caracterização de aspectos da moradia e da população é preciosa” (p.30). Neste sentido como o objetivo deste capítulo está mais relacionado à *quantificação* das favelas e dos favelados curitibanos – seu crescimento e sua distribuição no espaço – e menos relacionado à *caracterização* das moradias e das famílias que, nesses espaços residem, daremos prioridade – em nossa análise – aos dados produzidos pelo IPPUC e pela COMEC. Uma vez que tais dados apresentam menores distorções, em relação aos Censos do IBGE, quanto ao levantamento do número de áreas e de domicílios favelados em Curitiba e RMC.

Entretanto, devido a utilização do conceito de *ocupações irregulares* – por esses dois órgãos – a descrição e análise que serão realizadas na sequência deste trabalho não se restringirão apenas às favelas, mas também aquilo que se compreende por loteamento clandestino, já que o conceito de *ocupações irregulares* abrange essas duas formas de assentamento informal que são, por sua vez de naturezas distintas. A primeira relativa à ilegalidade na propriedade da terra e a segunda relativa a ilegalidade no cumprimento das normas e dos requisitos urbanísticos exigidos pelo Município nos processos de parcelamento do solo.

Além das informações produzidas pelo IPPUC e pela COMEC usaremos, com a finalidade de complementar e enriquecer nossa análise, o *Déficit Habitacional no Brasil*, elaborado pela Fundação João Pinheiro (2005), e o *Atlas das Necessidades Habitacionais no*

³⁵ Cabe ressaltar que o IBGE já está revendo essa metodologia. Para o próximo Censo, de acordo com o Instituto, aglomerados com menos de 50 unidades já serão computados como aglomerados subnormais ou favelas.

Paraná: Regiões Metropolitanas, elaborado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES (2004).

2.2 A “cidade-modelo” inscrita na realidade brasileira

De acordo com Taschner (2003), a “cidade-modelo” estava, no ano 2000, entre os 15 municípios brasileiros que apresentavam o maior número de favelas, ocupando o **5º lugar**, ficando atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza e Guarulhos.

Pela ordem, os municípios com maior número de assentamentos são: São Paulo (612), Rio de Janeiro (513), Fortaleza (157), Guarulhos (136), **Curitiba (122)**, Campinas (117), Belo Horizonte (101), Osasco (101), Salvador (99), Belém (93), Diadema (89), Volta Redonda (87), Teresina (85), Porto Alegre (76) e Recife (73) (p.33, grifos nossos).

A fonte utilizada pela autora foi o Censo 2000. Apesar das limitações e distorções dos dados de favelas produzidos pelo IBGE, já apontadas neste trabalho, as informações dos aglomerados subnormais são extremamente úteis se o objetivo for estabelecer um comparativo entre as realidades dos municípios brasileiros. Tendo em vista que são essas as únicas informações sobre favelas, disponíveis para todo território nacional, passíveis de comparação.

Assim, com base no Censo 2000, podemos fazer uma comparação entre a realidade da “cidade-modelo” e a realidade do Município de São Paulo. Escolhemos a realidade de São Paulo justamente por representar o “modelo urbano brasileiro” que não deu certo. São Paulo tem sido considerada, pelo *senso-comum*, como a referência do que se entende por crescimento “desordenado”, “caótico”, e, portanto “não-planejado”. Em contrapartida Curitiba tem sido o referencial nacional da “cidade-planejada” e “organizada”, o “modelo urbano brasileiro” a ser alcançado.

Segundo o Déficit Habitacional no Brasil (2005)³⁶, Curitiba apresentava um total de 470.958 domicílios, desses, 37.496 estavam localizados em aglomerados subnormais o que representava cerca de 8,00% dos domicílios da “cidade-modelo”. Se observarmos os dados para a cidade de São Paulo, verificaremos que – relativamente – as realidades das duas capitais se aproximam: 7,54% era, em 2000, a porcentagem dos domicílios localizados em aglomerados subnormais na cidade de São Paulo. Apesar dos problemas relativos aos dados dos Censos, a proximidade dos índices apresentados, de Curitiba e São Paulo, já evidencia

³⁶ Elaborado a partir do Censo 2000.

que a problemática das favelas presente na “cidade-modelo” se iguala – em termos relativos e não absolutos – ao quadro apresentado pelo Município de São Paulo.

Tabela 1. Domicílios em Aglomerados Subnormais: Curitiba e São Paulo

Municípios e Região Metropolitana	Domicílios		
	Total	Em aglomerado subnormal	% em aglomerado Subnormal
Curitiba	470.958	37.496	7,96
Região Metropolitana de Curitiba – RMC	776.048	42.867	5,52
São Paulo	2.984.415	225.131	7,54
Região Metropolitana de São Paulo – RMSP	4.992.570	413.350	8,28

FONTE: elaborado pela autora com base no *Déficit Habitacional no Brasil*, 2005.

2.3 A evolução das *ocupações irregulares* em Curitiba

Os primeiros registros oficiais de ocupações irregulares em Curitiba datam do ano de 1971: 21 áreas e 2.213 domicílios – aproximadamente 8.852 pessoas. A partir deste ano o IPPUC começou a realizar um levantamento sistemático das ocupações irregulares de Curitiba, identificando o número de áreas e de domicílios irregulares, o que possibilita compreender a evolução histórica desse tipo de ocupação na “cidade-modelo”.

De acordo com Rolim (1985), as primeiras favelas de Curitiba foram a Favela do Valetão e a Favela Vila Pinto³⁷. Tais favelas foram constituídas no início da década de 70 e localizavam-se em áreas próximas ao centro da cidade. Desde a década de 70 o crescimento dos domicílios em ocupações irregulares na “cidade-modelo” tem-se mantido positivo e, até início da década de 90, com taxas muito superiores às apresentadas pelos domicílios do Município.

³⁷ Cabe destacar que a Vila Pinto tem sido historicamente objeto de intervenções da Prefeitura Municipal. Inúmeras foram as tentativas de remoção, urbanização e de regularização da área e, em meados da década de 90, a ocupação – hoje chamada Vila das Torres – foi escolhida para realização do projeto piloto do programa Vila de Ofícios. Acredita-se que a favela Vila Pinto tenha sido objeto de tantas intervenções devido a sua localização espacial privilegiada. A favela situa-se ao lado da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, próxima à região central da cidade e as margens da Avenida das Torres, uma das principais vias de acesso à “cidade-modelo”. Quem chega à Curitiba, do aeroporto ou da região sul do país, obrigatoriamente passa pela Vila Pinto. O programa Vila de Ofícios foi implantado em 1995 e será abordado no capítulo 3 deste trabalho.

Tabela 2. Município de Curitiba: taxas de crescimento anual dos domicílios e dos domicílios em ocupações irregulares

Períodos	Períodos – IBGE	Taxas de crescimento anual dos domicílios Total	Períodos – IPPUC	Taxas de crescimento anual dos domicílios em Ocup. Irregulares
1º período	1970-1980	6,72	1971 – 1979	13,44
2º período	1980-1991	3,47	1979 – 1992	16,61
3º período	1991-1996	4,17	1992 – 1996	3,08
4º período	1996-2000	2,75	1996 – 2000	2,45

FONTE: elaborado pela autora.

Censos demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000, Contagem da população 1996.

Dados dos domicílios em ocupações irregulares extraído da tabela: "Áreas e Domicílios em Ocupações Irregulares, em Curitiba - 1971 a 2000", disponível em: http://ippucnet.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/Curitiba_em_dados_Pesquisa.asp

Visitado em: 12/10/2006.

A tabela acima mostra que os períodos correspondentes aos dados de domicílios irregulares de Curitiba diferem ligeiramente dos períodos relativo aos censos do IBGE. Neste sentido não é possível realizar uma comparação direta das taxas de crescimento dos domicílios do Município com as taxas de crescimento dos domicílios localizados em ocupações irregulares. Contudo, apesar do descompasso verificado entre as datas, os números mostram que as décadas de 70, 80 e início de 90 caracterizaram-se por um crescimento acelerado das ocupações irregulares na “cidade-modelo”. Quadro que muda significativamente, a partir de 1992, quando as taxas de crescimento dos domicílios irregulares passam de 16,61% ao ano para 3,87% na primeira metade da década de 90.

Pode-se afirmar, com base nesses números que, a partir da década de 90, ocorreu uma alteração no ritmo de crescimento dos domicílios irregulares em Curitiba. Pois até o final da década de 80 e início de 90, as taxas de crescimento dos domicílios em ocupações irregulares no Município vinham evoluindo, sempre a patamares acima de 10%, ao passo que, a partir de 1992 o índice, para Curitiba, reduz-se drasticamente.

Se, por conseguinte considerarmos equivalentes os períodos referentes aos dados dos domicílios irregulares – produzidos pelo IPPUC – e os períodos de levantamento dos Censos do IBGE, ainda que efetivamente eles não sejam, poderemos estimar qual foi a participação dos domicílios irregulares no *incremento domiciliar*³⁸ de cada período.

³⁸ Entende-se por incremento domiciliar o número de domicílios produzidos em determinado período.

Tabela 3. Município de Curitiba: incremento domiciliar total e em ocupações irregulares

Períodos	Períodos – IBGE	Incremento domiciliar Municipal	Períodos – IPPUC	Incremento domiciliar em Ocup. Irregulares	% no incremento total
1º período	1970-1980	115 229	1971 - 1979	3 854	3,34
2º período	1980-1991	109 687	1979 - 1992	38 646	35,23
3º período	1991-1996	79 359	1992 - 1996	7 329	9,24
4º período	1996-2000	49 351	1996 - 2000	5 291	10,72

FONTE: elaborado pela autora.

Censos demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000, Contagem da população 1996.

Dados dos domicílios em ocupações irregulares retirado da tabela: "Áreas e Domicílios em Ocupações Irregulares, em Curitiba - 1971 a 2000", disponível em: http://ippucnet.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/Curitiba_em_dados_Pesquisa.asp

Visitado em: 12/10/2006.

Verifica-se que as altas taxas de crescimento anual dos domicílios irregulares, registradas na década de 80 e início de 90, tiveram rebatimento direto na porcentagem de participação desses domicílios no incremento domiciliar municipal registrado para o período. De acordo com o IBGE, de 1980 a 1991 o Município de Curitiba teve um acréscimo de 109.687 domicílios. Desses, aproximadamente 38 mil foram construídos em ocupações irregulares, ou seja, 35% do total do incremento domiciliar da década de 80 se deu de modo e/ou forma irregular.

Aqui devemos destacar que, do incremento de 38 mil domicílios irregulares registrados no período de 1979 a 1992, 20 mil foram construídos apenas nos dois primeiros anos da década de 90. Foi, portanto entre 1990 e 1992 que se deu o maior crescimento de domicílios irregulares em Curitiba, cerca de 35% do estoque de domicílios irregulares – existentes até 2000 – formaram-se nos dois primeiros anos da década de 90 (Gráfico 1).

Gráfico 1. Evolução do número de domicílios em Ocupações Irregulares em Curitiba

FONTE: IPPUC, 2000.

Elaborado pela autora com base nas informações do documento: *Áreas e Domicílios em Ocupações Irregulares, em Curitiba - 1971 a 2000*, disponível em

http://ippucnet.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/Curitiba_em_dados_Pesquisa.asp

Visitado em: 12/10/2006.

No entanto o maior crescimento de *áreas* de ocupação irregular se deu em período imediatamente anterior ao de maior crescimento dos *domicílios* irregulares. Das 301 áreas irregulares identificadas pelo IPPUC até o ano 2000, no Município de Curitiba, 143 foram formadas no período de 1984 a 1989 (47,50%) (Gráfico 2).

Gráfico 2. Evolução do número de áreas de Ocupação Irregular em Curitiba

FONTE: IPPUC, 2000.

Elaborado pela autora com base nas informações do documento: *Áreas e Domicílios em Ocupações Irregulares, em Curitiba - 1971 a 2000*, disponível em

http://ippucnet.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/Curitiba_em_dados_Pesquisa.asp

Visitado em: 12/10/2006.

Os números revelam, portanto que a segunda metade da década de 80 caracterizou-se pelo crescimento e pela disseminação das áreas de ocupação irregular pelo espaço da cidade e, a consolidação desses assentamentos se deu em período subsequente: nos primeiros anos da década de 90.

Tabela 4. Município de Curitiba: evolução das ocupações irregulares (áreas e domicílios)

Ano	Ocupações Irregulares	
	Número de áreas	Número de Domicílios
1971	21	2213
1974	35	4083
1978	43	5068
1979	46	6067
1982	52	7716
1983	62	8299
1984	66	11388
1985	115	12675
1987	162	18442
1989	209	22068
1990	209	24570
1992	236	44713
1994	244	50663
1996	242	52042
2000	301	57333

FONTE: IPPUC, 2000.

Dados dos domicílios em ocupações irregulares retirado da tabela: "Áreas e Domicílios em Ocupações Irregulares, em Curitiba - 1971 a 2000", disponível em:
http://ippucnet.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/Curitiba_em_dados_Pesquisa.asp
 Visitado em: 12/10/2006.

Nos períodos posteriores, devido a queda – a partir de 1992 – da taxa de crescimento dos domicílios irregulares, ocorreu uma redução da participação desses domicílios no incremento domiciliar de Curitiba. De 35,23% (1979 a 1992), a participação dos domicílios irregulares passa para 9,24% (1991 a 1996).

Convém notar que, apesar de ser verificada uma redução da participação dos domicílios irregulares no incremento domiciliar municipal, não houve – a partir da década de 90 –, com a mesma intensidade, uma diminuição da participação dos domicílios irregulares no total dos domicílios existentes no Município de Curitiba.

Tabela 5. Município de Curitiba: participação dos domicílios irregulares no total dos domicílios da “cidade-modelo”

Ano	Domicílios	Ano	Domicílios	
	Total municipal		em Ocup. Irregulares	% em relação ao Município
1 970	125 688	1971	2 213	1,76
1 980	240 917	1979	6 067	2,52
1 991	350 604	1992	44 713	12,75
1 996	429 963	1996	52 042	12,10
2 000	479 314	2000	57 333	11,96

FONTE: Censos demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000, Contagem da população 1996.

Dados dos domicílios em ocupações irregulares retirado da tabela: "Áreas e Domicílios em Ocupações Irregulares, em Curitiba - 1971 a 2000", disponível em: http://ippucnet.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/Curitiba_em_dados_Pesquisa.asp

Visitado em: 12/10/2006.

O crescimento assombroso ocorrido de 1979 a 1992 fez a participação dos domicílios irregulares, em relação ao número total de domicílios de Curitiba, passar de 2,52 % (em 1980) para 12,75% (em 1991/1992). A partir da década de 90, essa porcentagem se manteve em torno dos 12% o que revela que, mesmo com a significativa redução da taxa de crescimento dos domicílios irregulares, eles continuaram crescendo só que, a partir de 1992, eles passaram a crescer num ritmo menos acelerado, acompanhando os índices de crescimento domiciliar do Município.

2.3.1 As ocupações irregulares na Região Metropolitana de Curitiba

Não possuímos, para os mesmos períodos, os mesmos dados sobre ocupações irregulares no aglomerado metropolitano. As informações disponíveis são apenas relativas ao período de 1991 a 1996. Ou seja, a partir de 1996 não é possível verificar a dinâmica dos domicílios irregulares na RMC.

Contudo, com as informações disponíveis já é possível verificar que Curitiba perdeu participação – na primeira metade da década de 90 – na composição global da população residente em ocupações irregulares no aglomerado metropolitano (NUC). Em 1991, 72,43% dos domicílios irregulares do NUC localizavam-se em Curitiba, em 1996 essa porcentagem cai para 64,25%. Essa perda de participação parece indicar que a informalidade da moradia na RMC, a partir da década de 90, começa a se deslocar da “cidade-modelo” para os municípios do NUC.

Tabela 6. Grande Curitiba: taxa de crescimento dos domicílios em ocupações irregulares

Municípios	1991/1992			1996/1997			tx.cresc. 92/97	
	domicílios			Domicílios			Domicílios	
	TOTAL	em Ocup. Irregulares	%	TOTAL	em Ocup. Irregulares	%	TOTAL	em Ocup. Irregulares
Almirante Tamandaré	15.532	1.536	2,84	23.085	4.785	5,91	8,25	25,52
Araucária	14.645	509	0,94	19.729	1.621	2,00	6,14	26,07
Campina Grande do Sul	4.554	188	0,35	7.921	584	0,72	11,71	25,44
Campo Largo	17.564	423	0,78	21.980	1.723	2,13	4,59	32,43
Campo Magro			0,00		730	0,90		
Colombo	28.118	3.303	6,11	39.693	6.253	7,72	7,14	13,62
Fazenda Rio Grande	5.862	440	0,81	11.548	1.557	1,92	14,52	28,76
Itaperuçu	652	155	0,29	4.499	569	0,70	47,15	29,70
Pinhais	17.912	1.556	2,88	24.012	2.241	2,77	6,04	7,57
Piraquara	7.023	197	0,36	15.671	4.229	5,22	17,41	84,65
Quatro Barras	2.442	0	0,00	3.704	0	0,00	8,69	
Rio Branco do Sul	8.266	463	0,86	6.039	817	1,01	-6,09	12,03
São José dos Pinhais	31.043	581	1,07	44.793	3.845	4,75	7,61	45,93
Subtotal	153.613	9.351	17,30	222.674	28.954	35,75	7,71	25,36
Curitiba*	350.604	44.713	82,70	429.963	52.042	64,25	4,17	3,08
TOTAL - aglomerado	504.217	54.064	100,00	652.637	80.996	100,00	5,30	8,42

FONTE: elaborado pela autora.

Censo demográfico 1991 e Contagem da população 1996.

Dados dos domicílios em ocupações irregulares 1992 - Pesquisa de Campo COMEC

Dados dos domicílios em ocupações irregulares 1997 - Levantamento COMEC

NOTA:

*Dados dos domicílios em ocupações irregulares retirado da tabela: "Áreas e Domicílios em Ocupações Irregulares, em Curitiba - 1971 a 2000".

Disponível em: http://ippucnet.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/Curitiba_em_dados_Pesquisa.asp

Visitado em: 12/10/2006.

Tal hipótese ganha sustentação ao verificarmos que, enquanto os domicílios irregulares em Curitiba cresciam a uma taxa de 3,08% ao ano, nos municípios do NUC eles cresciam a uma taxa média de 25,36% ao ano, com índices que variavam (de município para município) de 7,57% a 84,65%.

Apesar de a problemática parecer estar diminuindo, devido a redução acentuada do seu ritmo de crescimento em Curitiba, ela de fato não está, uma vez que os números apontam para uma exportação do problema da habitação da capital para os municípios do NUC. Serão neles que, a partir da década de 90, a informalidade do espaço e da moradia irá se localizar de maneira privilegiada.

A combinação (i) da redução da concentração dos domicílios irregulares em Curitiba com (ii) as altas taxas de crescimento dos mesmos nos municípios do NUC, e com (iii) a brusca queda da taxa de crescimento dos domicílios localizados em ocupações

a cidade de Curitiba superava os municípios do entorno, entretanto, em número de áreas, a situação se invertia – para o ano de 1996.

Situação que parece indicar que, no município pólo estavam localizadas as ocupações mais densas, consolidadas e, portanto mais antigas e, nos municípios do entorno localizavam-se as ocupações mais recentes e em processo de crescimento, desta forma, com menor número de unidades habitacionais. Acredita-se que hoje, uma década depois do levantamento da COMEC – levando-se em consideração a redução da taxa de crescimento dos domicílios irregulares em Curitiba, a partir de 1992, e as altas taxas de crescimento registradas nos municípios do entorno –, os municípios do entorno já tenham superado Curitiba também em relação ao número de domicílios localizados em ocupações irregulares.

Mapa 2. Espacialização das Ocupações Irregulares – NUC (1999)

2.3.2 Distribuição espacial das ocupações irregulares na “cidade-modelo”

A partir das informações produzidas pelo IPPUC nota-se que, no período de 1970 a 2000, a cidade de Curitiba teve um incremento estimado de 353.626 domicílios, 15,59% foi absorvido pelas ocupações irregulares. Ou seja, aproximadamente 16% do crescimento de Curitiba se realizou, no período de construção e consolidação do *discurso* da “cidade-modelo”, via produção informal do espaço e da moradia. Esse crescimento, no entanto não se deu de maneira uniforme pelo espaço da cidade: algumas áreas foram pouco ou nada afetadas e outras praticamente tiveram seu crescimento impulsionado pelas chamadas ocupações irregulares.

Mapa 3. Espacialização das Ocupações Irregulares – Curitiba (1976)

O primeiro mapeamento das áreas de ocupação irregular para Curitiba, que se tem registro, data de 1976 (Mapa 3). Tal mapeamento foi realizado no âmbito do *Plano de*

*Desfavelamento*³⁹ e, devido a forma de distribuição das áreas pelo espaço municipal, não é possível afirmar – categoricamente – se tais áreas, à época, concentravam-se na região sul, norte, leste ou oeste da cidade. No entanto se compararmos o mapeamento de 1976 com o mapeamento de 2000 poderemos observar que as ocupações irregulares se desenvolveram pelos quatro cantos da cidade com uma certa predominância na porção sul do Município (Mapa 3 e Mapa 4).

Mapa 4. Espacialização das Ocupações Irregulares – Curitiba (2000)

Outro fator importante e merecedor de destaque, em relação a distribuição espacial das ocupações irregulares na “cidade-modelo”, é que os bairros que compõem a regional administrativa Matriz, por sua vez os mesmos bairros que concentram as camadas de mais alta renda da cidade, permaneceram durante todo o período sem terem sido afetados pelo crescimento das ocupações irregulares no Município. Os domicílios irregulares localizados

³⁹ A descrição e análise do Plano de Desfavelamento – 1976 serão desenvolvidas na sequência deste trabalho.

nessa região, em 2000, não chegavam a 0,4% do total de domicílios irregulares da “cidade-modelo”.

Tabela 7. Município de Curitiba: distribuição das ocupações irregulares por regional administrativa

Regional	Ocupações Irregulares							
	1991/1992				2000			
	Áreas	%	Domicílios	%	Áreas	%	Domicílios	%
Bairro Novo*					30	9,97	8.580	14,97
Boa Vista	34	14,41	2.602	5,82	57	18,94	4.121	7,19
Boqueirão	73	30,93	10.965	24,52	28	9,30	3.464	6,04
Cajuru**					38	12,62	13.906	24,25
Matriz	2	0,85	1.297	2,90	1	0,33	200	0,35
Pinheirinho	48	20,34	14.592	32,63	48	15,95	6.872	11,99
Portão	37	15,68	11.978	26,79	60	19,93	14.839	25,88
Santa Felicidade	42	17,80	3.279	7,33	39	12,96	5.351	9,33
Curitiba	236	100,00	44.713	100,00	301	100,00	57.333	100,00

FONTE: IPPUC, 1992 e 2000.

*A regional Bairro Novo, em 1991, fazia parte da regional Pinheirinho

** A regional Cajuru, em 1991, fazia parte da regional Boqueirão

Apesar dos núcleos estarem distribuídos até certo ponto, de maneira não concentrada pelo território, percebe-se que os domicílios irregulares encontram-se localizados predominantemente nas porções da cidade situadas a sul da regional Matriz. (Mapa 4) Cerca de 80% dos domicílios irregulares da “cidade-modelo”, no ano 2000, pertenciam as regionais: Bairro Novo (sul), Boqueirão (sul), Cajuru (sudeste), Pinheirinho (sul) e Portão (sudoeste).

A espacialização das ocupações irregulares em Curitiba para os anos de 1976 e 2000 revela que, a única área irregular localizada na regional Matriz, em 1976, por sua vez a maior em extensão – no período –, foi extinta no ano 2000. Tal área se referia à favela do Capanema que, à época, de acordo com o IPPUC (1979), possuía “um total de 376 barracos” (p.27). Número que, segundo o Instituto, representava cerca de 10% do total de domicílios favelados existentes no Município em 1976. A erradicação dessa área da região predominantemente ocupada pelas camadas de alta renda, como veremos no capítulo seguinte, foi resultado de uma ação planejada da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Essa intervenção municipal, por sua vez fez com que a regional Matriz, diferentemente da demais regionais do Município, apresentasse uma redução do número de áreas irregulares de 1976 a 2000. Percebemos, ao observarmos os mapas 3 e 4, que todas as regionais – com exceção da Matriz – tiveram um aumento significativo de áreas de ocupação irregular. Fica evidente, portanto que os bairros que compõem a regional da Matriz foram, em

certa medida, “protegidos” do processo de produção informal do espaço e da moradia deflagrado, na cidade de Curitiba, a partir da década de 70.

Mapa 5. Espacialização das Ocupações Irregulares e da Renda – Curitiba (2000)

Se, a regional Matriz ficou resguardada do crescimento das áreas de ocupação irregular, outros bairros da cidade, em contrapartida, se tornaram o lugar privilegiado para o seu desenvolvimento e consolidação. Ao desagregarmos os dados por bairros, verifica-se uma concentração acentuada dos domicílios irregulares em determinados bairros da “cidade-modelo”.

Dos 44.713 domicílios irregulares existentes em Curitiba no ano de 1991, mais de 50% estavam localizados em apenas três bairros: Cajuru (sudeste), Cidade Industrial (sudoeste – oeste) e Sítio Cercado (sul). No ano 2000 esses bairros continuaram concentrando grande parte dos domicílios irregulares, no entanto devido ao crescimento negativo desses

domicílios no bairro Sítio Cercado, a porcentagem de domicílios irregulares localizados nos três bairros em questão, caiu ligeiramente de 53,11% (1991) para 46% (2000) (tabela 8).

A espacialização das taxas de crescimento dos domicílios irregulares por bairro revela que, embora – a partir de 1992 – a taxa de crescimento dos domicílios irregulares, para o Município, tenha sofrido uma significativa queda, alguns bairros apresentaram para os períodos de 1991 a 1996 e de 1996 a 2000 taxas de crescimento anual superiores a 20% (tabela 8). No primeiro período quatro bairros registraram tal crescimento: Capão da Imbuia (leste), Abranches (norte), Augusta (oeste) e Campo de Santana (sul).

Mapa 6. Taxa de crescimento dos domicílios em *ocupações irregulares* (1991-96)

Na segunda metade da década de 90, o número de bairros com índices de crescimento – dos domicílios irregulares – superiores a 20% ao ano subiu, de quatro, para dez: Capão da Imbuia (leste), Bairro Alto (leste), Cachoeira (norte), Abranches (norte), São João

(norte), Santa Felicidade (norte), Butiatuvinha (norte), Tatuquara (sul) e Caximba (sul). O que demonstra que há uma tendência da irregularidade se concentrar predominantemente nos bairros mais periféricos da “cidade-modelo”, justamente naqueles que fazem limite com os municípios da RMC. Essas evidências demonstram, portanto a existência de um processo de acentuado de periferização/favelização da população pobre na “cidade-modelo”.

Mapa 7. Taxa de crescimento dos domicílios em *ocupações irregulares* (1996-2000)

2.4 Considerações acerca da *cidade oculta*

As evidências empíricas da existência, crescimento e localização das ocupações irregulares no aglomerado metropolitano, sobretudo em Curitiba, mostram que:

- a. No período correlato a produção e consolidação do *discurso* da “cidade-modelo” (1970-2000), 16% de todo o crescimento domiciliar registrado em Curitiba foi absorvido pelas chamadas ocupações irregulares;
- b. Esse crescimento irregular da moradia (e do espaço) em Curitiba evolui exponencialmente durante toda a década de 70 e 80, alcançando o seu auge no final da década de 80 e início da década de 90;
- c. Esse período, em que as ocupações irregulares explodiram na “cidade-modelo”, pôde ser dividido em duas fases: a primeira, de 1984 a 1989, caracterizada pela proliferação das áreas irregulares por todo o espaço da cidade e, a segunda, de 1990 a 1992, caracterizada pela consolidação dessas áreas, ou seja, pela densificação das ocupações irregulares;
- d. A segunda metade da década de 90 marcou o início de um processo de desaceleração do crescimento das ocupações irregulares na “cidade-modelo”;
- e. A tendência observada foi a de que a população moradora das ocupações irregulares esteja sendo deslocada para os municípios do entorno de Curitiba (NUC), tendo em vista a redução acentuada da taxa de crescimento dos domicílios localizados em ocupações irregulares na “cidade-modelo” concomitantemente às altas taxas de crescimento constatadas nos municípios do NUC;
- f. As *áreas* de ocupação irregular encontram-se distribuídas pelos quatro cantos da “cidade-modelo” (norte, sul, leste e oeste);
- g. Contudo verificou-se uma forte concentração dos *domicílios* irregulares nas regionais localizadas a sul da regional Matriz: Cerca de 80% dos domicílios irregulares da “cidade-modelo”, no ano 2000, pertenciam as regionais: Bairro Novo (sul), Boqueirão (sul), Cajuru (sudeste), Pinheirinho (sul) e Portão (sudoeste).
- h. O que revelou que as ocupações irregulares localizadas na porção sul do Município são efetivamente as áreas irregulares mais densas e mais populosas;
- i. Em toda a década de 90 os bairros pertencentes a regional Matriz ficaram alheios a todo o processo de crescimento e densificação de áreas de ocupação irregular descritos neste capítulo: de 1991 a 2000 a região ocupada pelas camadas de alta renda da “cidade-modelo” não foi afetada pelas ocupações irregulares; e por fim cabe destacar que,
- j. Foi exatamente essa região, ocupada pelas camadas de alta renda da “cidade-modelo”, a única porção do espaço do Município que apresentou um processo de redução de áreas de ocupação irregular no período de 1976 e 2000.

Apresentada a realidade habitacional de Curitiba buscaremos, no próximo capítulo deste trabalho, identificar de que maneira o Poder Executivo Municipal se comportou frente ao processo – aqui descrito – de produção informal do espaço e da moradia na “cidade-modelo”.

2.4.1 IMAGENS: Curitiba, a cidade ocultada

Foto 6 Favela Parolin

FONTE: COHAB, 2006.

Foto 7 Favela Bom Menino

FONTE: COHAB, 2006.

Foto 8 Favela Cajuru 2

FONTE: COHAB, 2007.

Foto 9 Favela Uberlândia

FONTE: COHAB, 2006.

Foto 10 Favela Lorena

FONTE: COHAB, 2006.

Tabela 8. Município de Curitiba: distribuição dos domicílios irregulares por bairro (1991, 1996 e 2000).

Bairros	1991/1992		1996		2.000		tx. de cresc.		
	Domicílios em Ocup. Irregulares	%	Domicílios em Ocup. Irregulares	%	Domicílios em Ocup. Irregulares	%	91-96	96-2000	91-2000
Abranches	78	0,17	217	0,42	552	0,96	22,71	26,29	24,29
Água Verde	0	0,00	0	0,00	0	0,00	-	-	-
Ahú	11	0,02	0	0,00	0	0,00	100,00	-	100,00
Alto Boqueirão	1.029	2,30	1.066	2,05	1484	2,59	0,71	8,62	4,15
Alto da Glória	0	0,00	0	0,00	0	0,00	-	-	-
Alto da Rua XV	0	0,00	0	0,00	0	0,00	-	-	-
Atuba	711	1,59	743	1,43	306	0,53	0,88	-19,89	-8,94
Augusta	189	0,42	500	0,96	205	0,36	21,48	-19,98	0,91
Bacacheri	32	0,07	25	0,05	25	0,04	-4,82	0,00	-2,71
Bairro Alto	483	1,08	223	0,43	855	1,49	-14,32	39,93	6,55
Barreirinha	98	0,22	63	0,12	44	0,08	-8,46	-8,58	-8,51
Batel	0	0,00	0	0,00	0	0,00	-	-	-
Bigorrrilho	0	0,00	0	0,00	0	0,00	-	-	-
Boa Vista	14	0,03	26	0,05	51	0,09	13,18	18,34	15,45
Bom Retiro	0	0,00	0	0,00	0	0,00	-	-	-
Boqueirão	499	1,12	889	1,71	766	1,34	12,24	-3,65	4,88
Butiatuvinha	0	0,00	327	0,63	757	1,32	novos	23,35	novos
Cabral	0	0,00	0	0,00	0	0,00	-	-	-
Cachoeira	150	0,34	202	0,39	903	1,58	6,13	45,41	22,07
Cajuru	7.220	16,15	9.063	17,41	9449	16,48	4,65	1,05	3,03
Campina do Siqueira	0	0,00	0	0,00	0	0,00	-	-	-
Campo Comprido	736	1,65	1.453	2,79	924	1,61	14,57	-10,70	2,56
Campo de Santana	170	0,38	453	0,87	698	1,22	21,65	11,41	16,99
Capão da Imbuia	59	0,13	335	0,64	787	1,37	41,53	23,80	33,36
Capão Raso	389	0,87	167	0,32	341	0,59	-15,56	19,54	-1,45
Cascatinha	0	0,00	0	0,00	0	0,00	-	-	-
Caximba	0	0,00	120	0,23	492	0,86	novos	42,30	novos
Centro	0	0,00	0	0,00	0	0,00	-	-	-
Centro Cívico	0	0,00	0	0,00	0	0,00	-	-	-
Cidade Industrial	10.880	24,33	14.968	28,76	11698	20,40	6,59	-5,98	0,81
Cristo Rei	0	0,00	0	0,00	0	0,00	-	-	-
Fanny	7	0,02	6	0,01	7	0,01	-3,04	3,93	0,00
Fazendinha	718	1,61	727	1,40	778	1,36	0,25	1,71	0,90
Ganchinho	720	1,61	1.000	1,92	1337	2,33	6,79	7,53	7,12
Guabirota	140	0,31	114	0,22	93	0,16	-4,03	-4,96	-4,44
Guairá	431	0,96	553	1,06	580	1,01	5,11	1,20	3,35
Hauer	0	0,00	0	0,00	0	0,00	-	-	-
Hugo Lange	0	0,00	0	0,00	0	0,00	-	-	-
Jardim Botânico	0	0,00	0	0,00	0	0,00	-	-	-
Jardim das Américas	0	0,00	0	0,00	0	0,00	-	-	-

(continuação)

Bairros	1991/1992		1996		2.000		tx. de cresc.		
	Domicílios em Ocup. Irregulares	%	Domicílios em Ocup. Irregulares	%	Domicílios em Ocup. Irregulares	%	91-96	96-2000	91-2000
Jardim Social	0	0,00	0	0,00	0	0,00	-	-	-
Juvevê	0	0,00	0	0,00	0	0,00	-	-	-
Lamenha Pequena	0	0,00	0	0,00	0	0,00	-	-	-
Lindóia	234	0,52	186	0,36	249	0,43	-4,49	7,57	0,69
Mercês	0	0,00	0	0,00	0	0,00	-	-	-
Mossunguê	157	0,35	186	0,36	267	0,47	3,45	9,46	6,08
Novo Mundo	2.885	6,45	2.962	5,69	2110	3,68	0,53	-8,13	-3,42
Órleans	252	0,56	140	0,27	190	0,33	-11,09	7,93	-3,09
Parolin	1.229	2,75	1.348	2,59	1719	3,00	1,87	6,27	3,80
Pilarzinho	598	1,34	512	0,98	806	1,41	-3,06	12,01	3,37
Pinheirinho	2.017	4,51	2.517	4,84	1810	3,16	4,53	-7,91	-1,20
Portão	7	0,02	0	0,00	503	0,88	-	-	-
Prado Velho	1.286	2,88	200	0,38	200	0,35	100,00	novos	60,80
Rebouças	0	0,00	0	0,00	0	0,00	-31,08	0,00	-18,68
Riviera	0	0,00	0	0,00	0	0,00	-	-	-
Santa Cândida	410	0,92	289	0,56	554	0,97	-	-	-
Santa Felicidade	161	0,36	189	0,36	546	0,95	-6,76	17,67	3,40
Santa Quitéria	608	1,36	592	1,14	422	0,74	3,26	30,37	14,53
Santo Inácio	48	0,11	68	0,13	73	0,13	-0,53	-8,11	-3,98
São Braz	264	0,59	237	0,46	228	0,40	7,21	1,79	4,77
São Francisco	0	0,00	0	0,00	0	0,00	-2,13	-0,96	-1,62
São João	49	0,11	28	0,05	100	0,17	-	-	-
São Lourenço	0	0,00	0	0,00	0	0,00	-10,59	37,47	8,25
São Miguel	0	0,00	950	1,83	1258	2,19	-	-	-
Seminário	0	0,00	0	0,00	0	0,00	novos	7,27	novos
Sítio Cercado	5.646	12,63	4.382	8,42	5235	9,13	-	-	-
Taboão	0	0,00	0	0,00	0	0,00	-4,94	4,55	-0,84
Tarumã	0	0,00	0	0,00	0	0,00	-	-	-
Tatuquara	1.082	2,42	984	1,89	2170	3,78	-	-	-
Tingüi	28	0,06	31	0,06	25	0,04	-1,88	21,86	8,04
Uberaba	935	2,09	1.325	2,55	3577	6,24	2,06	-5,24	-1,25
Umbará	810	1,81	510	0,98	818	1,43	7,22	28,18	16,08
Vila Izabel	0	0,00	0	0,00	0	0,00	-8,84	12,54	0,11
Vista Alegre	113	0,25	168	0,32	127	0,22	-	-	-
Xaxim	1.130	2,53	998	1,92	1214	2,12	8,25	-6,76	1,31
Curitiba	44.713	100,00	52.042	100,00	57.333	100,00	-2,45	5,02	0,80

FONTE: IPPUC, 1992, 1996 e 2000.

3 CAPÍTULO III – A POLÍTICA HABITACIONAL DE CURITIBA

3.1 Introdução

Para explicitarmos a Política Habitacional de Curitiba que foi contemporânea ao processo de construção e consolidação da *imagem da cidade*, buscaremos, neste capítulo, descrever as principais *ações* do Estado destinadas ao tratamento da problemática habitacional da cidade, concebidas e/ou executadas no período de 1970 a 2000. Tal descrição foi realizada através de uma breve recuperação histórica da atuação da Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT) e do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC). Deu-se prioridade à atuação desses dois órgãos municipais, tendo em vista que o primeiro deles se referiu, historicamente, ao principal *executor* da política habitacional de Curitiba e o segundo, ao seu *formulador*⁴⁰.

A atuação desses órgãos, como veremos, correspondeu desde a elaboração e a regulamentação de planos, programas e projetos voltados à resolução do problema da habitação, passando pela produção direta de unidades habitacionais e, mais recentemente, pela instituição de parcerias com a iniciativa privada, por intermédio da criação de incentivos⁴¹ para produção privada de habitação.

Com o objetivo de apresentar, a partir da abordagem dessas diferentes formas de atuação do Poder Executivo Municipal de Curitiba, a política de habitação, demos relevo às *ações* que tinham por intenção enfrentar o problema habitacional de forma “global”⁴². Nesta perspectiva, interessaram-nos mais os *planos* do que os *projetos*, pois os planos, em sua maioria, diferiam dos projetos por apresentarem uma reflexão global do Estado sobre o problema da habitação no município e por buscarem estabelecer ações coordenadas no sentido de reverter o quadro identificado. Ocorre, contudo, que, como veremos no decorrer deste

⁴⁰ A produção habitacional da Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), no Município de Curitiba, relativa ao período de 1970 a 2000, foi de apenas 61 unidades. Esse número, num universo de 93.977 unidades (produção da COHAB-CT para o mesmo período), é praticamente irrelevante. Por esse motivo as ações da COHAPAR não serão tratadas neste trabalho. A informação relativa à produção habitacional da COHAPAR foi extraída do *website* da companhia: <http://200.189.113.88/cohapar/consultas/consulta_municipio2.php>, Acesso em: 15 maio 2007.

⁴¹ Os incentivos se referem à flexibilização dos padrões e requisitos urbanísticos para implantação de loteamentos populares. Essa parceria, viabilizada desde 1991 através da criação do Programa “Parceria com a Iniciativa Privada”, será abordada de forma mais detalhada na sequência deste trabalho. Neste momento cabe destacar que ela permite ao empreendedor privado a produção de lotes com dimensões e áreas inferiores ao exigido na legislação municipal e a implantação de uma infra-estrutura urbana simplificada. Em troca dessa flexibilização, o empreendedor cede ao Fundo Municipal de Habitação (FMH) 20% dos lotes urbanos produzidos.

⁴² Referimos-nos aqui, às ações que tiveram abrangência municipal, ou ainda aquelas que buscavam enfrentar o problema habitacional do município e não àquelas ações pensadas e/ou implementadas de maneira pontual e/ou de forma fragmentada.

capítulo, alguns programas e projetos se destacaram justamente porque, devido ao seu porte e complexidade, se aproximaram mais do tratamento “global” do problema da habitação do que de uma intervenção pontual e de abrangência local. Assim, os programas e projetos imbuídos dessa característica “global” de intervenção, justamente por isso foram incorporados ao breve histórico que, nesta parte da dissertação, buscamos desenvolver.

3.2 A Política de Habitação de Curitiba: um breve histórico

Em 41 anos de atuação, foram mais de 400 empreendimentos e benefícios para cerca de 120 mil famílias, ou mais de 450 mil pessoas. Foi como se a COHAB tivesse construído uma nova cidade dentro de Curitiba – uma cidade que seria talvez a segunda do Paraná (BOLETIM CASA ROMÁRIO MARTINS, 2006).

Foi com essas palavras que o atual presidente da COHAB-CT, Mounir Chaowiche, apresentou o livro: “Cohab – Curitiba: 41 anos de planejamento e realizações”. Essa publicação, que teve por objetivo resgatar a história da Companhia, criada em 1965⁴³, relata os 41 anos de atuação da COHAB – em Curitiba e Região Metropolitana – a partir de depoimentos de técnicos, profissionais, ex-presidentes da Companhia e ex-prefeitos do Município de Curitiba. Na perspectiva do autor desse livro,

[...] a história da COHAB-CT nestes mais de 40 anos de trabalho e perseverança não merece – nem deve – ser imersa nos números transcritos em áridos relatórios, onde sua experiência seria muito mais difícil de ser recuperada. O presente esforço não é senão um rascunho para um processo que teria de ser muito mais aprofundado (p. 84).

O histórico que desenvolveremos neste capítulo, contrariando a visão esboçada acima, não recusará os números, dados e relatórios organizados pela COHAB-CT no decorrer de sua existência. Uma vez que são essas informações que nos permitirão descrever qual foi a *produção* efetivamente realizada pela Companhia e sua distribuição no tempo e no espaço da cidade. Nossa escolha metodológica, em hipótese alguma, tem a pretensão de encerrar o processo – necessariamente coletivo – de recuperação histórica da COHAB de Curitiba. O conteúdo que aqui será exposto pretende contribuir no desenvolvimento e no enriquecimento

⁴³ A Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT) foi criada através da Lei nº 2545/1965, durante o Regime Militar, no âmbito da criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), esses últimos instituídos pela Lei nº 4380, de 21 de agosto de 1964. A COHAB de Curitiba, como as demais Cohabs do país, teve por objetivo operacionalizar, no âmbito local, a política nacional traçada pelo BNH. Para uma leitura crítica sobre a política do BNH, ver: BOLAFFI, Gabriel. *Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema*. In: MARICATO, Ermínia (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade)*. 2. ed. São Paulo: Editora Alpha-Omega, 1982; MARICATO, E. *Política habitacional no regime militar*. Petrópolis: Vozes, 1987 e VILLAÇA, F. *O que todo cidadão precisa saber sobre habitação*. São Paulo: Global, 1986.

desse processo investigativo – já iniciado – a partir de um ponto de vista não-oficial, acadêmico e científico⁴⁴.

Uma ressalva importante a se fazer é a de relembrar que o objetivo deste capítulo é o de explicitar a política habitacional que foi contemporânea ao processo de constituição da *imagem* de Curitiba. Não se trata, portanto, do histórico da COHAB-CT, mas, sim, da política habitacional de Curitiba.

De fato, a história da política habitacional de Curitiba e a história da COHAB-CT não podem ser confundidas. Apesar de, em determinados períodos, caminharem lado a lado, o histórico da primeira não pode se restringir ao histórico da segunda, mesmo que, devido ao recorte temporal definido para este trabalho, que tem início na década de 1970 e se estende até o ano 2000⁴⁵, a descrição relativa à história da política habitacional de Curitiba estará diretamente relacionada à atuação da Companhia. Ocorre que a COHAB-CT foi criada no ano

⁴⁴ Deve-se destacar que o presente trabalho se enquadra na categoria de uma pesquisa acadêmica e científica, fato que, supostamente, o isentaria de posicionamentos ideológicos da autora. Contudo, por compartilharmos da compreensão de que a ciência não é neutra (CHAUI, 2006; MÉSZÁROS, 2004) e por acreditarmos que não existe uma única “verdade” relativa aos processos sócio-históricos, devemos esclarecer ao leitor que a breve história que será relatada neste trecho da dissertação se enquadra numa matriz teórica de inspiração marxista e que, devido ao fato de a autora residir no Município de Curitiba, o conteúdo que aqui se apresenta certamente é resultado não só da pesquisa empírica e teórica desenvolvida pela autora, ao longo da realização de seu mestrado, como também reflete, em alguma medida, sua experiência profissional e política de vida. Cientes disso tudo, podemos afirmar que o breve histórico que apresentaremos não pode ser tomado como verdade absoluta, nem tampouco como pura *ideologia*. Ele sintetiza uma leitura da realidade desenvolvida por uma pesquisadora específica, em determinado momento histórico e sob um determinado ponto de vista.

⁴⁵ O período escolhido para descrevermos a política habitacional de Curitiba, se refere ao momento histórico em que se originou a construção e se deu a consolidação da *imagem da cidade*. Esse recorte temporal se deve ao fato de que buscamos, a partir do desvendamento da política habitacional – formulada e executada nesse período –, verificar em que medida essa política contribuiu para a manutenção e reprodução da *imagem* da “cidade-modelo”. Ou seja, procurar-se-á dar relevo à política habitacional, levada a cabo em Curitiba, no momento em que se estruturaram as bases da *idéia* de que em Curitiba o planejamento urbano “deu certo”. De acordo com Sánchez (1993), o processo social de construção da *imagem* de Curitiba teve início na década de 1970 e, do nosso ponto de vista, como evidenciado no capítulo 1 desta dissertação, tem desdobramentos até os dias atuais. Desta forma, a parte da história da política habitacional que será abordada neste trabalho será aquela inserida no período de 1970 a 2000. O corte temporal se encerra em 2000, porque, a partir desta data, devido ao embate de idéias realizado nas eleições municipais – 2000, o grupo político re-eleito foi obrigado a incorporar, ao menos no discurso, a questão social com representativo destaque (Em relação às eleições municipais de Curitiba, ver: MOURA, R. ; KORNIN, T. . *(Des)construindo o discurso eleitoral: o primeiro turno das eleições municipais majoritárias em Curitiba no ano 2000*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 16, p. 67-96, 2001). Essa mudança de *discurso* teve rebatimentos nas ações concretas do Poder Executivo Municipal. Percebe-se que, até 2000, a política habitacional de Curitiba, com raras e efêmeras exceções, nunca foi colocada como “carro chefe” dos governos locais. Ao passo que, a partir desta data, a questão habitacional e outras questões sociais de âmbito municipal têm configurado recorrentemente entre os principais projetos das duas últimas gestões municipais. Acredita-se que a política habitacional de Curitiba venha ganhando destaque e sofrendo mudanças a partir de 2000. Trata-se de alterações que se devem certamente não só às condicionantes locais relatadas, como também devido a conjuntura nacional favorável (em especial a criação do Ministério das Cidades, do Conselho Nacional das Cidades e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social entre outras ações promovidas pelo Governo Federal nos anos subseqüentes). As mudanças em curso a partir de 2000 justificam, do nosso ponto de vista, o recorte temporal definido, tendo em vista que, a partir desta data, a política habitacional de Curitiba ganha novos contornos e seus rebatimentos na *imagem da cidade*, também em processo de transformação, certamente serão outros, ainda não conhecidos.

de 1965 e, desde então, ela tem assumido o papel de “responsável pelo planejamento e execução da política habitacional do Município de Curitiba” (COHAB-CT, 2004, p. 4).

Para uma melhor compreensão da atuação da COHAB-CT e do IPPUC no setor habitacional dividimos a exposição da política habitacional de Curitiba em duas partes.

Na primeira parte procuramos, a partir das principais ações promovidas pelo Poder Executivo Municipal – no campo da habitação –, elaborar uma cronologia relativa à política habitacional (Quadro 2). Para a organização dessa cronologia, como exposto no início deste capítulo, buscamos identificar, entre os diversos planos, programas, projetos e leis desenvolvidos pela municipalidade (entre 1970 e 2000), aqueles que, de nosso ponto de vista, se dispunham a enfrentar a questão da habitação na metrópole a partir de uma visão “global” da problemática.

O resgate e a distribuição no tempo dessas ações tiveram por objetivo traçar, para o período, um *quadro da intervenção pública municipal* no setor da habitação. Esse quadro teve por finalidade possibilitar a identificação do sentido, ou dos sentidos, adquirido(s) pela política habitacional de Curitiba, no período correlato à constituição e à disseminação da *imagem* de Curitiba veiculada pelo *discurso* da “cidade-modelo”.

Na segunda parte deste capítulo, abordamos a *produção habitacional* que foi resultante dessa política. Procuramos explicitar: (i) os diferentes tipos de unidades habitacionais produzidas (lotes, casas ou apartamentos); (ii) a distribuição/concentração dessa produção no tempo e no espaço. Pretende-se, deste modo, revelar os resultados espaciais concretos da política habitacional de Curitiba no espaço da cidade.

3.2.1 A Política de Habitação de Curitiba inscrita no contexto nacional

Recentemente, no Encontro Nacional da ANPUR, o professor Adauto Lucio Cardoso, ao expor seu trabalho, intitulado *Urbanização de Favelas no Brasil: revendo a experiência e pensando os desafios*, apresentou uma periodização referente às diferentes formas de intervenção do Estado nas favelas brasileiras⁴⁶.

Para Cardoso, a intervenção do Estado brasileiro no problema da habitação poderia ser dividida em cinco fases. A primeira delas, situada entre 1900 e 1930, seria aquela caracterizada pelo que o autor chamou de *invisibilidade*. Neste período o Estado não reconhecia oficialmente a existência de favelas e o problema da habitação era considerado um problema mais de ordem sanitária do que social.

⁴⁶ Referimos-nos ao XII Encontro Nacional da Anpur, realizado nos dias 21 a 25 de maio de 2007, na cidade de Belém, Estado do Pará.

Bonduki (2004) afirma que foi neste período que se originaram as primeiras intervenções estatais na questão da habitação. Esse autor adverte, contudo, que tais intervenções emergiram não para solucionar o problema da habitação em si, mas, sim, para conter os surtos de epidemias que assolavam os principais centros urbanos do país à época. Na perspectiva do autor, sob esse contexto, as ações do Estado disseram respeito unicamente ao controle sanitário urbano.

Num período em que a questão social era tratada como caso de polícia, o problema da habitação foi enfrentado pelo autoritarismo sanitário basicamente como uma questão de higiene, na perspectiva de difundir padrões de comportamento, de asseio e de hábitos cotidianos. A ação mais importante foi a extensão das redes de água, embora a insuficiência da adução tenha gerado escassez. (BONDUKI, 2004, p. 43).

Para Bonduki (2004), fora a abordagem higienista, a participação do Estado no campo da habitação, no período em questão, foi muito limitada.

O período subsequente a este, que vai de 1930 a 1964, é aquele que, na perspectiva exposta por Cardoso (2007), se caracterizaria por uma certa *ambigüidade*. Na visão deste autor, nesta fase as intervenções do Estado oscilaram entre ações de repressão, tolerância e de melhorias habitacionais. Em relação a esse momento da política habitacional brasileira, Bonduki (2004) coloca que, a partir dos anos 30 (sob a era Vargas), a questão da habitação:

[...] assumiu papel fundamental no discurso e nas realizações do Estado Novo, como símbolo da valorização do trabalhador e comprovação de que a política de amparo aos brasileiros estava dando resultados efetivos. No centro dessa concepção estava a idéia de que o trabalho dignifica e gera frutos, os quais compensariam décadas de sacrifício (p. 83).

Na concepção desse autor, a centralidade alcançada pela questão habitacional no Estado Novo teve por finalidade a garantia da viabilidade do “projeto nacional-desenvolvimentista” da era Vargas. A intervenção do Estado na questão da habitação cumpriu, ao mesmo tempo, objetivos de ordem econômica e política. Econômica, pois numa estratégia de industrialização do país – em que a redução dos salários dos operários é uma das formas de aumentar a taxa de acumulação – a diminuição do preço da habitação do trabalhador se fazia necessária, uma vez que ela era (e é) parte integrante da formação do custo de reprodução da força de trabalho. E política, pois através da difusão da ideologia da “casa-própria”, o Estado poderia contrapor as idéias socialistas e comunistas da época, e, desta forma, conter as ameaças políticas que o colocavam em risco. Bonduki sintetiza esses aspectos da seguinte forma:

A habitação operária torna-se, portanto, área crucial para a manutenção da ordem econômica, política e social. Além de ser um bem essencial para a sobrevivência do

trabalhador, a moradia deveria tornar-se instrumento de transformação do trabalhador em proprietário, desempenhando papel importante na criação de um modo de vida conservador e reproduzindo os padrões de comportamento moral e cultural burguês entre trabalhadores oriundos de vários países e longínquas regiões do país (2004, p. 86).

A fase que se segue, referente ao período de 1964 a 1974, seria aquela caracterizada pelo *desfavelamento*. Na primeira década do regime militar, segundo Cardoso (2007), a intervenção do Estado teria se dado, majoritariamente, através de ações de remoção de favelas. Contudo, o autor adverte que, paralelamente à ação do Estado, já era sinalizada, por parte dos movimentos sociais, profissionais e intelectuais, a bandeira da *urbanização de favelas*.

As resistências dos moradores em relação aos processos de remoção e as recorrentes críticas que tais processos receberam se constituíram em bases fortes que questionaram os fundamentos desse tipo de intervenção estatal. Essas contraposições fizeram com que até mesmo o próprio BNH, principal agente da política habitacional do país, revisse seus pressupostos.

A crítica ao processo de remoção de favelas foi contundente: pesquisas mostraram o impacto da remoção na desestruturação das condições de vida da população afetada, com queda da renda familiar por aumento dos gastos com transportes e com habitação, e com elevação dos níveis de desemprego dada a distância entre os locais de moradia e de trabalho (VALLADARES, 1980). Além disso, destaca-se a desestruturação dos laços de sociabilidade e vizinhança que permitiam melhores condições de reprodução social das famílias faveladas. A política de remoção é também contestada, em nível internacional, na I Conferência do Habitat, realizada em Vancouver em 1976, reorientando os programas habitacionais das instituições multilaterais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

A partir da segunda metade da década de 70, tendo já extinto seus programas de remoção, o próprio BNH institui programas alternativos, entre os quais destacou-se o Programa de Erradicação da Sub-habitação – PROMORAR, que se apresentava, inclusive, como inovador: “será a primeira vez que se fará uma erradicação de favelas no Rio, deixando os moradores na mesma área”, segundo palavras do então Ministro Mário Andreazza (CARDOSO, 2007, p. 10-11).

A partir de então, de uma demanda popular, a *urbanização de favelas*, passou a ser uma política oficial do Estado brasileiro. De acordo com Cardoso (2007), as intervenções nas favelas, ocorridas no período de 1974 a 2003, vão se concretizar, em sua maioria, em obras de urbanização. Para o autor, “[...] nos anos 80, começam a aparecer iniciativas de governos estaduais e municipais no sentido de desenvolver programas de urbanização de assentamentos precários” (p. 11). Essa fase, que durou aproximadamente três décadas pode, na perspectiva de Cardoso, ser dividida em dois momentos sensivelmente distintos. O “divisor

d'águas” de tais momentos se refere à promulgação da Constituição Federal em 1988⁴⁷ – que atribuiu autonomia aos municípios brasileiros – e a extinção do BNH em 1986.

Assim, primeiramente, de 1974 a 1988, sob uma política nacional centralizadora, as ações estatais sobre as favelas foram norteadas pelo BNH e se realizaram através do programa PROMORAR⁴⁸. No período seguinte, de 1988 a 2003, de acordo com Cardoso, prevaleceram as experiências de urbanização promovidas pelos governos municipais.

A partir de meados dos anos 80 verifica-se uma ampliação do papel historicamente desempenhado pelos municípios na elaboração e implementação de políticas habitacionais. As experiências de urbanização e regularização de assentamentos precários disseminam-se ao longo da década de 90 em quase todas as grandes cidades do país (2007, p. 12).

A quinta e última fase seria aquela iniciada com o governo Lula e com a criação do Ministério das Cidades. Por se tratar de um período ainda muito recente, Cardoso não fez qualquer caracterização, apenas ressaltou que estaríamos diante do surgimento de um novo modo de intervenção do Estado nas favelas brasileiras.

Quadro 1. Intervenção do Estado brasileiro em favelas

Fase	Período	Forma de intervenção do Estado
1ª fase	1900 a 1930	“Invisibilidade”
2ª fase	1930 a 1964	“Ambigüidade”: repressão, tolerância e melhorias
3ª fase	1964 a 1974	“Desfavelamento”: remoção de favelas
4ª fase	1974 a 2003	“Urbanização”: política oficial do Estado
		1974 a 1988 BNH: PROMORAR
		1988 a 2003 Experiências dos Governos Municipais
5ª fase	2003 – atual	Governo Lula – Criação do Ministério das Cidades

FONTE: elaborado pela autora, com base em Cardoso (2007).

A exposição dessa periodização se fez necessária para podermos contextualizar a política habitacional de Curitiba dentro de um movimento maior em que o Estado brasileiro assume diferentes formas de atuar sobre a problemática da habitação.

⁴⁷ No capítulo da Política Urbana, em seus artigos 182 e 183, a Constituição Federal dispõe sobre a “função social da propriedade urbana” e institui os instrumentos de parcelamento ou edificação compulsórios, IPTU progressivo no tempo, desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública e usucapião urbano. Apenas em 2001, com a aprovação do Estatuto da Cidade, esses instrumentos, entre outros, seriam regulamentados a nível federal.

⁴⁸ De acordo com Blanco (2006), o programa PROMORAR, Programa de Erradicação da Subhabitação (1979), “tinha por finalidade a erradicação de ‘subhabitações’ destituídas de condições mínimas de serviços e salubridade, por meio da construção de moradias, do estímulo ao desenvolvimento comunitário e do apoio a melhoria de infra-estrutura. O programa promovia a urbanização de favelas, sem remoção dos moradores, com a construção de novas moradias, em diversos casos, por mutirão. Este foi o único programa do Sistema [SFH] a atuar no próprio espaço onde se localizavam as habitações, proporcionando a permanência dos moradores na área anteriormente habitada” (p. 33).

A partir da exposição de Cardoso, pode-se afirmar que a parcela da história da política de habitação de Curitiba que relataremos (1970-2000) se insere na terceira e na quarta fase descritas pelo autor (desfavelamento e urbanização). Ou seja, foi uma política municipal formulada sob, inicialmente, o imperativo das ações de remoção de favelas (1964-1974) e, posteriormente, sob a bandeira da urbanização levantada pelos movimentos sociais (1974-2003).

Na seqüência, apresentamos a cronologia da política habitacional de Curitiba, a partir da qual podemos perceber o alinhamento das ações realizadas no âmbito municipal com as práticas habitacionais que caracterizaram a intervenção do Estado brasileiro no setor da habitação, nos períodos de 1964 a 1974 e de 1974 a 2003.

Foi possível dividir a Política Habitacional de Curitiba em três fases distintas. A primeira, referente ao final da década de 1960 e década de 1970, se caracterizou pela predominância de ações voltadas à remoção e à erradicação de favelas. A segunda fase, década de 1980, marcou o início das ações de urbanização de favelas e da provisão de lotes urbanizados e, a última fase – década de 1990 – se caracterizou especialmente pela instituição de programas realizados em parceria com a iniciativa privada.

Quadro 2. Cronologia da Política Habitacional de Curitiba (1964-2000)

FASES	ANO	Gestão	Ação	Instrumentos Legais
1ª Fase	1964	Ivo Arzua Pereira	Política Habitacional do Município de Curitiba	Lei ordinária nº2515/1964
	1965	Ivo Arzua Pereira	Criação da Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT)	Lei ordinária nº2545/1965
	1968	Omar Sabbag	Política de Erradicação das Favelas do Município de Curitiba	Lei ordinária nº3318/1968
	1976	Saul Raiz	Plano de Desfavelamento	Lei ordinária nº5358/1976
2ª Fase	1979	Jaime Lerner	Programa Habitacional da Cidade Industrial de Curitiba (CIC)	
	1980	Jaime Lerner	Carta da Favela: em seis pontos, uma proposta de vida melhor	
	1980	Jaime Lerner	Criação dos Setores Especiais de Habitação de Interesse Social	Decreto nº901/80
	1984	Maurício Fruet	Plano Municipal de Habitação (PROLOCAR, PROLOTES, FAVELAS)	
	1985	Maurício Fruet	1º registro de Regularização Fundiária (50 unidades no bairro Fazendinha)	
	1989	Jaime Lerner	Diretrizes para a Política Habitacional	

(continuação)

FASES	ANO	Gestão	Ação	Instrumentos Legais	
3ª Fase	1990	Jaime Lerner	Criação do Fundo Municipal de Habitação	Lei nº7412/90	municipal
	1990	Jaime Lerner	Instituição de incentivos para implantação de Programas Habitacionais de Interesse Social	Lei nº7420/90	municipal
	1990	Jaime Lerner	Projeto Sítio Cercado - "Bairro Novo"		
	1991	Jaime Lerner	Programa Lotes Urbanizados / Programa Parceria com a Iniciativa Privada		
	1994	Rafael Greca	Instituição de condições específicas para a implantação de lotes e loteamentos populares	Lei nº8412/94	municipal
	1995	Rafael Greca	Criação do Setor Especial "Vila de Ofícios"	Decreto nº477/96	
	2000	Cássio Taniguchi	Criação de novos Setores Especiais de Habitação de Interesse Social	Decreto nº250/00	

FONTES:

IPPUC. *Curitiba planejamento: um processo permanente*. Curitiba: IPPUC, 2002a.

IPPUC. *Memória da Curitiba Urbana*. Curitiba: IPPUC, 1990.

COHAB-CT. *Empreendimentos concluídos (1965-2006)*

Site da Câmara Municipal de Curitiba: <www.cmc.pr.gov.br>. Acesso em: 5 out. 2006.

Elaborado pela autora.

3.2.2 Primeira Fase (1964-1979) – remoção de favelas

Ao observarmos a cronologia da política habitacional de Curitiba, apresentada no quadro 2, verificamos que, as ações realizadas no Município, de 1964 até final da década de 70, seguiram fielmente o paradigma que, no período, norteava as intervenções do Estado brasileiro na questão habitacional. Ou seja, as ações do Poder Executivo Municipal de Curitiba, desenvolvidas naquela época, centraram-se, quase que exclusivamente, na remoção das favelas existentes, desta forma não se distinguindo da política que era praticada no restante do país.

O primeiro registro que encontramos sobre uma Política Municipal de Habitação para Curitiba foi a “Política Habitacional do Município de Curitiba”, elaborada em 1964, antes mesmo da criação da COHAB-CT. Essa política apresentava, entre suas ações prioritárias, “a construção de conjuntos habitacionais destinados à eliminação de favelas, mocambos e outros aglomerados em condições sub-humanas de habitação”⁴⁹.

No rastro dessa determinação, três anos após a aprovação da lei que instituía essa política, a COHAB-CT, recém-criada em 1967, entregava o primeiro conjunto habitacional do país financiado pelo Banco Nacional de Habitação. O conjunto Nossa Senhora da Luz dos

⁴⁹ Inciso I, artigo 3º da Lei nº 2515/1964, que “Dispõe sobre a Política Habitacional do Município de Curitiba”.

Pinhais, com aproximadamente 2100 casas, fora construído na porção sul do Município, região até então não urbanizada e que mais tarde viria a se tornar a Cidade Industrial de Curitiba (CIC).

Localizado a 15 quilômetros de Curitiba, o conjunto cobriria mais de 700 mil metros quadrados de área, com 2.150 casas dotadas de equipamento urbano social: grupo escolar, igreja, administração, centro de saúde, mercado, playgrounds, centros esportivos, saneamento básico, e linhas de ligação com a cidade que permitiriam, em teoria, um traslado de 10 minutos até o centro de apenas 5 minutos até o Portão. Na prática, o próprio conjunto já era desafio de engenharia mais do que suficiente, e foi cumprido dentro dos prazos para atender à ambição de promover a erradicação das favelas da cidade, na Operação Desfavelamento de Curitiba, que seria conhecida como Operação Mudança (BOLETIM..., p. 10).

Assim, a construção desse conjunto habitacional tinha por objetivo eliminar as favelas que até então haviam sido formadas em Curitiba. De acordo com o arquiteto Alfred Willer⁵⁰,

O objetivo era acabar com as favelas de Curitiba. Foi feito um levantamento sócio-econômico direto pela COHAB. Quando ela foi fundada nós já tínhamos uma equipe de sociólogos, ou melhor, assistentes sociais e uma socióloga. Essa equipe fez um levantamento de todas as favelas de Curitiba na época. Eram poucas. Nas favelas estavam duas mil e poucas famílias, então se dimensionou a vila em função disso⁵¹.

Todavia, o reduzido número de famílias faveladas, que não chegava a 2% da população do município⁵², não foi suficiente para garantir a viabilização do objetivo de extinguir por completo as favelas de Curitiba. Isso porque nem todos os favelados puderam se enquadrar nos critérios do programa e se comprometer com as prestações das casas financiadas pelo BNH. Nas palavras de Willer,

O BNH que na época era o banco financiador (Banco Nacional da Habitação) exigia retorno garantido. Ele não dava a casa de graça, ele financiava a casa em 20 anos. Ele precisava que o chefe da família tivesse um emprego mais ou menos estável. Acontece que naquela época, não sei como está agora, a maioria dos moradores da favela tinham emprego instável. Eram biscateiros, tinham subempregos, trabalhavam na construção civil, mas não eram registrados. Não tinham como garantir um empréstimo por isso eles não foram atendidos e continuaram na favela. Depois em planos posteriores tentou-se contornar esse problema de várias maneiras. Mas na minha época a filosofia era essa, coordenada pelo BNH. Nós conseguimos atender não me lembro quanto por cento dos favelados, desses favelados mesmo depois de selecionados criteriosamente dentro da capacidade financeira de retorno e também de necessidade, uma boa parte abandonou as casas na primeira onda de

⁵⁰ Arquiteto e urbanista, diretor técnico da COHAB-CT em 1966 e um dos autores do projeto da Vila Nossa Senhora da Luz.

⁵¹ Este trecho foi extraído de uma entrevista realizada pela autora com o arquiteto Alfred Willer, em 2000. Essa entrevista fez parte da elaboração do trabalho chamado *Vila Nossa Senhora da Luz*, desenvolvido no âmbito do curso de graduação de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná. Este trabalho foi elaborado em conjunto com as arquitetas: Regina M. Martins Araújo, Melissa Belló, Constança Carla Caroline Tomaselli, Constança Lacerda Camargo e Lorreine Santos Vaccari, para a Disciplina Arquitetura Popular.

⁵² Se considerada uma população total de 609.026 habitantes (Censo de 1970) e uma população favelada de 8000 habitantes. Esta última calculada com base na média de 4 pessoas/família e de 2000 famílias faveladas (1967).

desemprego. Não conseguiram mais pagar as prestações e venderam ou repassaram suas casas.

Não eliminado o problema, em 1968, sob o mesmo princípio que orientou a proposta do conjunto habitacional de 2100 casas, foi elaborada a *Política de Erradicação das Favelas do Município de Curitiba*. Tal política autorizava o Poder Executivo Municipal a “erradicar as favelas do Município de Curitiba e solucionar o problema habitacional dos favelados”⁵³. Para a efetivação desse objetivo, previa-se, “a transferência dos seus moradores para habitações provisórias construídas [...] onde poderá permanecer até que atinjam estágio econômico e social que lhes permita aquisição ou locação de outro imóvel”⁵⁴.

Neste sentido foram construídos, no ano de 1971, quatro “núcleos de habitação transitória” nos bairros Boqueirão, Barreirinha, Santa Amélia e Jardim Campo Alegre. Esses núcleos, de acordo com o IPPUC, visavam

[...] oferecer à população favelada **condições de estágio intermediário entre a favela e a comunidade urbana, visando a sua posterior integração à vida normal da cidade**. Nesses conjuntos encontravam-se pequenas casas, do tipo meia-água, sem infra-estrutura básica, como água, esgoto, luz, arruamento e outros serviços. O prazo de permanência das famílias nesses conjuntos variava, na previsão, de 6 meses a 2 anos, não havendo, por parte da Prefeitura, uma programação rígida que realmente as promovesse e que possibilitassem um rodízio constante no atendimento dessa população (1979, p. 4, grifos nossos).

Essa proposta explicita a concepção que se tinha, no período, em relação às favelas. “A favela era principalmente um lugar de acolhida de migrantes, um ‘estágio’ em uma trajetória de progressiva integração social.” (CARDOSO, 2007, p. 6). Tal integração social seria impulsionada pelo Estado através das chamadas “habitações provisórias”. O objetivo dessas “habitações” era o de promover a progressiva integração dos favelados em um ambiente urbano “normal”. Elas seriam, portanto, um estágio entre o ambiente urbano “anormal” – a favela – e o ambiente urbano “normal” – a cidade consolidada. Um “ritual de passagem” dos favelados, de caráter temporário e provisório.

De acordo com Cardoso (2007), essa experiência foi concretizada na cidade do Rio de Janeiro através dos “Parques Proletários Provisórios”, criados em 1941. Por sua vez, em Curitiba, passadas três décadas da experiência carioca, vivenciáramos a mesma prática, no ano de 1971, com a construção dos *núcleos de habitação transitória* referidos acima. De acordo com o IPPUC (1979), esses núcleos acabaram por se tornar, “para a população residente, não uma moradia transitória, mas uma situação cômoda e definitiva” (p. 5).

⁵³ Inciso II, artigo 1º da Lei nº 3318/1968, que “Dispõe sobre a política de Erradicação das Favelas do Município de Curitiba e dá outras providências”.

⁵⁴ Inciso IV, artigo 1º da Lei nº 3318/1968.

Em 1972, apoiado em uma avaliação crítica da intervenção realizada, o Poder Executivo Municipal decidiu extinguir os “núcleos habitacionais”, excetuando-se apenas as “casas doadas aos moradores que, na época, conseguiram comprar seu próprio terreno” (1979, p. 5)⁵⁵.

Aqui se deve destacar que o ano de 1971, além de ser a data que marcou a construção dos “núcleos habitacionais transitórios”, também correspondeu à primeira gestão do prefeito Jaime Lerner. De acordo com Sánchez (1993),

Nesses anos foram implantadas as diretrizes contidas no Plano Diretor de 1966 e implementado um amplo projeto de modernização da cidade. É nesse contexto que identificamos também o início da construção da imagem síntese: Curitiba – cidade modelo (p. 16).

Paralelamente a esse processo de modernização da cidade, a Prefeitura Municipal, agora sob gestão de Saul Raiz (1975-1978), decidiu elaborar o *Plano de Desfavelamento*. Em 1974, Curitiba apresentava o número de 4.083 domicílios distribuídos em 35 favelas, o que correspondia a uma população de 21.036 habitantes (IPPUC, 1976, p. 12). Se, em 1967, esse número era de aproximadamente 2000 domicílios, pode-se afirmar que o número de domicílios favelados havia crescido, naquele período, a uma taxa de 9,33% ao ano.

E foi esse crescimento que chamou a atenção da Prefeitura Municipal de Curitiba, em meados da década de 1970, para o problema da habitação.

No início da atual gestão, houve a preocupação de se propor um plano de desfavelamento para Curitiba, em função de que o contingente populacional nessas condições de moradia, embora pequeno se comparado com o de outras capitais do país, passa a exigir uma determinada solução, pelo seu ritmo de crescimento (IPPUC, 1979, p.5).

Neste contexto, em março de 1976, publicou-se o Plano de Desfavelamento, sob o título “Política Habitacional de Interesse Social”. Os objetivos principais desse plano eram:

- I - Erradicação das favelas, mediante a mudança das famílias para casas a serem construídas em locais fixados pela Prefeitura;
- II - Adaptação das famílias ao seu novo meio ambiente, educando-as para a sua integração social⁵⁶.

Percebe-se que a concepção de que as favelas deveriam ser removidas da “cidade-modelo” continuou presente na política de Curitiba. O que apareceu de “novo”, em relação a prática municipal anterior, foi que o Plano de Desfavelamento propunha a transferência das

⁵⁵ Ressalta-se que não foram encontrados registros em relação ao destino dado às famílias que não dispuseram de condições para adquirir os lotes. Acredita-se que tenham retornado ao estágio inicial do “ritual de passagem”: a favela.

⁵⁶ Artigo 1º da Lei 5358/1976 que “Institui o Plano de Desfavelamento e dá outras providências”.

famílias faveladas não mais para uma habitação de caráter transitório, mas, sim, para uma casa definitiva. Essa casa definitiva não poderia, contudo, ser construída em qualquer região da cidade, pois, na perspectiva do Plano, as famílias deveriam ser localizadas “em áreas mais adequadas ao seu padrão sócio-econômico, para que gradativa e realisticamente” ocorresse sua integração à sociedade (IPPUC, 1976, p. 19). Permanece deste modo aquela visão de que a favela seria o local primeiro de uma trajetória urbana de progressiva ascensão social e que a política habitacional seria o elemento facilitador desse processo.

Nesse Plano de Desfavelamento, não só a favela continuava sendo vista como um ambiente urbano “anormal”, como o favelado era “caracterizado” por aquela

[...] **pessoa de baixo padrão cultural e social**, que mora em sub-habitação agrupada sob a forma de favela, esta entendida como o conjunto de casebres rudemente construídos com restos de materiais, desprovidos de condições higiênico-sanitárias e levantadas em terrenos baldios ou às margens dos rios⁵⁷ (grifos nossos).

Convém recordar que, à época de elaboração desse plano, o Poder Executivo Municipal de Curitiba já havia realizado as seguintes ações: (i) 1971 – fechamento da Rua XV e sua transformação em calçadão; (ii) 1972/1973 – implantação dos Setores Estruturais (avenidas estruturais e sistema trinário que, no *discurso*, definiram os eixos de expansão da cidade); (iii) 1973 – criação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC); e (iii) 1974 – circulação dos “ônibus expressos” nas canaletas exclusivas para o transporte coletivo (SÁNCHEZ, 1993). Ou seja, o plano de desfavelamento se inseriu na sequência de uma série de intervenções urbanísticas que foram levadas a cabo na primeira metade da década de 1970 na cidade de Curitiba.

Num contexto de concretização de projetos de grande porte, que tinham por objetivo transformar, organizar e racionalizar o espaço da metrópole, caberia à política habitacional, portanto, a “erradicação das favelas” da “cidade-modelo”. Esse objetivo, por sua vez, se colocava na contramão do movimento nacional – que vinha se constituindo – de crítica à remoção de favelas e de defesa da permanência das famílias em seus locais de moradia. Cientes de que a proposta do plano de desfavelamento manifestava um posicionamento político conservador, numa conjuntura nacional que exigia mudanças na forma de atuação nas favelas, a Prefeitura Municipal de Curitiba se vê pressionada a justificar “tecnicamente” a adoção da remoção de favelas como política municipal, uma vez que tal tipo de intervenção, a nível nacional, já perdia sua hegemonia.

⁵⁷ Artigo 3º da Lei Municipal 5358/1976.

Diante deste impasse, o plano de desfavelamento, ao mesmo tempo em que propunha a remoção das favelas curitibanas, paradoxalmente advertia que tais processos poderiam trazer consequências prejudiciais às famílias atingidas.

Essas relocações, geralmente para grandes conjuntos, trazem como consequências imediatas o gradual afastamento de tal população do seu mercado de trabalho, que, via de regra, é o centro da cidade [...] Um outro aspecto analisado diz respeito à relocação ou à urbanização da própria favela. O que se observa é que assentamentos marginais, principalmente em regiões litorâneas – Rio de Janeiro, Salvador, Recife entre outras – pela sua magnitude e principalmente condição cultural em relação à cidade, admitem melhor a sua própria urbanização. Analisada pelo *prima social*, é toda uma condição cultural à própria cidade, que corre o perigo de ser desintegrada quanto espacialmente ocorrem mutações. A solução proposta para Alagados, em Salvador, além de um novo enfoque da favela, é extraordinária por esse aspecto (IPPUC, 1976, p. 19).

O paradoxo é resolvido quando a Prefeitura Municipal afirma que, para o caso de Curitiba, a urbanização não era a melhor solução. Isso porque,

Em Curitiba, a maioria das favelas encontra-se localizada na própria malha urbana, algumas em áreas particulares, outras ao longo de faixas de rios e canais, onde agravam-se os problemas de higiene e saneamento. A proposta prevê a relocação, balizada nos seguintes aspectos:

- **São formações relativamente pequenas e recentes**, que, aliadas à própria origem da população – eminentemente rural –, não têm características culturais marcantes para a cidade.
- **Algumas áreas ocupadas são necessárias para projetos prioritários** (Ex.: favela do Capanema – extensão do campus da Universidade Federal do Paraná e criação do Parque da Cidade).
- **Num estágio inicial, a necessidade de localizá-las em áreas mais adequadas ao seu padrão sócio-econômico**, para que gradativa e realisticamente ocorra sua integração.
- A necessidade de evitar seu crescimento espontâneo, para possibilitar um trabalho social mais atuante e controlado (IPPUC, 1976, p. 19, grifos nossos).

E foi com base nesses argumentos que o Poder Executivo Municipal de Curitiba deu continuidade à política de remoção de favelas, deflagrada em 1967 com a construção do conjunto habitacional Nossa Senhora da Luz. Essa política se estenderia até o final da década de 1970, já a afirmação de que as favelas em Curitiba são “relativamente pequenas e recentes” continuaria no *discurso* da Prefeitura Municipal por mais de duas décadas. Em 1990, Rafael Dely concede um depoimento ao IPPUC e assegura que,

No caso de Curitiba, as favelas são, via de regra, formações pequenas e recentes – ainda não se consolidaram como comunidade – e, salvo raras exceções, encontram-se localizadas em áreas de risco, insalubres e sujeitas a inundações. Um outro fator é a escala da cidade. Curitiba, pela sua dimensão, ainda permite que a relocação de uma favela possa se dar para um lugar cuja distância do mercado de trabalho seja quase idêntica à posição original. Portanto cada caso é um caso, e essa questão de

generalizar, ou seja, sempre a solução é urbanizar, relocação é crime, etc., é história teórica (IPPUC, 1990, p.19-20)⁵⁸.

O resultado obtido pela política de desfavelamento, efetivada em Curitiba na segunda metade da década de 1970, foi a remoção de 2.236 domicílios favelados. Essa remoção representou a extinção de nove favelas e a relocação de aproximadamente 11.521 pessoas (DDS/IPPUC, 1982, apud ROLIM, 1985).

Tabela 9. Política de Desfavelamento: domicílios e população removida – 1974/79

FAVELAS	DOMICÍLIOS				PESSOAS			
	1974	1978	1979	TOTAL	1974	1978	1979	TOTAL
Belém	569	342	208	1.119	2.476	1.977	1.110	5.563
Mercês	6	3	3	12	25	23	9	57
V.R. Barigui	67	196	194	457	356	1.186	980	2.522
São Carlos	119	63	87	269	567	370	472	1.409
Solitude	37	41	40	118	164	252	175	591
Três Marias	0	31	23	54	0	202	145	347
Taboão	18	6	7	31	87	47	36	170
Iguaçu	9	71	14	94	35	393	60	488
Vitória	32	26	24	82	128	130	116	374
TOTAL	857	779	600	2.236	3.838	4.580	3.103	11.521

FONTE: DDS/IPPUC, 1982, apud, ROLIM, 1985.

Se considerássemos que, desde 1974, o número de domicílios presentes nas favelas curitibanas não tivesse apresentado crescimento, o alcance da política de desfavelamento teria sido de aproximadamente 50%, uma vez que foram “desfavelados” – no período – mais da metade dos domicílios que se encontravam em tal situação no ano de 1974 (4.083). Contudo, o crescimento da população favelada não se estagnou e o que se verificou na realidade foi que, durante esses cinco anos, apesar das ações de remoção, ocorreu um acréscimo de 1.984 domicílios irregulares na cidade que já se fazia conhecida nacionalmente pelo êxito de seu planejamento urbano.

Tabela 10. Município de Curitiba: favelas, domicílios e população favelada – 1971/1982

Anos	1971	1974	1978	1979	1982
Áreas	21	35	43	46	52
Domicílios	2.213	4.083	5.068	6.067	7.716
População ⁽¹⁾	11.401	21.036	26.110	31.257	39.753
tx. de crescimento ⁽²⁾		22,65	5,55	19,71	8,34

Fonte: IPPUC/Banco de Dados, Setor de Pesquisa e Monitoração (Pesquisa de Campo).

⁵⁸ Vale recordar que, como vimos no Capítulo 2, a cidade de Curitiba apresentava, no ano de 1990, cerca de 25 mil domicílios distribuídos em 209 áreas de ocupações irregulares.

Informações extraídas da tabela: "Áreas e Domicílios em Ocupações Irregulares, em Curitiba - 1971 a 2000", disponível em: <http://ippucnet.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/Curitiba_em_dados_Pesquisa.asp> Acesso em: 12 out. 2006.

⁽¹⁾ População calculada com base na média de 5,15 habitantes/domicílio verificada no período de 1974/79.

⁽²⁾ Taxa Média Geométrica de Incremento Anual, representa a evolução anual no período.

Nota-se, pela Tabela 10, que a taxa geométrica de crescimento da população residente em favelas, a partir de 1974, apresentou um acentuado decréscimo. Essa redução pode ser explicada tanto pelas remoções iniciadas naquele ano como pela fiscalização da Prefeitura, que, no período, adotou uma postura “mais rígida”. De acordo com Rolim (1985), o Poder Executivo Municipal,

[...] proibiu novas construções de barracos, e qualquer aumento ou melhoria dos mesmos. Para garantir estas determinações, enviou fiscais para os núcleos favelados, com poder para derrubar as casas, e confiscar o material que estivesse sendo utilizado. Estes fiscais tinham a cobertura da polícia (p.76-77).

Essas ações nas favelas curitibanas, no entanto, não representaram de fato uma resolução do problema da habitação. Acredita-se que a diminuição na taxa de crescimento da população favelada deveu-se mais à extinção das favelas – enquanto formação urbana – e à transferência das famílias para áreas “mais adequadas ao seu padrão sócio-econômico”, do que à integração social efetiva dessa população à “cidade-modelo”.

Faz-se necessário lembrar que tais iniciativas municipais não se deram sem conflitos, conforme relata um Jornal local,

Quem nas vilas não se lembra dos duros tempos em que favelados viviam sob constantes ameaças de fiscais, os policiais armados e capangas de supostos proprietários de áreas litigiosas? Não foram poucos os barracos com mulheres e crianças dentro derrubados por máquinas. Só da favela da Vila São Carlos foram retiradas, mediante emprego de violência, mais de 800 famílias (Jornal Boca no Trombone, 1980, apud, ROLIM, 1985, p. 77).

A década de 1970, portanto, foi marcada por uma política habitacional que tinha por princípio extinguir as favelas de Curitiba. Neste período conviveram lado a lado – no território da cidade –, intervenções urbanísticas (que mais tarde viriam a se tornar os símbolos da “cidade-modelo”) e ações autoritárias e violentas de remoção das famílias faveladas. A política habitacional de Curitiba começaria a mostrar indícios de mudança no início dos anos 80.

3.2.3 Segunda Fase (1980-1990) – urbanização, regularização e produção de lotes

No dia 31 de março de 1980 é divulgada a *Carta da Favela* (apud SOUZA, 1999) evento que – de nosso ponto de vista – marca o início de uma nova postura da Prefeitura Municipal em relação ao problema da habitação. Ainda que de maneira incipiente, a Carta da

Favela – que nada mais era do que “um programa geral de atuação para as favelas da cidade” (Carta da Favela) – colocava em pauta a questão da urbanização. A remoção não era mais a “palavra de ordem” da política habitacional de Curitiba. A partir de então nem todas as favelas deveriam ser removidas.

A “Carta” propunha a urbanização das favelas, em terrenos públicos ou particulares, mediante o atendimento a determinados critérios. O principal deles era que as áreas deveriam dispor de condições favoráveis de salubridade e, nos casos das favelas situadas em terrenos particulares, além da característica de salubridade, a área deveria apresentar um “preço viável”. O documento, no entanto, não definia os termos “salubridade” nem tampouco “preço viável” o que, por sua vez, resultava em um alto grau de subjetividade no processo de deliberação da ação da Prefeitura Municipal.

Nas situações em que os terrenos fossem caracterizados como insalubres, seria ofertada às famílias “a oportunidade de aquisição de unidades em programas especiais da COHAB” (Carta da Favela). Dada essa “oportunidade”, a Prefeitura ficaria “desobrigada de manter programas de melhoria de qualidade de vida nessas áreas” (Ibidem). Às famílias que tivessem adquirido lote próprio, ou aquelas que viessem a fazê-lo teriam “a construção da moradia financiada pela COHAB” (Ibidem).

Além dessas propostas, a Carta da Favela estabelecia a “implantação, em Curitiba e municípios da região metropolitana, de comunidades rurbanas, voltadas para a produção hortigranjeira” (Ibidem). Tais comunidades teriam por objetivo absorver as famílias de origem rural que, à época, residissem nas favelas.

Os resultados concretos da “Carta”, de acordo com levantamento realizado pelo Departamento de Desenvolvimento Social (DDS) (1981), foram,

- 1) até dezembro de 1980 tinham sido assinados 867 termos de ciência e concordância, sendo 301 para aquisição de embriões do tipo E7 [com área de 7m² e instalação elétrica e hidráulica], 436 para embriões do tipo E23 [com área de 23m², com água e luz] e 130 para lotes urbanizados;
- 2) em 1981 foram entregues as seguintes unidades habitacionais: Acácia (23), Palmeiras (309), Nova Orleans (49), Gramados II (42); em 1982: Conjunto Moradias Belém (127), Coqueiros I, II e III (321) e Trindade (131);
- 3) os moradores que adquiriram terreno próprio são em número de 501, sendo 371 no Conjunto Barigui e 130 no Palmeiras;
- 4) 60 famílias utilizaram o programa de financiamento da casa própria;
- 5) foi implantada uma primeira comunidade rurbana em Campo de Santana, para onde se transferiram 10 famílias de áreas faveladas, da SIBISA e Rio Negro (apud ROLIM, 1985, p. 80-81).

Constata-se, com base nos dados apresentados pela Prefeitura Municipal, que, ao menos no primeiro ano de implantação das diretrizes da Carta da Favela, nenhuma ação de

urbanização tinha sido deflagrada por parte do Poder Executivo Municipal. Todos os resultados se referiram à produção de unidades habitacionais (embriões, apartamentos ou lotes) em regiões distintas das favelas urbanas.

Assim, parece que, na primeira metade da década de 1980 a prática da urbanização tenha ficado apenas no *discurso*. De acordo com Rolim, “a urbanização proposta pela Prefeitura previu atingir seis áreas faveladas num total de 975 lotes urbanizados” (1985, p.82). Os registros apontam, entretanto, para uma continuidade da ação de transferência das famílias faveladas para loteamentos ou conjuntos promovidos pela COHAB-CT.

O que parece ter mudado substancialmente, a partir da Carta da Favela, foi a forma de “caracterizar” a população favelada. Se antes o morador da favela era visto como uma pessoa de “baixo padrão cultural e social”, a partir da década de 1980, as famílias residentes nas favelas curitibanas passam a ser vistas como uma população:

[...] constituída de trabalhadores, pessoas que dão uma contribuição efetiva ao desenvolvimento da cidade. Não são marginais, nem “diferentes”. Não optaram pela situação em que vivem, mas a ela foram constrangidos pela expulsão do meio rural ou pelas dificuldades econômicas que atingem, na área urbana, as camadas de baixa renda (Carta da Favela apud SOUZA, 1999).

A Carta da Favela, portanto, inicia uma nova fase da política habitacional de Curitiba. Ainda que a princípio a urbanização das favelas não tenha se configurado entre as ações prioritárias da Prefeitura Municipal – até porque, acredita-se, que a disponibilidade de recursos permitia a promoção direta de unidades habitacionais por parte do município e a remoção das famílias para essas novas áreas –, ao menos a “Carta” colocou a questão da urbanização na pauta da política municipal. Desta forma, finalmente rompeu-se – a nível municipal – com a idéia de que a única solução para as favelas curitibanas era a remoção.

A segunda metade da década de 1980 irá se caracterizar por ações bem distintas daquelas efetivadas pela política de remoção de favelas que vigorou por toda década de 1970 na “cidade-modelo”. Dois planos habitacionais foram elaborados pela Prefeitura Municipal neste período: o *Plano Municipal de Habitação* (1984) e as *Diretrizes para a Política Habitacional* (1989). O primeiro deles foi desenvolvido na vigência do BNH e o segundo, após a extinção do Banco.

Embora esses planos tenham sido construídos em gestões políticas distintas, 1984 – Maurício Fruet (PMDB) e 1989 – Jaime Lerner (PDT), eles apresentaram muitos pontos em comum. Nas duas propostas houve: (i) a priorização da produção de lotes urbanizados em detrimento da construção de casas ou apartamentos; (ii) a definição de ações de urbanização e

regularização fundiária para as favelas curitibanas e (iii) o apontamento da necessidade de criação do Fundo Municipal de Habitação – FMH.

A mudança de sentido da política habitacional de Curitiba adquirida neste período teve interferência direta na produção habitacional da COHAB-CT. Na década de 80, aproximadamente 30% de todas as unidades habitacionais produzidas pela Companhia foram lotes urbanizados, situação bem distinta daquela encontrada nos anos 70⁵⁹. Se por sua vez analisarmos a atuação da Companhia nos processos de regularização fundiária verificar-se-á que, à década de 70 não havia sido realizado nenhum processo de regularização de favelas enquanto que, nos anos 80, 1.443 lotes tiveram sua situação fundiária regularizada pela Companhia Municipal de Habitação.

Com base nesses dados é possível mostrar, ainda que de maneira sucinta – pois a produção habitacional do Município será analisada na seqüência deste capítulo –, que a política habitacional de Curitiba passou por um processo de inflexão na década de 1980. A partir deste período passou-se a priorizar a produção de lotes urbanizados e as ações de regularização e urbanização de favelas. Essa tendência é verificada posteriormente na década de 1990, em que a produção de lotes chega a 63% da produção habitacional da COHAB e o programa de regularização fundiária atinge a marca de 11.079 lotes.

O Plano Municipal de Habitação de 1984 é aquele que vai inaugurar essa “nova” fase da política habitacional de Curitiba, uma vez que esse plano se centrou maciçamente na produção de lotes urbanizados e na regularização e urbanização de favelas. O plano previa a criação e a implantação de três programas:

PROLOCAR – assentamento emergencial para famílias em áreas de risco;
 PROLOTES – destinado à produção de lotes urbanizados; e
 FAVELAS – atuava na legalização e urbanização de favelas em áreas públicas (IPPUC, 2002a, p. 47).

Além desses programas, o Plano apontava a necessidade de criação do Fundo Municipal de Habitação (FMH), o qual, por sua vez, só seria efetivamente criado no ano de 1990⁶⁰. De acordo com Rolim (1985), o Plano de Habitação de 1984 estabelecia como objetivo inicial do FMH a provisão de recursos para os programas habitacionais destinados ao atendimento das famílias que auferissem renda de até 3 salários mínimos ou àquelas que estivessem à margem dos programas do Sistema Financeiro da Habitação. Ou seja, o Plano

⁵⁹ A produção de lotes urbanizados, na década de 70, não chegou a 1% da produção total da COHAB.

⁶⁰ O Fundo Municipal de Habitação é oficialmente criado e regulamentado pela Lei municipal nº7412/1990.

definia qual população seria beneficiada pelos recursos do Fundo, no entanto deixava em aberto a origem dos recursos que o comporiam.

O melhor detalhamento do Fundo viria em 1989, com a elaboração das *Diretrizes para a Política Habitacional*. As “Diretrizes” deram continuidade ao desenvolvimento de uma política municipal voltada à produção de lotes e à regularização fundiária. O que surge de “novo” em 1989 são as “parcerias” com a iniciativa privada. A necessidade de captação de recursos, tendo em vista a escassez gerada pela extinção do BNH, fez com que a Prefeitura Municipal recorresse às “parcerias” com o setor privado visando garantir a promoção de unidades habitacionais.

A instituição do Fundo Municipal de Habitação, proposto desde 1984, tornou-se, portanto, uma ação imperativa ao governo municipal dada a conjuntura de interrupção das transferências dos recursos federais e a necessidade de alocação e gerenciamento dos recursos que seriam gerados pelas “parcerias” com a iniciativa privada. E é neste contexto que, em 1989, o documento intitulado “Diretrizes para a Política Habitacional” propõe a criação do FMH.

Como instrumento financeiro, propõe-se, a criação do FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO. O F.M.H. terá caráter rotativo e gerenciamento da COHAB-CT, contando com as seguintes fontes de recursos:

- dotação orçamentária da iniciativa privada referentes à instituição da venda de potencial construtivo;
- recursos oriundos do Governo Federal;
- receitas advindas do pagamento de prestações relativas a financiamentos concedidos pelo F.M.H.;
- outras receitas eventuais.

O caráter rotativo do F.M.H. permite ampliar consideravelmente a oferta de unidades produzidas a partir do aporte inicial de recursos, através do reinvestimento das amortizações no decorrer do tempo (IPPUC, 1989).

Outro aspecto importante que merece destaque, em relação às propostas constantes das "Diretrizes", são as intervenções definidas no campo da legislação urbanística, campo que até então só tinha sido ocupado pela política habitacional com a criação dos *Setores Especiais de Habitação de Interesse Social* em 1980, via Decreto⁶¹. As principais ações estabelecidas pelas "Diretrizes", no âmbito da regulação do uso e da ocupação do solo da cidade, consistiram nos seguintes tópicos:

1. Revisão no zoneamento de uso do solo, em alguns de seus aspectos, especialmente no que tange à coeficientes de aproveitamento e altura de edificações em determinadas áreas da cidade. O aumento do potencial construtivo será "vendido" aos interessados e o produto dessa venda, transferido para o F.M.H.

⁶¹ Os Setores Especiais de Interesse Social foram inicialmente instituídos pelo Decreto nº901/1980.

2. Estabelecer um conjunto de normas, específicas para loteamentos de padrão popular, com parâmetros similares àqueles, hoje, liberados pela COHAB-CT (IPPUC, 1989).

O primeiro item propunha a flexibilização do potencial construtivo em determinados setores da cidade, ou seja, se daria a possibilidade da adoção de um potencial construtivo superior ao estabelecido em legislação municipal desde que essa diferença fosse alcançada de maneira onerosa⁶². Os recursos oriundos dessa flexibilização seriam transferidos ao FMH.

O segundo item se refere à flexibilização dos padrões urbanísticos nos loteamentos populares. Essa proposta deu início ao programa conhecido mais tarde como *Parceria com a Iniciativa Privada*. Esse programa se consolidaria efetivamente na década de 1990 e em 1994 seria regulamentado por Lei municipal⁶³. Além da possibilidade de redução de alguns parâmetros urbanísticos, como, por exemplo, o tamanho do lote, ficava estabelecida uma comissão especial, formada por diversos órgãos do Poder Executivo Municipal e Estadual⁶⁴, voltada à aprovação dos projetos de loteamentos de interesse social. A criação dessa comissão tinha por objetivo dar agilidade aos processos de aprovação. Tal comissão foi instituída em 1989, quando da concepção do programa de “parceria” para produção de loteamentos populares.

Os incentivos dados à iniciativa privada para que esta se inserisse no programa eram os seguintes:

Os proprietários interessados em implantar um loteamento popular terão permissão para oferecer lotes menores (mínimo de 125 m²), o que resultará um número maior de lotes e as exigências de infra-estrutura serão limitadas a: arruamento parcial, valetas para águas pluviais e rede d’água e energia elétrica, diminuindo assim os custos de implantação (IPPUC, 1989).

Como contrapartida, o empreendedor do loteamento deveria vender 50% dos lotes produzidos à fila da COHAB-CT⁶⁵ “pelo preço de mercado da terra mais o custo de infra-

⁶² O IPPUC chama essa flexibilização de *solo criado*. Do nosso ponto de vista, no entanto, este mecanismo de arrecadação de recursos privados não chega a se configurar exatamente em *solo criado*, uma vez que não há e não houve um coeficiente único de aproveitamento para toda a cidade.

⁶³ Lei municipal nº 8412/1994.

⁶⁴ A proposta era que a Comissão Especial fosse formada pelos seguintes órgãos: COHAB-CT; IPPUC; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social; Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC; Secretaria Municipal de Obras; Secretaria Municipal de Administração (setor de Patrimônio); Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Procuradoria Geral do Município. Essa composição tem sido alterada devido às recorrentes mudanças na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal e do Estado.

⁶⁵ De acordo com a COHAB-CT (2004), a fila, até 30 de setembro de 2004, tinha aproximadamente 38.763 inscritos. Desses, 64,57% possuíam renda mensal de até 3 salários mínimos; 27,14% entre 3 e 5; e 8,29% acima de 5 (p. 29-30).

estrutura” (IPPUC, 1989). Tal contrapartida, como será abordado adiante em maiores detalhes, mudou e atualmente exige-se do empreendedor a doação de 20% dos lotes ao FMH. A comercialização dos lotes doados passou a ser de responsabilidade da COHAB e à iniciativa privada coube a venda dos 80% restantes.

Outros programas configuraram o rol de propostas definidas nas Diretrizes para Política Habitacional, em 1989. Entre eles merecem destaque: o *Programa de Autoconstrução* – financiamento e assessoria técnica da construção – e o *Programa de Atuação em Favelas*. Este previa a regularização fundiária, a urbanização e a remoção das famílias localizadas em “áreas de risco”.

Percebe-se que, na década de 1980, a remoção das favelas deu lugar à urbanização e à regularização fundiária, e a produção de casas e apartamentos começa a dar lugar a produção de lotes urbanizados. Ao final deste período, a política habitacional de Curitiba instituiu o Fundo Municipal de Habitação e as chamadas “parcerias” com a iniciativa privada. Essas duas iniciativas seriam regulamentadas e concretizadas a partir da década de 1990.

Vale recordar que a década de 1980 se constituiu, em relação ao processo de construção e consolidação da *imagem* da cidade, num período de ruptura. Nesta fase o governo municipal redirecionou as políticas urbanas para urbanização de áreas periféricas e construção de equipamentos sociais. Nenhuma das ações efetivadas neste período viraram referências do planejamento urbano curitibano ou, ainda, elementos constitutivos do *discurso* da “cidade-modelo”. Em relação a esta fase de inflexão, Sánchez (2003) escreveu,

A análise histórica qualifica o período correspondente às duas gestões do PMDB como importante período de ruptura da hegemonia anterior, com uma reorientação das políticas urbanas para a urbanização das áreas periféricas, para a construção de equipamentos sociais e para o chamado “planejamento participativo”, contraposto ao “planejamento tecnocrático” associado às administrações lernistas. Entretanto, o grupo político que estava à frente das duas gestões do PMDB não conseguiu consolidar seu projeto político e foi derrotado. Em 1989, Jaime Lerner assumiu a sua terceira gestão na Prefeitura (1989-1992), dessa vez como Prefeito eleito e pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Com sua eleição, a mística da tecnocracia foi revitalizada, junto com as principais representações a ela associadas: a possibilidade de realização de uma administração pretensamente neutra, situada acima da política, que, segundo o discurso oficial, recolhia a experiência de sucesso de toda a década de 70 no campo administrativo e urbanístico (p.162-163).

3.2.4 Terceira Fase (1990-2000) – “parcerias” com a iniciativa privada

Diferentemente das décadas anteriores, nos anos 1990 a questão habitacional não foi objeto de um plano municipal onde a política de habitação do Município tenha ficado

explícita. Não há registros – para esse período – de planos elaborados pelo Poder Executivo Municipal com o intuito de definir ações integradas voltadas ao tratamento do problema da moradia na metrópole. As referências encontradas são relativas a programas e a projetos habitacionais *específicos*, que, por sua vez, não expressam uma reflexão global da Prefeitura Municipal sobre a questão. Cabe ressaltar que o início desse período, de 1989 a 1992, correspondeu à terceira gestão de Jaime Lerner na Prefeitura Municipal de Curitiba. Nessa gestão foram desenvolvidos programas ambientais e foi ampliada a rede de parques da cidade, ações que alçaram Curitiba ao título de “capital ecológica”. No campo do transporte público, novas soluções foram realizadas: “ligeirinho”, “biarticulado” e projeto do Bonde Moderno; no campo da cultura e do lazer: construção da Rua 24 Horas, do Jardim Botânico e da Ópera de Arame (SÁNCHEZ, 1993, p. 26).

Percebe-se que as ações desenvolvidas – no campo da habitação – nesse período deram prosseguimento às práticas de urbanização e regularização fundiária – iniciadas em Curitiba na década de 1980 – e consolidaram a produção de lotes urbanizados como a principal ação do Poder Executivo Municipal no campo da habitação de interesse social.

Os loteamentos populares, executados diretamente pela COHAB-CT ou em parceria com a iniciativa privada tornaram-se, na década de 90, a principal alternativa do Município para provisão de habitação popular (IPPUC, 2002a. p. 68).

Algumas iniciativas se diferenciaram dessa prática, que foi dominante no período, contudo sem grande relevância, tendo em vista que apenas a produção de lotes e a regularização fundiária constituíram juntas 83% de toda a produção habitacional da COHAB-CT na década de 1990. Neste sentido, daremos destaque àquelas ações que – de nosso ponto de vista – foram relevantes na constituição dessa política que foi voltada majoritariamente à produção de lotes urbanizados⁶⁶.

Será, portanto, dado enfoque ao programa *Parceria com a Iniciativa Privada*, que foi responsável por mais de 33% dos lotes produzidos no período, ao *Projeto Sítio Cercado*, concebido em 1990, que previa o atendimento de aproximadamente 30.000 famílias (10.000 lotes e 20.000 apartamentos) e à *regulamentação do FMH* (1990), já previsto à década de 1980.

⁶⁶ O *Programa Vila de Ofícios* – implantado em 1995 e regulamentado pelo Decreto 477/1996 –, que propunha a combinação de habitação e trabalho na mesma edificação, teve um resultado irrisório frente às necessidades da população curitibana. Durante toda a década de 1990, o programa produziu apenas 167 unidades, o que representou 0,27% da produção total da Companhia no período.

O Programa *Parceria com a Iniciativa Privada*

De acordo com a COHAB-CT, o programa surgiu como alternativa à falta de recursos do Sistema Financeiro de Habitação. Atualmente o programa funciona no seguinte formato:

[...] permite aos proprietários de áreas e loteadores a execução de projetos de loteamentos com os mesmos parâmetros adotados pela Cohab/CT – lotes menores e infra-estrutura simplificada. Todas as etapas dos projetos, desde a concepção até a aprovação e registro, são acompanhadas pela Companhia, que atua como órgão assessor. **O empreendedor assume o investimento e compromete-se a fazer a transferência de 20% dos lotes produzidos ao Fundo Municipal da Habitação.** Estas unidades são comercializadas pela Cohab/CT e as restantes (80%) são vendidas diretamente pela empresa. A principal vantagem para o empresário é o melhor aproveitamento da área e a redução de custos do empreendimento. Para a Cohab/CT, a alternativa garante a produção e oferta de novas unidades mesmo quando não há recursos para compra de áreas e obras de infra-estrutura (COHAB-CT, 2004, p. 14-15, grifos nossos).

A descrição do programa apresentada acima foi regulamentada pela Lei Municipal nº 8412/1994, na qual ficou definido como *lote popular* aquele “com área inferior a 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados), com área mínima de 180,00m² (cento e oitenta metros quadrados) e testada mínima de 8,00m (oito metros)”⁶⁷ e como *loteamento popular* “aqueles que contenham, no mínimo, 75% de lotes populares”.

Ocorre, no entanto, que a área média dos lotes praticada pela iniciativa privada tem sido de 160,00m² (Moradias Rio Bonito), em alguns casos chegando a 140,00 m² (Moradias Riacho Doce) e 136,00m² (Jardim Habitar III)⁶⁸.

Os projetos de loteamentos executados dentro desse programa têm sido regidos por contratos de prestação de serviços celebrados entre as empresas privadas e a COHAB-CT. Importante destacar que não é o Poder Público que contrata a iniciativa privada, e sim o inverso: a COHAB-CT é que é contratada pelas empresas para “prestar serviços de Assessoramento Técnico, dentro do Programa que institui incentivos para implantação de Programas Habitacionais de Interesse Social”⁶⁹. O pagamento dos serviços prestados pela Companhia, que inclui, entre outras obrigações, o encaminhamento e o acompanhamento da tramitação da aprovação do loteamento junto à Prefeitura Municipal de Curitiba, é feito mediante o repasse de 20% dos lotes unifamiliares produzidos no loteamento.

De acordo com o “contrato padrão” do programa, o pagamento mediante lotes,

⁶⁷ Artigo 2º da Lei Municipal nº 8412/1994.

⁶⁸ Informações cedidas à autora pelas empresas Piemonte e AW Imóveis no primeiro semestre de 2007.

⁶⁹ Cláusula Primeira do Contrato nº COHAB-CT – 0086/2003 (celebrado entre a empresa Lamb & Winter S.A e a COHAB-CT no dia 30 de outubro de 2003, gentilmente cedido à autora pela empresa Elio Winter).

[...] é a remuneração devida à **COHAB-CT** por conta da aprovação como Projeto de Loteamento Habitacional Popular, decorrente do Programa de Loteamentos de Interesse Social ou Loteamentos Populares para famílias de baixa renda do Município de Curitiba e Região Metropolitana, cujo parcelamento do solo urbano em dimensões reduzidas, por critérios e parâmetros legais, são estabelecidos como pregorrativa exclusiva da administração pública ou suas entidades delegadas (Cláusula Décima Sétima, Contrato nº COHAB-CT 0086-2003, grifo no original).

Os 20% dos lotes produzidos nos loteamentos populares-privados que são “pagos” à COHAB-CT são por ela comercializados. O valor desses lotes varia de R\$ 8.500,00 a R\$ 10.000,00 e a prestação do financiamento, geralmente realizado em 180 meses, fica em torno de R\$110,00/mês⁷⁰. E são esses lotes que a COHAB-CT, a partir de 2002, começa a destinar prioritariamente à população inscrita em sua fila com renda de até 3 salários mínimos.

Os 80% dos lotes restantes, de acordo com a Companhia, “são vendidos diretamente pelo parceiro e ofertados a candidatos que têm renda acima de três salários mínimos” (COHAB-CT, 2004, p. 14). A composição dos preços desses lotes cabe unicamente à iniciativa privada. Conforme determina o contrato celebrado entre os “parceiros”,

A **COHAB-CT** fica isenta de qualquer responsabilidade quanto à comercialização, compreendendo a composição do preço final de venda, forma de pagamento e gestão de crédito praticados pela **Lamb & Winter** ou seus prepostos, para com os adquirentes dos lotes objeto do presente contrato, bem como por quaisquer danos a estes causados, seja em decorrência das obras ou pela relação contratual entre eles estabelecida (Cláusula Décima Oitava, Contrato nº COHAB-CT 0086-2003, grifo no original).

Os valores dos lotes vendidos pelas empresas “parceiras” da COHAB-CT têm variado de R\$ 16.000,00 a R\$ 25.000,00 (Quadro 3). De acordo com as empresas consultadas⁷¹, esses valores têm sido financiados, em média, em até 180 meses. As prestações do financiamento chegam a ultrapassar o dobro do valor da mensalidade que é estipulada pela COHAB-CT para os lotes que são repassados ao FMH. Ou seja, as prestações ficam acima de R\$ 200,00 por mês.

Se analisarmos o preço do metro quadrado desses lotes verificar-se-á que a média dos valores pesquisados fica em torno de R\$140,00 o metro quadrado. Se, por sua vez, estabelecêssemos a hipótese de que a maioria dos clientes dessas empresas compra os lotes habitacionais via financiamento e não à vista, o preço do metro quadrado pago pelas famílias adquirentes desses lotes chega ao valor, no final do financiamento, de até R\$ 330,00/m².

⁷⁰ Informações fornecidas pela COHAB-CT.

⁷¹ Para realização da pesquisa relativa ao Programa “Parceria com a Iniciativa Privada” foram consultadas as empresas *Elio Winter*, *Piemonte* e *AW Imóveis*. Foram solicitadas informações relativas aos loteamentos populares produzidos por essas empresas, no Município de Curitiba, por intermédio do programa de parceria com a COHAB-CT.

Cabe ressaltar que tais lotes apresentam aquela “infra-estrutura simplificada”, permitida pelo programa de parcerias, e, portanto, nem sempre dispõem de rede de esgoto e asfalto, uma vez que a empresa “parceira” fica obrigada a realizar, às suas expensas, apenas:

[...] as obras de terraplenagem, abertura e ensaibramento de ruas, drenagem das águas pluviais com valas a céu aberto, tubuladas nas travessias de ruas e acesso aos lotes, demarcação de lotes e quadras, rede de distribuição de água, rede de esgotamento **quando for o caso**, rede de energia elétrica e a iluminação pública, em observância às diretrizes e determinações administrativas estabelecidas pela Legislação Municipal que rege a matéria, responsabilizando-se pessoal e unicamente pela qualidade, custos e solidez das mesmas (Cláusula Décima, Contrato nº COHAB-CT 0086-2003, grifo nosso).

Não é demais lembrar que a localização predominante desses loteamentos é nos bairros situados ao extremo sul do Município de Curitiba. Na década de 1990, 11.701 lotes habitacionais foram produzidos através desse programa, sendo que 75,30% deles foram construídos nos bairros: Sítio Cercado, Tatuquara, Uberaba, Umbará e Xaxim.

Quadro 3. Loteamentos em “parceria” com a iniciativa privada: parâmetros e valores

Nome do loteamento	Moradias Rio Bonito	Moradias Riacho Doce	Guilherme I	Jardim Habitar III
Empresa	Piemonte	Piemonte	Elio Winter	AW Imóveis
Localização – Bairro	Campo de Santana	Campo de Santana	Ganchinho - Umbará	Tatuquara
Número de lotes produzidos	6.220	680	425	100
Área (m²) e dimensão dos lotes produzidos	160,00 m² (8x20)	140,00m² (7x20)	140,00m² (7x20)	entre 144,00m² (8 x18) e 160,00m² (8x20), com lotes de até 136,00m² (8x17)
Infra-estrutura instalada	rede de água; rede de esgoto; rede de energia elétrica; drenagem de águas pluviais com valas a céu aberto.	rede de água; rede de esgoto; rede de energia elétrica; asfalto; meio-fio e drenagem (tubulada).	rede de água; rede de esgoto cloacal-sanitário; rede de energia elétrica; asfalto; meio-fio; drenagem pluvial com tubos de concreto.	rede de água; rede de energia elétrica; galeria de água fluvial.
Valor final dos lotes (em reais)	R\$ 21.600,00 (lote de 160,00m²); R\$ 18.900,00 (lote de 140,00m²)	R\$ 22.300,00	R\$ 20.700,00	R\$ 16.000,00
Valor final dos lotes / m²	R\$ 135,00	R\$ 159,29	R\$ 147,86	R\$ 114,29
Número de parcelas que pode ser feito o pagamento	180 meses (15 anos) R\$ 220,00 - lote de 140,00m²; R\$ 250,80 - lote de 160,00m²	180 meses (15 anos) R\$258,91	Uma entrada de R\$ 4.750,00 + 72 meses (6 anos) R\$ 388,00	144 meses (12 anos) R\$ 200,00
Valor dos juros	1% ao mês - corrigido anualmente pelo INPC	0,9489% ao mês, reajuste anual	IGPM + 1% ao mês	1% ao mês - corrigido anualmente pelo INPC
Valor final do financiamento dos lotes	R\$ 45.144,00	R\$ 46.603,80	R\$ 32.686,00	R\$ 28.800,00
Valor final do financiamento dos lotes / m²	R\$ 282,15	R\$ 332,88	R\$ 233,47	R\$ 205,71

FONTE: Os dados resultam da pesquisa realizada pela autora nos meses de março a junho de 2007. As informações foram disponibilizadas pelas centrais de venda de cada uma das empresas consultadas.

Em resumo, pode-se afirmar que esse programa de “parceria” tem viabilizado a produção de lotes urbanos pela iniciativa privada com dimensões inferiores ao mínimo exigido pelo Município, com infra-estrutura simplificada e em bairros periféricos de Curitiba. Esses lotes voltados a população de baixa renda têm sido vendidos a valores que, ao final do financiamento, chegam a custar mais de duzentos reais o metro quadrado. O programa poderia não ser contestado se, minimamente esses lotes, comercializados pela iniciativa privada (80% dos lotes produzidos nos loteamentos em “parceria”), não fossem considerados no cálculo da produção habitacional da COHAB-CT, uma vez que seu preço, em metro quadrado, supera os valores de alguns terrenos residenciais ofertados no centro da cidade⁷².

O que se observa, contudo, é que a COHAB-CT, desde 1990, vem contabilizando como de sua produção os lotes implantados e comercializados pelas empresas “parcerias” à preços que por estas são determinados. A incorporação desses lotes à produção habitacional, considerada pública e municipal, na perspectiva da Companhia, deve-se ao fato de que esses lotes, mesmo que vendidos pelas empresas, têm atendido a fila da COHAB-CT. Destaca-se que o contrato de compra e venda é firmado entre a empresa e o morador cadastrado na “fila” sem qualquer intermediação da COHAB-CT. A não ser o fato de que a Companhia “oferece” à empresa “parceira” o cadastro de sua fila.

De acordo com a Companhia, o Loteamento *Moradias Rio Bonito*, citado no Quadro 3, além dos 20% dos lotes repassados ao FMH, teve 4.674 lotes que foram vendidos às famílias cadastradas na “fila”. Outros loteamentos realizados em “parceria” são citados pela COHAB-CT como referência no atendimento a sua fila. Segundo a Companhia, no loteamento *Vitória Régia* 1.463 famílias foram atendidas nos lotes do “parceiro” e, no *Sítio Cercado IX e X*, 1.601 famílias⁷³.

⁷² No dia 19 de março de 2007, realizamos uma pesquisa no site <<http://www.imoveiscuritiba.com.br>> em busca de terrenos residenciais situados na faixa de preço de R\$ 1.000,00 a R\$ 100.000.000,00 no Município de Curitiba. No bairro Centro – uma das regiões mais valorizadas da cidade – encontramos 27 lotes residenciais colocados à venda, três deles apresentavam preço abaixo de R\$ 200,00 o metro quadrado e dois estavam com valores em torno de R\$ 300,00/m². No bairro Jardim Botânico, dos dez lotes identificados pelo site, cinco estavam com preços abaixo de R\$300,00 o metro quadrado e dois com preços até R\$ 400,00/m². Não é objetivo deste trabalho descrever o preço da terra na cidade de Curitiba. Citamos como exemplo os casos dos bairros Centro e Jardim Botânico apenas com o intuito de ilustrar o alto valor praticado pelos loteamentos populares implantados em “parceria” com a iniciativa privada.

⁷³ Informações gentilmente cedidas pela COHAB-CT à autora.

Desta forma, como bem enfatiza Moura e Kornin (2005) “o loteador não precisa buscar compradores no mercado imobiliário e a Cohab-CT pode agilizar o atendimento de sua fila” (p. 117).

E essa tem sido a prática municipal (no setor da habitação) que, a partir da década de 1990, se tornou dominante na cidade de Curitiba. Das 42.294 unidades habitacionais produzidas pela COHAB-CT⁷⁴ na década de 1990, aproximadamente 28% (11.701) foram originadas dos loteamentos realizados em “parceria” com a iniciativa privada.

Fica evidente, portanto, que esse programa, no qual a COHAB-CT tem assumido o papel de prestadora de serviços à iniciativa privada, tem sido a base da política habitacional de Curitiba desde o início da década de 1990. Trata-se de uma prática que, certamente, vai ao encontro das prerrogativas do Estado Neoliberal:

Com esse viés, reproduzem-se, nessa área [habitação], princípios que fundamentam a proposta neoliberal para as políticas sociais, reforçando a omissão do Estado e efetivando parcerias com a iniciativa privada que, de acordo com pronunciamento da Cohab-CT, vem dando “bons resultados”, porque possibilita o maior parcelamento das áreas – produzindo lotes menores, em média com 160 metros quadrados – e a redução dos parâmetros de infra-estrutura. Isto torna o empreendimento mais atrativo para o empresário e aumenta a oferta de unidades para a população de baixa renda (MOURA e KORNIN, 2005, p. 177).

Acrescentaríamos apenas ao trecho acima que “*aumenta a oferta de unidades para a população pobre*” a preços abusivos, se consideradas as condições de acessibilidade (localização) e de urbanização ofertadas nesses loteamentos. O que este programa parece, de fato, ter viabilizado – em Curitiba – foi a ampliação do mercado (privado) de habitação de interesse social. Apesar de, em certa medida, essa ação ter contribuído para o aumento do acesso à terra urbana pela população pobre na “cidade-modelo”, de nosso ponto de vista, a omissão da COHAB-CT, na composição dos preços dos lotes comercializados pela iniciativa privada, fez com que os lotes produzidos chegassem a valores (por metro quadrado) próximos aos preços praticados pelo mercado imobiliário nas regiões mais valorizadas da cidade.

⁷⁴ Foram excluídas as unidades habitacionais oriundas de processos de regularização fundiária.

Figura 7. Programa “parceria com a iniciativa privada”

O Projeto Sítio Cercado

Ao procurarmos registros oficiais do Projeto Sítio Cercado, também chamado Bairro Novo, encontramos, em relação à data de sua implantação, documentos que afirmam que a ocupação do Bairro Novo teve início no ano de 1989 (IPPUC, 2002b) e outros documentos que colocam que o projeto foi concebido em 1990 (COHAB-CT, 2004). Por sua vez o projeto, chamado “Projeto Sítio Cercado” que define as diretrizes de ocupação da área que mais tarde será conhecida por Bairro Novo, é datado de junho de 1991.

Consideramos esse projeto relevante na política habitacional de Curitiba porque ele se constitui na última grande intervenção do Município no setor da habitação desde a década de 1990. Após a implantação desse projeto, as ações da Prefeitura Municipal tenderam a se concentrar nos processos de urbanização e regularização fundiária e na promoção de loteamentos populares via parceria com a iniciativa privada.

De acordo com o IPPUC (2002b),

Em 1989 o Município iniciou a ocupação de um dos últimos vazios urbanos de Curitiba, numa área do Sítio Cercado, com 4,2 milhões de metros quadrados, que passou a ser conhecida como Bairro Novo. O objetivo era atender aproximadamente 20.000 famílias, através da implantação de lotes urbanizados e unidades prontas (p. 74).

Deve-se destacar que a área em que foi implantado o projeto, chamada – no discurso – de o “último vazio urbano” de Curitiba, na verdade correspondia, à época de elaboração do projeto Sítio Cercado, a uma área agrícola não inserida no perímetro urbano de Curitiba e, portanto, não urbana.

Mesmo não sendo área urbana, na introdução do projeto, o IPPUC (1991) afirma que,

para se dar continuidade à **política de ocupação de vazios urbanos** estamos apresentando o projeto de **expansão urbana** de uma das **últimas áreas vazias na cidade** e que representa um passo significativo no trato da questão habitacional... (p.3, grifos nossos).

Ora, se se tratava de uma das “últimas áreas vazias na cidade”, por que se realizar um projeto de “expansão urbana”? Não se quer questionar a importância do projeto Bairro Novo no que se referiu à produção de unidades habitacionais à população de baixa renda da metrópole, mas, sim, de ressaltar que tal o projeto, ao contrário do que reproduz o *discurso* oficial, não se inseriu e nem deu continuidade a uma suposta “política de ocupação de vazios urbanos”.

Como o próprio IPPUC afirmou, no detalhamento do projeto,

o projeto está localizado ao sul de Curitiba, em **zona agrícola**, com aproximadamente 4,25 milhões de metros quadrados apresentando condições topográficas favoráveis à implantação de loteamentos populares (1991, p.4, grifos nossos).

Neste sentido, o Bairro Novo se configurou, na realidade, em uma ação de expansão urbana em que foram incorporadas, ao perímetro urbano de Curitiba, parcelas significativas de sua zona rural. Essa ação se opôs ao que seria uma “política de ocupação de vazios”, uma vez que, ao invés de otimizar a infra-estrutura existente e consolidada, opta-se pela ocupação de uma área até então não urbanizada localizada no extremo sul do Município.

Vale recordar que, à época, em 1991, Curitiba apresentava a quantia de 32.124 domicílios particulares urbanos vagos (IBGE, 1991) ⁷⁵, exatamente o número de unidades habitacionais que se propunha construir no Sítio Cercado. De acordo com o IPPUC (1991), o projeto previa a implantação de 30.000 unidades habitacionais: 20.000 apartamentos e 10.000 lotes (p. 4).

⁷⁵ Informação disponível no *Sistema de Informações dos Municípios Paranaenses*, no site do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES): <<http://www.ipardes.gov.br/imp/imp.php>>. Acesso em: 25 junho 2007.

Acredita-se ser importante destacar essa contrariedade no *discurso* do Poder Executivo Municipal, pois o Bairro Novo tem sido considerado referência de uma “política de ocupação de vazios urbanos” que – no *discurso* – vem sendo implementada pelo Município desde a década de 1980.

Atualmente, segundo a COHAB-CT (2004), o Bairro Novo abriga 11 mil famílias e, após aproximadamente 13 anos, é que foi dado início à construção dos primeiros condomínios de apartamentos, em meio ao loteamento Moradias Santa Rita.

O Fundo Municipal de Habitação

Como vimos anteriormente, o FMH de Curitiba já constava da pauta da política habitacional municipal desde o ano de 1984, no entanto sua regulamentação viria acontecer apenas em 1990, quando então os recursos federais para a provisão habitacional reduzir-se-iam drasticamente com a extinção do BNH (1986).

As fontes de arrecadação do Fundo foram definidas inicialmente nas *Diretrizes para a Política Habitacional* – em 1989 – e posteriormente instituídas pela Lei nº 7.412/1990, com a seguinte redação:

Art. 2º Constituirão recursos do Fundo Municipal de Habitação-FMH:

- I - dotações orçamentárias ou de subvenções, assim configuradas no orçamento da Prefeitura Municipal de Curitiba, inclusive aquelas oriundas de transferências do Estado e da União;
- II - receitas advindas do pagamento de prestações por parte dos mutuários beneficiados pelos programas desenvolvidos com recursos do FMH;
- III - receitas de convênios, acordos e outros ajustes firmados, visando a atender aos objetivos do FMH;
- IV - receitas advindas de venda e da transferência de potencial construtivo;
- V - receitas advindas da venda de excessos de terrenos pertencentes ao Município;
- VI - receitas advindas da venda de todo e qualquer bem que tenha sido destinado à formação do FMH;
- VII-VETADO
- VIII - contribuições e doações, para os efeitos desta lei, de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público e privado, bem assim de organismos nacionais e internacionais;
- IX - rendas provenientes da aplicação de seus recursos;
- X - quaisquer outras receitas eventuais, vinculadas aos objetivos do Fundo.

De acordo com a COHAB-CT (2004), o “solo criado é a principal fonte de receita do Fundo Municipal da Habitação” (p. 10). Ou seja, as transações de compra e venda de potencial construtivo têm sido o mecanismo mais importante no que se refere à composição dos recursos financeiros do FMH de Curitiba. Segundo o IPPUC (2002b), “no período de 90 a 96, aproximadamente 16 milhões e 500 mil reais foram transferidos ao FMH através de incentivos construtivos” (p. 74). Ou seja, em média, arrecadou-se,

por ano, 2 milhões e 750 mil reais nos primeiros 6 anos de funcionamento do Fundo. O ritmo dos recursos originados das transações de potenciais construtivos irá, a partir de 1995, sofrer uma queda acentuada. Nesse ano, a COHAB-CT afirmou que a arrecadação via “solo criado” foi de mais de 4 milhões de reais, já em 1998 ela não chegou a 1 milhão e meio (2004, p. 47). E, a partir de 2001, a arrecadação irá reduzir ainda mais, chegando ao ano de 2004 com a pequena quantia de 490 mil reais (COHAB, 2004).

Na perspectiva da COHAB-CT (2004), a arrecadação vem diminuindo devido a “conjuntura econômica e, sobretudo do desempenho da construção civil” (p. 46). Não dispomos de elementos suficientes para avaliar o porquê dessa queda. A análise do Fundo Municipal de Habitação de Curitiba mereceria, sem dúvida, um aprofundamento muito mais detalhado do que a descrição que fizemos nesta dissertação, visto que o Fundo está em funcionamento há mais de uma década e até o momento nenhum estudo foi realizado a esse respeito.

No entanto, como o objetivo deste capítulo é o de descrever a política habitacional de Curitiba que foi contemporânea ao processo de construção da *imagem da cidade*, cabe a nós pontuarmos algumas ações do Poder Executivo Municipal que foram relevantes nos três períodos estudados (décadas de 1970, de 1980 e de 1990). Neste sentido, a criação do FMH se destaca entre as ações que foram levadas a cabo em Curitiba no âmbito da questão da habitação.

Antes, contudo, de concluirmos essa primeira parte do Capítulo 3 e nos dedicarmos à abordagem da *produção habitacional* do Município, cabe ressaltar que o Fundo Municipal de Habitação, conforme é determinado em Lei, tem por objetivo “dar suporte financeiro aos programas habitacionais de interesse social”⁷⁶, sendo seus recursos disponíveis para o desenvolvimento de “programas habitacionais em municípios da região metropolitana de Curitiba”⁷⁷.

Tais recursos são de gerência da COHAB-CT. É curioso notar que, além de administradora do FMH, ela também é, como previsto em Lei, a fiscalizadora das contas do Fundo. “O Conselho Fiscal da COHAB-CT será o responsável pela fiscalização do FMH, devendo apreciar periodicamente as contas e balancetes, emitindo seu parecer”⁷⁸.

⁷⁶ Artigo 1º da Lei nº 7.412/1990.

⁷⁷ Artigo 1º da Lei nº 7.412/1990.

⁷⁸ Artigo 9º da Lei nº 7.412/1990.

Não há, portanto, controle social sobre o funcionamento do FMH e os relatórios periódicos emitidos pelo seu Conselho Fiscal são de difícil acesso e não estão disponíveis publicamente para consultas.

3.3 A Produção de Habitação da COHAB-CT (1970-2000)

A produção realizada pela COHAB-CT – em Curitiba – no período de 1970 a 2000, segundo a Companhia, foi de 84 mil unidades habitacionais⁷⁹. Se considerarmos quatro o número médio de pessoas por família, pode-se afirmar que a COHAB-CT atendeu, nessas três décadas de atuação, aproximadamente 336 mil pessoas apenas na cidade de Curitiba⁸⁰. À primeira vista esse número parece bastante expressivo se levarmos em conta o crescimento populacional que Curitiba teve nesse período.

De 1970 a 2000 a população de Curitiba passou de 609.026 para 1.587.315 habitantes: um acréscimo de 978.289 habitantes. Se considerados os números da produção habitacional da COHAB-CT para o período, poder-se-ia dizer que cerca de 34% desse incremento populacional teria sido beneficiado pela Companhia, já que esta teria atendido aproximadamente 336 mil pessoas – em Curitiba – entre 1970 e 2000.

É na esteira desses números que o Poder Executivo Municipal de Curitiba se apóia quando assegura que, em 41 anos de atuação (65-2006), a COHAB-CT tenha construído uma outra cidade dentro de Curitiba. No relatório de gestão da Companhia (2002 a 2004), afirma-se que a COHAB-CT tenha beneficiado cerca de “450 mil pessoas em 39 anos, o que representa uma cidade do tamanho de Londrina” (2004, p. 7). Contudo essa produção de moradias que, à princípio é muito significativa, como vimos no Capítulo 1, não se tornou uma das *representantes* do “êxito” atribuído – no *discurso* – à experiência de planejamento urbano de Curitiba.

Mesmo que em números absolutos tal produção pareça expressiva, ainda mais se comparada ao incremento populacional sucedido em Curitiba entre 1970 e 2000, ela deve – do nosso ponto de vista – ser analisada em *períodos* específicos com

⁷⁹ Entre 1970 a 2000, a COHAB-CT produziu um total de 93.977 unidades habitacionais, dessas 84.054 foram construídas unicamente em Curitiba (Anexo 1).

⁸⁰ De acordo com o IPPUC, o número de habitantes por domicílio em Curitiba tem, ao longo das décadas, reduzido. Em 1970 o número era de 4,85 hab./dom.; em 1980 foi de 4,25; em 1991 de 3,65; em 1996 de 3,43 e em 2000 o número reduziu a 3,31 habitantes por domicílio. Se calcularmos a média obtida nesses 5 períodos chega-se ao valor de 3,89 habitantes por domicílio. Esses dados foram extraídos do gráfico “Habitantes por domicílio em Curitiba – 1970 a 2000”. Disponível em:

base nos *programas* que lhe deram origem e a partir de sua *localização* territorial na cidade. Acredita-se que assim seja revelada uma face da produção habitacional da COHAB-CT até então não estudada e que foi contemporânea ao processo de constituição da *imagem* da “cidade-modelo”.

Antes de tudo cabe explicitarmos que a COHAB-CT contabiliza, como sendo de produção pública e municipal, toda e qualquer unidade habitacional (lote, casa ou apartamento) originada de ações diretas ou indiretas da Companhia. Dessa forma, não só os lotes produzidos de modo *informal* pela população, através dos processos de ocupação de terras (públicas ou privadas) – quando regularizados pela COHAB-CT –, entram na soma da produção habitacional da Companhia, como também aqueles lotes que são produzidos e comercializados pela iniciativa privada, quando realizados no âmbito do programa de “parceria com a iniciativa privada”.

Desta forma somam-se ações que são relativas à *produção de moradias* a ações que se resumem à *prestação de serviços*. Assim, unidades habitacionais não produzidas nem comercializadas pela COHAB-CT e, em alguns casos, tampouco destinadas ao atendimento de sua fila⁸¹, entram no cálculo da produção habitacional do Município. Constatase, portanto, que o número de 84.054 unidades habitacionais “produzidas” no período de 1970 a 2000 é superestimado, uma vez que inclui uma produção que não é pública e que, em certa medida, também não atende ao interesse social, apesar de ser viabilizada sob tal justificativa⁸². Assim, faz-se necessário desagregar a produção habitacional da Companhia nos programas que lhe deram origem, para se ter uma melhor compreensão da real ação do Poder Executivo Municipal de Curitiba no que se refere à produção de habitação para a população de baixa renda.

<http://ippucnet.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/anexos/1970%20a%202000_Gráfico%20-%20Habitantes%20por%20Domicilio%20em%20Curitiba%20.jpg>. Acesso em: 26 jun. 2007.

⁸¹ Os lotes resultantes dos loteamentos realizados em “parceria” com a iniciativa privada, com exceção dos 20% que são repassados ao FMH, nem sempre são comercializados para as famílias cadastradas na fila da COHAB-CT. De acordo com um empreendedor local que promoveu loteamentos em “parceria” com a COHAB-CT, a maioria dos compradores são pessoas do próprio bairro (não cadastradas na fila da Companhia) e que residem em região próxima ao local de implantação do loteamento.

⁸² Deve-se ressaltar que não criticamos a iniciativa da Prefeitura Municipal por incentivar a produção de loteamentos privados com padrões populares, mas, sim, por motivo de esses lotes serem considerados de produção estatal tendo em vista que os preços comercializados pela iniciativa privada, como mostrado anteriormente, são abusivos e nem sempre atendem o público-alvo da política habitacional de Curitiba.

3.3.1 Distribuição da produção habitacional da COHAB-CT por programas

A COHAB-CT divide sua produção habitacional em sete programas: convencional, regularização fundiária, parceria, vila de ofícios, reassentamento, remanescente e convênios. O programa chamado *convencional* corresponde àquelas unidades habitacionais que são produzidas diretamente pela Companhia, sem convênios com outros órgãos e sem parcerias com a iniciativa privada, com a finalidade de atender a sua fila. O programa *vila de ofícios* também se refere às unidades produzidas diretamente pela COHAB-CT, contudo, por se tratar de um programa que apresenta um formato específico, como já relatado neste trabalho, a Companhia, ao registrar sua produção, o diferencia do programa convencional.

As unidades oriundas dos processos de regularização fundiária são enquadradas no programa de *regularização fundiária*. Nesses processos, quando há a necessidade de remoção de algumas famílias, a COHAB-CT produz algumas unidades habitacionais para reassentar tais famílias. Essas unidades são enquadradas pela Companhia no programa de *reassentamento*.

Os *convênios* são relativos àquelas unidades produzidas em convênio com outros níveis de governo (Estado ou União). Por sua vez, as unidades enquadradas no programa *parceria* são aquelas produzidas por intermédio do programa de parceria com a iniciativa privada, já analisado neste capítulo e, por fim, o programa *remanescente* se refere às áreas de reserva da COHAB-CT, localizadas em loteamentos por ela produzidos, que, em algumas situações, são desmembradas para criação de novos lotes⁸³.

⁸³ Não encontramos nenhum documento oficial que descrevesse os programas nos quais as unidades habitacionais produzidas pela Companhia são enquadradas. As informações aqui descritas foram cedidas, informalmente, por técnicos da COHAB-CT.

Tabela 11. Distribuição da produção habitacional por programa (1970-2000)

PROGRAMA	dec.70				dec.80				dec.90				TOTAL	%
	apto.	casa	lote	subtotal	Apto.	casa	lote	subtotal	apto.	casa	lote	subtotal		
Convencional	1.432	7.006	58	8.496	13.126	5.282	7.153	25.561	3.562	2.811	18.347	24.720	58.777	69,93
<i>Reg.fundiária</i>							1.443	1.443	0	0	10.624	10.624	12.067	14,36
<i>Parceria</i>									460	100	9.990	10.550	10.550	12,55
Vila de ofícios									0	167	0	167	167	0,20
Reassentamento									0	34	1.846	1.880	1.880	2,24
Remanescente									0	0	256	256	256	0,30
Convênio									0	80	277	357	357	0,42
TOTAL	1.432	7.006	58	8.496	13.126	5.282	8.596	27.004	4.022	3.192	41.340	48.554	84.054	100,00

FONTE: COHAB, 2006.

A distribuição da produção habitacional da COHAB-CT entre os seus programas revela que aproximadamente 14% das unidades habitacionais foram produzidas através de processos informais de ocupação de terras. E aproximadamente 13% das unidades foram originadas dos loteamentos realizados em “parceria” com a iniciativa privada. Se, desses aproximadamente 27%, excluirmos as unidades produzidas pela iniciativa privada que são repassadas ao FMH (20%) e, posteriormente, comercializadas pela COHAB-CT às famílias de até três salários mínimos, chegaremos a um número de 20.507 unidades habitacionais (24,4%) que não são produzidas pelo Município e que não atendem obrigatoriamente a sua fila.

Tabela 12. Distribuição da produção habitacional real por programa (1970-2000)

PROGRAMA	DÉCADA DE 70				DÉCADA DE 80				DÉCADA DE 90				TOTAL
	apto.	casa	lote	subtotal	apto.	casa	lote	subtotal	apto.	casa	lote	subtotal	
Convencional	1.432	7.006	58	8.496	13.126	5.282	7.153	25.561	3.562	2.811	18.347	24.720	58.777
<i>Reg.fundiária</i>							0	0	0	0	0	0	0
<i>Parceria*</i>									92	20	1.998	2.110	2.110
Vila de ofícios									0	167	0	167	167
Reassentamento									0	34	1.846	1.880	1.880
Remanescente									0	0	256	256	256
Convênio									0	80	277	357	357
TOTAL	1.432	7.006	58	8.496	13.126	5.282	7.153	25.561	3.654	3.112	22.724	29.490	63.547

FONTE: COHAB, 2006.

* Considerados apenas o número de unidades habitacionais (20%) que, na “parceria” com a iniciativa privada, são repassados ao FMH.

Nesta perspectiva, o número de unidades resultante de uma ação real do Município no sentido de promover habitação e não de prestar serviço à iniciativa privada, produzidas entre 1970 e 2000, é de 63.547 unidades. Ou seja, das 48.554 unidades supostamente produzidas na década de 1990, 19.064 foram resultantes ou de processos de regularização fundiária ou produzidas e comercializadas pela iniciativa

privada a preços significativamente superiores à capacidade de compra da população de baixa renda de Curitiba.

Assim, das aproximadamente 336 mil pessoas atendidas pela COHAB-CT (entre 1970 e 2000), cerca de 80 mil viabilizaram efetivamente sua moradia ou através de processos de ocupação de terras – públicas ou privadas – ou através da aquisição de lotes urbanos populares, localizados na periferia da cidade, via mercado formal de terras.

3.3.2 Distribuição espacial da produção habitacional da COHAB-CT

Se, por sua vez, analisarmos a produção de habitação da COHAB-CT do ponto de vista de sua *distribuição espacial* em Curitiba, perceberemos que há uma representativa concentração da ação habitacional do Município em determinadas porções do espaço da metrópole. A distribuição espacial da produção habitacional da COHAB-CT revela uma predominância da ação do Poder Executivo Municipal nos bairros periféricos da cidade. Das 84.054 unidades habitacionais produzidas no período de 1970 a 2000 – aqui incluindo as ações de regularização fundiária e os lotes produzidos em “parceria” com a iniciativa privada –, 57.372 foram realizadas nas Regionais da CIC, do Bairro Novo e do Pinheirinho.

Tabela 13. Produção habitacional do Município por regional e por período

Regional	DÉCADA DE 70				DÉCADA DE 80				DÉCADA DE 90				TOTAL
	Apto	Casa	Lote	subtotal	Apto	Casa	Lote	subtotal	Apto	Casa	Lote	subtotal	
Bairro Novo	0	1.003	0	1.003	512	1.113	1.297	2.922	278	159	16.895	17.332	21.257
Boa Vista	520	597	0	1.117	1.476	328	210	2.014	98	6	353	457	3.588
Boqueirão	0	1.982	0	1.982	1.472	1.083	217	2.772	496	56	1.255	1.807	6.561
Cajuru	0	813	0	813	1.958	639	1.376	3.973	8	355	3.644	4.007	8.793
CIC	560	1.660	1	2.221	5.232	1.052	3.600	9.884	2.200	1.477	9.924	13.601	25.706
Matriz	0	0	0	0	0	0	608	608	0	56	0	56	664
Pinheirinho	0	250	0	250	0	360	1.015	1.375	382	574	7.828	8.784	10.409
Portão	352	312	0	664	1.936	26	142	2.104	352	0	471	823	3.591
Santa Felicidade	0	389	57	446	540	247	131	918	208	497	704	1.409	2.773
Vários (unidades isoladas)	0	0	0	0	0	434	0	434	0	12	266	278	712
Curitiba	1.432	7.006	58	8.496	13.126	5.282	8.596	27.004	4.022	3.192	41.340	48.554	84.054
%	16,85	82,46	0,68	100,00	48,61	19,56	31,83	100,00	8,28	6,57	85,14	100,00	

FONTE: COHAB, 2006.

Mapa 8. Distribuição espacial da ação habitacional⁸⁴ do Município de Curitiba

FONTE: COHAB, 2003.

Observa-se que, nas décadas de 1970 e 1980, a região da CIC, em relação as demais regionais, concentrava o maior número de unidades habitacionais da COHAB-CT. Os dados mostram que, a partir da década de 1990, a produção de habitação pelo Município continuou concentrada na região da CIC, contudo percebe-se um direcionamento da ação habitacional para a região do Bairro Novo e do Pinheirinho. Esse deslocamento espacial da ação do Poder Executivo Municipal – no setor da habitação – a partir da década de 1990, reflete a mudança vivenciada – no mesmo período – pela política habitacional de Curitiba.

⁸⁴ O mapeamento original da COHAB-CT e do IPPUC, define todas as intervenções habitacionais como conjuntos habitacionais. No entanto, o que a Prefeitura Municipal de Curitiba chama de “conjuntos

Vimos anteriormente que, com a extinção do BNH e a conseqüente redução dos recursos federais para promoção de habitação, o Município de Curitiba passou a priorizar a produção de lotes urbanizados, especialmente via “parceria com a iniciativa privada”. Em entrevista cedida para a autora, o arquiteto Marco Aurélio Becker – técnico da COHAB-CT – justificou a concentração da ação da Companhia na produção de lotes da seguinte forma:

“É regularização e loteamento por quê? Porque é o recurso mais barato que você consegue. Para se produzir um lote hoje, você deve estar gastando aí, com terreno e infra-estrutura, algo em torno de dez, doze mil reais. Já para produzir uma casa, fora o terreno, você vai gastar mais a construção da casa, mais uns doze mil, já vai para uns vinte e poucos, vinte e cinco mil reais. O apartamento é mais que isso, uns trinta e cinco, quarenta mil. Então o recurso que o Município tem, o que ele faz, ele procura maximizar o atendimento, como ele consegue maximizar? Produzindo lote”⁸⁵.

De toda a produção habitacional realizada na década de 1990, 85% referiu-se à produção de lotes urbanizados. Conclui-se, portanto, que o direcionamento da ação habitacional da Prefeitura Municipal a partir desse período, para as regiões do Bairro Novo e do Pinheirinho – extremo sul do território municipal –, refletiu a necessidade imposta pelos processos de produção de loteamentos populares: a existência de grandes porções de terras urbanas ainda não parceladas – glebas.

Assim a solução habitacional adotada pelo Município passou então a estar baseada na produção de “novos espaços” dentro da cidade – majoritariamente pela iniciativa privada⁸⁶ – e na autoconstrução⁸⁷, o que, por sua vez, contraria a idéia de otimização das infra-estruturas e dos serviços urbanos já existentes e promove a periferização e o supertrabalho da população de baixa renda⁸⁸. Para a COHAB-CT, contudo, a despeito das contrariedades apontadas, a produção de lotes urbanizados tem apresentado vantagens, pois “amplia a capacidade de atendimento com os recursos

habitacionais” inclui todas as ações de regularização fundiária, bem como os loteamentos produzidos em “parceria” com a iniciativa privada.

⁸⁵ Trecho da transcrição da entrevista realizada com Marco Aurélio Becker no dia 7 de dezembro de 2006.

⁸⁶ Com exceção dos processos de regularização fundiária, a COHAB-CT produziu, no período de 2002 a 2004, entre obras concluídas e entregues e em andamento, 2128 unidades habitacionais, dessas mais de 50% se referiram aos lotes do programa de “parceria” com a iniciativa privada (COHAB-CT, 2004, p.49).

⁸⁷ Para Bonduki (2004), “Muitos são os nomes usados para designar essa forma de construção: casas domingueiras, casas de periferia, casas próprias autoconstruídas, casas de mutirão. A característica básica, porém, é serem edificadas sob gerência direta de seu proprietário e morador: este adquire ou ocupa o terreno; traça, sem apoio técnico, um esquema de construção; viabiliza a obtenção de materiais; agencia a mão-de-obra, gratuita e/ou remunerada informalmente; e em seguida ergue a casa” (p. 281).

⁸⁸ Em relação ao supertrabalho que produz a habitação do trabalhador, ver: OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

disponíveis; valoriza a **vocação da população para a auto-construção**; alcança todas as faixas de renda” (grifos nossos)⁸⁹.

3.4 O trinômio loteamento periférico – casa própria – autoconstrução

A produção habitacional realizada pela Prefeitura Municipal de Curitiba, contemporânea à construção e à consolidação da *imagem* da “cidade-modelo”, teve, portanto, a participação fundamental do morador pobre da metrópole e das empresas privadas de loteamentos no que se referiu à produção de novos espaços, formais ou informais, espacialmente segregados e precariamente urbanizados. Cerca de 30% de toda a produção habitacional do Município, entre 1970 e 2000, correspondeu a regularização fundiária de ocupações irregulares e a lotes urbanos construídos e comercializados pela iniciativa privada.

Um dos “sucessos” dessa fórmula, como enfatiza a COHAB-CT, está na valorização da “vocação da população para a autoconstrução”. Desenvolveu-se de fato em Curitiba, a partir da segunda metade da década de 1980, um processo de periferização muito semelhante ao ocorrido na metrópole paulistana – no período de 1940 a 1970 – baseado naquilo que Bonduki (2004) chamou de “trinômio loteamento periférico – casa própria – autoconstrução”. A diferença é que em Curitiba, a partir da década de 1990 esse processo passou a ser institucionalizado e incentivado pelo Poder Executivo Municipal por intermédio da criação do programa de “parceria” com a iniciativa privada.

Bonduki (2004), ao descrever e analisar o processo paulistano destaca que:

O sucesso do modelo de moradia popular desenvolvido na periferia possibilitou a **transferência para o próprio trabalhador do encargo de produzir a habitação**, sem que o poder público fosse obrigado a investir significativamente. **A enorme quantidade de terra disponível para o assentamento popular no entorno da cidade foi, certamente, a razão mais forte desse êxito.** Graças a essa disponibilidade, o lucrativo processo de expansão periférica pôde se alastrar sem limites, pelo menos até a década de 1970, garantindo novas e novas áreas de loteamentos nos quais a população de baixa renda conseguia adquirir um lote popular e construir suas casas (p. 312-313, grifos nossos).

E enquanto houve terras disponíveis e baratas para a produção de lotes populares, o modelo curitibano *institucionalizado* de periferização da população de baixa renda se manteve. Recentemente, contudo, o modelo começou a mostrar sinais de

⁸⁹ COHAB-CT, 2006. Extraído da apresentação *COHAB-CT 41 anos*. Disponível em: <www.cohab.pr.gov.br>. Acesso em: 22 nov. 2006.

esgotamento, ao menos no que se refere a sua reprodução dentro dos limites da “cidade-modelo”. Com a diminuição da oferta de áreas urbanas não parceladas em Curitiba, o preço da terra subiu e isso, por sua vez, tem gerado um desinteresse da iniciativa privada na promoção de loteamentos populares em “parceria” com a COHAB-CT.

De acordo com um empresário local do ramo da incorporação imobiliária, não só a área bruta em Curitiba tem aumentado de valor como também aumentaram as restrições ambientais e a porcentagem de área institucional exigidas pelo Município nos processos de parcelamento do solo. A combinação desses fatores tem levado a uma evidente redução da produção de lotes populares via o programa de “parceria” da COHAB-CT em Curitiba.

Na década de 1990, a média de lotes por ano produzida em “parceria” com a iniciativa privada foi de 1000 (Tabela 11), ao passo que, no período de 2002 a 2004, essa média sofreu uma redução de 40%, atingindo o número de 600 lotes/ano.

O esgotamento do modelo de periferação da população de baixa renda de Curitiba foi objeto de destaque na imprensa local.

Curitiba esgota espaços possíveis de crescimento. Uma capital cercada, impossibilitada de crescer horizontalmente dentro de seus próprios limites. Com 400 quilômetros quadrados de área, Curitiba não consegue mais acomodar o número de pessoas que mantêm o crescimento populacional da cidade em 2,3% ao ano (Gazeta do Povo, 07/02/1999, p. 3, grifos nossos).

Segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (Ippuc) em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), **Curitiba não tem mais para onde crescer.** Tirando áreas de preservação ambiental, todos os espaços estão ocupados (Primeira Hora, 5/12/2001, p. 8, grifos nossos).

Não há mais espaço para lotes populares. Curitiba teria que relocar 10 mil famílias que moram em situação irregular, mas tem poucas áreas disponíveis (Estado do Paraná, 26/10/2004, p. 20, grifos nossos).

A “solução” que parece estar entre as ações da Prefeitura Municipal frente ao quadro exposto não é, contudo, a de promover a ocupação dos mais de **55 mil imóveis vagos** existentes em Curitiba⁹⁰ e sim a de transferir seu modelo já esgotado para os municípios da Região Metropolitana. A instituição de uma política habitacional integrada com os municípios da RMC tornou-se, portanto, pauta recente da Prefeitura Municipal de Curitiba.

⁹⁰ De acordo com o *Déficit Habitacional no Brasil*: municípios selecionados e microrregiões geográficas, elaborado pela Fundação João Pinheiro, o Município de Curitiba – em 2000 – apresentava um déficit habitacional de 31.240 domicílios e a existência de 56.316 domicílios vagos.

A motivação, contudo, menos do que buscar alternativas conjuntas a um problema metropolitano, tem sido a preocupação com o inchaço de Curitiba que “ameaça a preservação do cartão-postal vendido para todo o país”.

Para Luiz Hayakawa⁹¹, “Curitiba não tem espaço fisicamente, mas a Região Metropolitana ainda pode crescer”⁹².

Assim, a suposta falta de espaço em Curitiba parece legitimar as ações de uma política habitacional, ainda em fase de constituição, que tem por objetivo consolidar a população de baixa renda fora de seus limites administrativos.

⁹¹ Ex-presidente do IPPUC e da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC.

⁹² Em reportagem do jornal Gazeta do Povo, 07/2/1999, p.3.

4 CAPÍTULO IV – QUESTÃO HABITACIONAL, DISCURSO E IDEOLOGIA

4.1 A imagem

Ao recuperarmos a trajetória da pesquisa desenvolvida neste trabalho, observamos que foram explicitadas, nos três capítulos anteriores, três faces de uma mesma cidade: a cidade de Curitiba. A primeira das faces, certamente a mais conhecida, é aquela constituída pela *imagem* da cidade: “cidade-modelo”; “capital ecológica”; “capital de primeiro mundo”; “capital da qualidade de vida”; etc. O *discurso*, veiculador dessa *imagem*, ao qual chamamos de *discurso* da “cidade-modelo”, foi proferido pelos quatro cantos do mundo. Esteve presente nas mais diversas falas, que iam desde os depoimentos de técnicos e políticos locais, de dirigentes de organizações e agências multilaterais, até pronunciamentos de políticos internacionais, de especialistas e profissionais da área de urbanismo internacionalmente respeitados e, obviamente, o *discurso* também esteve nas pautas da mídia nacional e internacional desde meados da primeira metade da década de 1970.

A partir da descrição de algumas falas portadoras desse *discurso*, foi possível identificar, primeiramente, que o *discurso* da “cidade-modelo” permanece atual, uma vez que observamos sua presença em falas registradas entre os anos de 2006 e 2007, e que a *idéia* principal por ele disseminada tem sido – historicamente – aquela que afirma que, em Curitiba, diferentemente das demais metrópoles do país, o planejamento urbano “deu certo”. Vimos que o *discurso* apresentou e difundiu uma *imagem* de cidade “modelo” que foi, necessariamente, fruto de uma prática exitosa de planejamento urbano.

Para legitimar tal prática, verificamos que o *discurso* se apoiou em alguns elementos urbanos construídos da paisagem da cidade. Esses elementos, a saber: a Rua XV de Novembro, os Setores Estruturais, os Parques e as áreas verdes, o Sistema de Transporte Coletivo e a Cidade Industrial de Curitiba, têm sido recorrentemente alçados no *discurso* como referências do sucesso do planejamento urbano local. Apesar de esses elementos, como evidenciamos no Capítulo 1, terem sido construídos em momentos históricos distintos – alguns na década de 1970 e outros na década de 1990 – verificou-se que, ainda hoje, são eles que têm sustentado a *imagem* “modelo” da cidade e a *idéia*

de que Curitiba teria sido palco de uma experiência bem sucedida de planejamento urbano.

Esses elementos urbanos – constitutivos do *discurso* – levaram Curitiba a receber diversos prêmios internacionais e a ser considerada como “modelo” de planejamento urbano para cidades localizadas nos mais diferentes países do mundo. Tanto é que anualmente o IPPUC tem recebido mais de 400 visitas de técnicos, oriundos de todas as partes do planeta, com o objetivo de conhecer a experiência da capital paranaense. O planejamento urbano de Curitiba ganhou notoriedade internacional e elevou o ex-prefeito da cidade e ex-governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, à presidência da UIA em 2002.

Identificamos, no entanto, que o *discurso*, ao disseminar a *idéia* de sucesso do planejamento urbano curitibano, não fez qualquer menção à **questão habitacional**. Não encontramos, entre seus elementos constitutivos, referências a práticas ou intervenções levadas a cabo na “cidade-modelo” no campo da habitação. Dessa maneira, portanto, a afirmação de que Curitiba é a “capital da qualidade de vida” ou a “capital ecológica” se fez – no *discurso* – de maneira autonomizada dos processos de produção e de apropriação da moradia da cidade.

Se considerássemos que a experiência de planejamento urbano de Curitiba, deflagrada no início da década de 1970, tivesse sido capaz, como diz o *discurso*, de transformar uma metrópole da periferia do capitalismo em uma “capital de primeiro mundo”, poderíamos supor que ela deveria ter solucionado, entre os diversos “problemas urbanos” da cidade, necessariamente o problema da habitação. Neste sentido, questiona-se: **Por que as intervenções no campo da habitação não foram utilizadas pelo discurso veiculador da imagem da cidade como evidências do “sucesso” do planejamento urbano curitibano?** De imediato poderíamos levantar duas hipóteses: (i) talvez porque simplesmente tais intervenções não existissem; ou (ii) talvez porque não houvesse problema habitacional em Curitiba que devesse ser enfrentado pelo planejamento urbano “modelo”?

A solução da indagação formulada acima, como vimos, não está em nenhuma das hipóteses levantadas e tampouco estará em uma única resposta fechada, determinada e objetiva. O campo a ser investigado, para caminharmos em direção à resposta da questão citada, é demasiadamente complexo e, portanto, nesta parte da dissertação, buscaremos iluminá-lo a partir de uma abordagem específica: da problemática da *ideologia*. Escolhemos esse caminho uma vez que, ao descrevemos o

discurso da “cidade-modelo” e delimitarmos seus elementos constitutivos (Capítulo 1), pudemos reconhecer nele aquilo que Marilena Chauí (2006) definiu como *discurso ideológico*.

Para a autora,

O discurso ideológico é um discurso feito de espaços em branco, como uma frase na qual houvesse lacunas. A coerência desse discurso (o fato de que se mantenha como uma lógica coerente e que exerça um poder sobre os sujeitos sociais e políticos) não é uma coerência nem um poder obtidos *malgrado* as lacunas, *malgrado* os espaços em branco, *malgrado* o que fica oculto; ao contrário, é *graças às lacunas* entre as suas partes, que esse discurso se apresenta como coerente. Em suma, é porque não diz tudo e não pode dizer tudo que o discurso ideológico é coerente e poderoso (2006, p. 32, grifos no original).

Uma das *lacunas* do *discurso* da “cidade-modelo”, como vimos, foi a *questão habitacional*. E foi a ela que dedicamos boa parte deste trabalho. Com o objetivo de recuperarmos essa questão cuja ausência no *discurso* – do nosso ponto de vista – dependeu sua própria elaboração, apresentamos, nos Capítulos 2 e 3 deste trabalho, a questão da habitação em Curitiba. O conteúdo abordado nestes capítulos explicitou: 1) que a “cidade-modelo” não fugiu ao padrão de crescimento desigual das metrópoles brasileiras; e 2) que a “cidade-modelo”, ao contrário do que o *discurso* nos levou a pensar, foi palco de diversas ações do Poder Executivo Municipal com o intuito de enfrentar o problema da habitação.

Desta forma, confirmando que a ausência no *discurso* não refletiu a realidade da capital paranaense, a recuperação da *questão habitacional* permitiu-nos inscrevê-la no contexto de construção e de consolidação da *imagem da cidade* e, posteriormente, revelar a funcionalidade de sua ausência – no *discurso* – para a manutenção e a reprodução da *idéia* de que, em Curitiba, o planejamento urbano “deu certo”.

4.2 O negativo da imagem: o problema da habitação

A partir do Capítulo 2 pudemos verificar que a hipótese de que Curitiba não tem ou não teve problema habitacional não se confirmou na realidade. Ao reunirmos informações e dados sobre o problema habitacional de Curitiba, notamos que, espantosamente, a cidade “modelo” para o país e para o mundo, ocupava em 2000, o 5º lugar entre os municípios brasileiros com o maior número de favelas e apresentava, no mesmo ano, uma porcentagem de domicílios em aglomerados subnormais (8%)

praticamente igual a da cidade de São Paulo (7,54%)⁹³. Deve-se ressaltar que a *imagem* que se tem da capital paulistana é exatamente o oposto – o negativo – da *imagem* que se tem de Curitiba. São Paulo é tida como o “modelo a não ser seguido”: engarrafamentos quilométricos, enchentes, favelas e violência, enquanto que a *imagem* de Curitiba tem sido a de “capital ecológica”, “capital de primeiro mundo”, “cidade-modelo”, entre outras.

Apesar das *imagens* distintas, as duas capitais apresentam problemas graves em relação à habitação. A diferença repousa no fato de que em Curitiba esse problema *parece* não existir e o *discurso*, como vimos, faz questão de atribuir essa suposta peculiaridade curitibana à experiência de planejamento urbano lá implementada.

Verificamos que cerca de 16% de todo incremento domiciliar registrado em Curitiba no período de 1970 – data em que se iniciou o processo de constituição da *imagem da cidade* – a 2000 foi absorvido pelas chamadas ocupações irregulares. Na década de 1970, por sua vez, década emblemática em relação às grandes mudanças realizadas no tecido urbano da cidade e que, posteriormente, viriam a se tornar alguns dos símbolos da “cidade-modelo” (Setores Estruturais, calçada da Rua XV de Novembro e Parques Urbanos), Curitiba havia apresentado uma taxa de crescimento anual dos domicílios em ocupações irregulares de aproximadamente 13,44%. Trata-se de índice duas vezes superior à taxa de crescimento total dos domicílios no Município para o mesmo período.

Não é demais recordar que os primeiros anos da década de 1990 (1991 e 1992), caracterizados por serem as datas em que foram inaugurados muitos dos elementos urbanos que hoje são internacionalmente conhecidos, como, por exemplo: Ópera de Arame (1992), Universidade Livre do Meio Ambiente (1991), Jardim Botânico (1991) e a Estação-tubo (1991), foram os anos em que a “cidade-modelo” apresentou o maior crescimento de domicílios em ocupações irregulares. Cerca de 35% de todos os domicílios localizados em ocupações irregulares, identificados até o ano 2000 (57.333), foram produzidos entre os anos de 1990 e 1992, porcentagem que significou a formação de aproximadamente 20 mil domicílios irregulares em apenas dois anos⁹⁴.

⁹³ Números extraídos do Censo Demográfico 2000.

⁹⁴ De acordo com o IPPUC, em 1990, Curitiba possuía 24.570 domicílios irregulares, sendo que, em 1992, esse número havia subido para 44.713 domicílios em condições de irregularidade (em favelas ou em loteamentos clandestinos).

Notamos que, a partir de 1992, a tendência de crescimento desses assentamentos informais na “cidade-modelo” sofreu uma significativa alteração. É a partir desta data que a taxa de crescimento anual dos domicílios irregulares em Curitiba, que vinha crescendo exponencialmente (década de 1970: 13,44%; década de 1980: 16,61%), começa a cair. Na primeira metade da década de 1990 (1992-1996), o índice desce para 3,08% e, posteriormente, (1996-2000) para 2,45%.

Verificamos, contudo, que, em alguns bairros da “cidade-modelo”, as taxas de crescimento da irregularidade apresentaram um comportamento contrário ao registrado para o Município na década de 1990, superando em mais de dez vezes a taxa de crescimento anual dos domicílios irregulares registrada para o Município. Enquanto que Curitiba apresentava uma taxa de crescimento anual de 3,08%, para o período de 1992-1996, os bairros Augusta, Campo de Santana e Capão da Imbuia, experimentaram, para o mesmo período, taxas de crescimento dos domicílios irregulares respectivamente de 21,48%, de 21,65% e de 41,53% (Tabela 8). Esses números evidenciam, portanto, uma maior concentração da irregularidade da “cidade-modelo” em determinadas porções do espaço de Curitiba. Este fato indica um maior aprofundamento das desigualdades socioespaciais da cidade, pois se, por um lado, na média municipal, a irregularidade tende a diminuir, por outro, ela tem mostrado acentuado crescimento em alguns bairros específicos da cidade.

Por sua vez, ao considerarmos os dados de ocupações irregulares para o *aglomerado metropolitano*, notamos que a irregularidade da “cidade-modelo”, apesar de presente em Curitiba e concentrada em alguns bairros, tende a se deslocar para os municípios da Região Metropolitana de Curitiba, em especial para aqueles pertencentes ao NUC – conurbados com a cidade-pólo.

Em 1992, Curitiba concentrava cerca de 83% de todos os domicílios irregulares identificados para o aglomerado metropolitano e, em 1997, essa participação cai para 64,25%. Outros dados, que nos pareceram indicativos do deslocamento da irregularidade da “cidade-modelo” para os municípios da RMC, foram os índices das taxas de crescimento dos domicílios irregulares. Enquanto que Curitiba apresentava uma taxa de crescimento anual de 3,08% (1992-1996), todos os municípios do NUC – com exceção de Campo Largo e Quatro Barras – apresentaram taxas de crescimento dos domicílios irregulares, para o mesmo período, superiores a 12% ao ano. São merecedores de destaque os municípios de São José dos Pinhais e Piraquara que, por

sua vez, registraram, respectivamente, taxas de crescimento da irregularidade de 45,93% e 84,65%.

É importante ressaltar, em relação a Região Metropolitana de Curitiba, que a década de 1970 marcou o início do processo de formação da periferia metropolitana da “cidade-modelo”, ou seja, a periferização de Curitiba se desenvolveu em período correlato às intervenções urbanísticas que se constituíram – posteriormente – nas bases de sustentação da *imagem* da cidade e do *discurso* a ela vinculado⁹⁵.

Apesar de os municípios do NUC terem – historicamente – concentrado a população pobre da metrópole e, portanto, a manifestação das contradições urbanas têm se feito mais evidentes neles do que em Curitiba, como vimos, esse fato não eliminou o processo de formação das ocupações irregulares (favelas e loteamentos clandestinos) internamente à “cidade-modelo”. Desde a década de 1970, a produção informal da moradia tem estado presente nos quatro cantos da “capital do primeiro mundo”. E, em relação a localização espacial dessa problemática em Curitiba, cabe recordarmos um aspecto fundamentalmente importante.

De 1976 a 2000, as áreas de ocupação irregular, além de se espalharem para os municípios limítrofes a Curitiba, multiplicaram-se significativamente dentro dos limites da “cidade-modelo”. Se em 1971 o número de áreas irregulares em Curitiba era de aproximadamente 21, em 2000 esse número passou a ser de 301 (Tabela 4). Ao observarmos a espacialização dessas áreas, percebemos que, de 1976 a 2000, houve o aparecimento de novas áreas de ocupação irregular em quase todas as porções do espaço da “cidade-modelo”. Nesse processo, apenas uma parcela da cidade ficou alheia à produção informal da moradia: o conjunto de bairros da regional administrativa matriz (Mapas 3 e 4). Essa porção da cidade não só ficou alheia ao processo de formação de novas ocupações irregulares – desenvolvido no período de 1970 a 2000 – como também foi, inversamente as demais regionais, a única parcela do espaço do Município que passou por um processo de redução de áreas de ocupação irregular. Em 1976 essa região possuía a maior ocupação irregular (em área) até então produzida em Curitiba: a Vila Capanema. Em 2000 essa ocupação é extinta, restando, nessa parte da cidade, apenas a favela Vila Pinto, hoje chamada Vila das Torres.

⁹⁵ Sobre o processo de formação da periferia de Curitiba ver: POLLI, Simone Aparecida. *Curitiba, metrópole corporativa: fronteiras da desigualdade*. Dissertação de Mestrado. IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro: 2006.

A erradicação da favela do Capanema, da região predominantemente ocupada pelas camadas de mais alta renda de Curitiba⁹⁶, não foi decorrente de uma iniciativa espontânea dos moradores da ocupação, mas, sim, resultado de uma ação planejada da Prefeitura Municipal de Curitiba e realizada no âmbito do Plano de Desfavelamento de 1976.

4.3 A ação corretiva do problema: a Política Habitacional de Curitiba

Ao descrevermos a Política Habitacional da “cidade-modelo”, efetivada no período de 1970 a 2000, identificamos que as ações realizadas no campo da habitação em Curitiba passaram por modificações significativas em suas formas e conteúdos. Com base nessas mudanças pudemos dividir a Política Habitacional em três fases distintas: a 1ª fase, referente à década de 1970, caracterizou-se essencialmente pelas ações de **remoção de favelas** da “cidade-modelo”; a 2ª fase – década de 1980 – se constitui no período em que a remoção das ocupações irregulares deu lugar aos processos de **urbanização** e em que a **produção de lotes** começou a aumentar sua participação na produção habitacional do Município; e a 3ª e última fase, relativa à década de 1990, distinguiu-se dos demais períodos da Política Habitacional por ter deflagrado no Município os programas de **parceria com a iniciativa privada** para a produção de unidades habitacionais e por ter instituído a produção de lotes como o principal modo de provisão habitacional do Município.

Ao transcendermos o nível local, foi possível situarmos a Política de Habitação de Curitiba no contexto político nacional, relacionando suas ações com as práticas hegemônicas que caracterizaram a atuação do Estado brasileiro no setor da habitação. Ali identificamos o alinhamento das ações municipais com os paradigmas que nortearam as intervenções do Estado brasileiro na questão habitacional. Como vimos, a Política Habitacional de Curitiba, no período analisado, não se destacou entre os municípios brasileiros com iniciativas pioneiras, criativas ou “modelos”. As ações habitacionais realizadas na capital paranaense seguiram à risca a prática que se fazia

⁹⁶ Com base no Censo Demográfico 2000, os bairros: Centro, São Francisco, Centro Cívico, Alto da Glória, Alto da XV, Cristo Rei, Jardim Social, Hugo Lange, Ahú, Juvevê, Bom Retiro, Cabral, Jardim Botânico, Rebouças, Prado Velho, Batel, Bigorrrilho e Mercês, que, por sua vez, compõem a regional matriz, concentravam aproximadamente de 58% dos domicílios onde o responsável auferia renda superior a 20 salários mínimos.

dominante a nível nacional, apresentando, em algumas situações, resistências até mesmo para incorporação dos avanços por que passavam tais práticas.

Vimos que, no período em que a ação de remoção de favelas era fortemente questionada, e perdia sua hegemonia a nível nacional, na “cidade-modelo” ela ganhava uma sobrevida sob a justificativa de que as ocupações irregulares em Curitiba “eram recentes e de pequenas dimensões” (ver Capítulo 3).

A única (falsa) referência a uma atuação mais progressista da Política Habitacional de Curitiba foi encontrada na apresentação do Projeto Sítio Cercado (Bairro Novo). Ali pudemos identificar que a Prefeitura Municipal inseriu – no *discurso* – tal projeto em uma suposta política de ocupação de vazios urbanos da cidade. No entanto verificamos que não houve registros de uma política de ocupação de vazios urbanos na “cidade-modelo” e o projeto Sítio Cercado, ao invés de ter sido implantado em um vazio urbano da cidade, como vimos, foi construído em uma porção do espaço definida como zona agrícola – para além da periferia urbana do Município.

Se há um elemento que se fez presente nas três fases da Política Habitacional de Curitiba – de nosso ponto de vista –, esse elemento foi a periferização da população de baixa renda. Em todas as fases, de maneira declarada e intencional (na 1ª fase) ou de maneira omissa e terceirizada (3ª fase), a produção habitacional da “cidade-modelo” empurrou os pobres de Curitiba para as bordas do Município. Não se diferenciou, dessa forma, da Política de Habitação “tradicional” do país, política que, historicamente, localizou os empreendimentos habitacionais nas porções mais distantes e menos urbanizadas das cidades brasileiras.

Neste contexto a produção habitacional da “cidade-modelo” concentrou-se predominantemente na porção sul do Município, com algumas ações localizadas no extremo leste e oeste da cidade (Mapa 8) e com raras – para não dizer nenhuma – ações localizadas nas porções mais centrais da área urbanizada. O deslocamento da população pobre para as porções mais longínquas da cidade vem sendo, portanto, reforçado pela Política Habitacional de Curitiba.

Vimos que, mais recentemente, o Município tem divulgado na mídia impressa que a “cidade-modelo” não teria mais espaço para a produção de lotes populares. Assim a Prefeitura Municipal começa a cogitar a possibilidade do estabelecimento de parcerias com os municípios da Região Metropolitana para localizar os empreendimentos habitacionais, a partir de agora, fora dos limites administrativos da “cidade-modelo”.

Não é demais recordar que Curitiba apresentava, no ano 2000, de acordo com a Fundação João Pinheiro, 56.316 domicílios vagos. Ao contrário do que a Prefeitura começa a disseminar pela imprensa, a “cidade-modelo” apresentava espaço suficiente para atender todo o déficit habitacional de sua Região Metropolitana que, no período citado, era de 53.420 domicílios.

Por fim, cabe lembrar que, ao descrevermos a Política Habitacional de Curitiba, foi possível inscrevê-la no processo social que deu origem ao *discurso* da “cidade-modelo”. Vimos que, enquanto a cidade passava por transformações significativas em seu espaço físico (construção dos Setores Estruturais e calçamento da Rua XV de Novembro), obras que, por sua vez, se transformariam, mais tarde, nos principais elementos símbolos do planejamento curitibano, a problemática da habitação era tratada de maneira autoritária e violenta. A década de 1970, como mostramos no Capítulo 3, foi marcada pelas ações de remoção de favelas que objetivavam erradicar da “cidade-modelo” toda e qualquer forma de ocupação caracterizada pela irregularidade.

Foi exatamente neste período que a Prefeitura Municipal extinguiu da região central da cidade a favela do Capanema sob a justificativa de que era “a maior favela da cidade em área” (IPPUC, 1979, p. 27), que “poderia crescer indefinidamente” (Ibidem) e, ainda, que o “padrão sócio-econômico da vizinhança totalmente diverso” (Ibidem) poderia dificultar a integração dos favelados à cidade. Essa ação, entre outras ações de desfavelamento, ocorreu em período correlato às intervenções urbanas que deram notoriedade e reconhecimento internacional ao planejamento urbano curitibano. Cabe lembrar que as famílias removidas das favelas curitibanas eram reassentadas em “áreas mais adequadas ao seu padrão sócio-econômico” (IPPUC, 1976, p. 19), ou seja, distantes das regiões ocupadas predominantemente pelas camadas de alta renda.

Vimos que, enquanto a Prefeitura Municipal de Curitiba inaugurava, nos anos 1990, diversas obras urbanísticas que se tornariam símbolos do planejamento urbano “modelo” – Ópera de Arame; Jardim Botânico; Universidade Livre do Meio Ambiente e outras –, a questão habitacional deixava de ser objeto de um planejamento municipal global e passava a ser abordada a partir da implantação de programas e projetos pontuais. A produção de lotes passava a ser a principal forma definida pela COHAB-CT para viabilizar habitação para a população de baixa renda e, para isso, como vimos, a Companhia contou significativamente com o programa “parceria com a iniciativa privada” (analisado no Capítulo 3). Deflagrou-se, portanto, nessa época, a

produção de loteamentos populares nos bairros periféricos da cidade, reproduzindo o trinômio loteamento periférico – casa própria – autoconstrução.

Quadro 4. Inscrição da *questão habitacional* no processo de constituição do *discurso* da “cidade-modelo”

PERÍODOS	INTERVENÇÕES URBANÍSTICAS que deram notoriedade ao "modelo"	O PROBLEMA HABITACIONAL	Ações realizadas no ENFRENTAMENTO DO PROBLEMA habitacional
DÉCADA DE 1970	Construção dos Setores Estruturais; Calçamento da Rua XV de Novembro; Implantação dos Parques Barigüi e São Lourenço; Criação da CIC.	Em 1971 a "cidade-modelo" possuía 2.213 domicílios irregulares. Em 1979 esse número subiu para 6.067. A taxa de crescimento dos domicílios irregulares nesse período foi de 13,44% ao ano , o dobro do índice de crescimento registrado para o Município.	Construção dos núcleos de habitação provisórios; Plano de Desfavelamento. Extinção da favela do Capanema . Remoção de 2.236 domicílios (11.521 pessoas).
DÉCADA DE 1980*		Forte crescimento do número de áreas irregulares na "cidade-modelo". Das 301 áreas irregulares identificadas até o ano 2000, 143 (47,50%) foram formadas nesse período.	Início das ações de urbanizações de favelas, direcionamento da produção habitacional para a implantação de lotes urbanos, proposta de criação do FMH.
DÉCADA DE 1990	Lançamento da Estação-tubo e construção dos seguintes elementos urbanos: Jardim Botânico, Universidade Livre do Meio Ambiente, Ópera de Arame e da Rua 24 Horas.	No início da década de 1990, o Município vivencia o maior crescimento de domicílios em ocupações irregulares registrado até o ano 2000 ; Cerca de 35% de todo o estoque de domicílios irregulares da "cidade-modelo" foram formados entre no período de 1990 a 1992. A partir de 1992 a taxa de crescimento dos domicílios irregulares em Curitiba apresenta uma acentuada queda, mantendo-se após essa data com índices inferiores aos registrados até aquele momento - abaixo dos 4% ao ano. Em contrapartida os municípios da Região Metropolitana, especialmente aqueles que compõem o NUC, apresentaram, na primeira metade da década de 1990, taxas de crescimento dos domicílios irregulares, em sua maioria, acima de 20% ao ano.	Início e consolidação das parcerias com a iniciativa privada para a produção de lotes populares; criação e regulamentação do FMH. Concentração da ação da COHAB-CT na produção de lotes, em que mais de 80% de toda a produção habitacional da companhia nesse período se deu através da implantação de loteamentos.

* Como já abordado no Capítulo 3 deste trabalho, durante a década de 1980 as ações levadas a cabo em Curitiba, nas duas gestões do PMDB (Maurício Fruet e Roberto Requião), foram orientadas à melhoria dos assentamentos periféricos, à instauração do planejamento participativo e à implantação de equipamentos sociais. Nenhuma dessas ações se tornaram símbolos da “cidade-modelo”.

4.4 A ausência da questão habitacional no *discurso* da “cidade-modelo”

Mostramos, no decorrer deste trabalho, que a *ausência* da questão da habitação no *discurso* da “cidade-modelo” não se constituiu devido a uma falta de ações do Poder Executivo Municipal no setor da habitação e tampouco devido a uma falta do problema da habitação em Curitiba. Ao direcionarmos o olhar para a questão habitacional, verificamos que a face da cidade oculta pelo *discurso* era aquela formada por ações de desfavelamento, construção de conjuntos e loteamentos populares periféricos e pela produção informal do espaço e da moradia: favelas e loteamentos clandestinos. Trata-se de uma realidade, por sua vez, bem distante da *imagem* “modelo” veiculada pelo *discurso* exaltador do planejamento urbano curitibano.

Ao explicitarmos essa realidade foi possível constatar que a coerência do *discurso* se manteve justamente porque a habitação não estava em seu conteúdo, uma vez que, se o *discurso* explicitasse o problema da habitação em Curitiba e fizesse referências às práticas habitacionais do Poder Executivo Municipal, levadas a cabo na cidade desde a década de 1970, de nosso ponto de vista, certamente seria impossível – para *ele* – sustentar a *imagem* de “capital de primeiro mundo” e a *idéia* de sucesso do planejamento urbano local.

Julgamos, pelas evidências encontradas, que o *discurso* da “cidade-modelo” se constituiu em um *discurso ideológico*⁹⁷, onde um dos termos ausentes foi a questão da habitação. Se a lacuna identificada tivesse, em algum momento, sido preenchida, o *discurso* perderia toda sua coerência e se autodestruiria. Para Chauí (2006),

O discurso ideológico se sustenta, justamente, porque *não pode dizer até o fim aquilo que pretende dizer*. Se o disser, se preencher todas as lacunas, ele se autodestrói como ideologia. A força do discurso ideológico provém de uma lógica que poderíamos chamar de *lógica da lacuna, lógica do branco*. (p. 33, grifos no original).

Cabe destacar que entendermos o *discurso* da “cidade-modelo” como um *discurso ideológico* não é o mesmo que caracterizá-lo como falso ou mentiroso. Como vimos, seu conteúdo se apoiou em elementos construídos do espaço da cidade, portanto

⁹⁷ Deve-se ressaltar que compreendemos o termo *ideologia* a partir da teoria de base marxista, teoria que tem, por sua vez, no Brasil, seu principal expoente na obra de Marilena Chauí (1984;2006). *Ideologia* será, portanto, entendida como o “processo pelo qual as idéias da classe dominante se tornam idéias de todas as classes sociais, se tornam idéias dominantes” (CHAUÍ, 1984, p. 92). Para realizar tal feito a *ideologia* se mune de diversas estratégias, entre elas: (i) o mascaramento e a distorção da realidade social; (ii) o ocultamento dos conflitos; (iii) o escamoteamento do particular – enquanto particular – dando-lhe aparência de universal; e (iv) a naturalização da realidade social (e dos problemas sociais – sempre existiram e sempre existirão).

eram elementos concretos e reais. Em relação a suposta falsidade da ideologia Chauí afirmar que:

O campo da ideologia é o campo do *imaginário*, não no sentido de irrealidade ou de fantasia, mas no sentido de *conjunto coerente e sistemático de imagens ou representações* tidas como capazes de explicar e justificar a realidade concreta (2006, p.30, grifos no original).

De nosso ponto de vista, a problemática desse *discurso* repousou, primeiramente, em tomar esses elementos pontuais como representação expressiva da totalidade da cidade, desta forma explicando o *todo* – a cidade de Curitiba – a partir das *partes* – porções específicas do espaço – e, num segundo momento, em ocultar parcelas significativas da cidade, exatamente aquelas porções em que a contradição e o conflito urbano se fizeram expostos e se manifestaram de maneira mais evidente.

Para Chauí,

Através da ideologia, são montados um imaginário e uma lógica da identificação social com a função precisa de escamotear o conflito, dissimular a dominação e ocultar a presença do particular, e enquanto particular, dando-lhe a aparência do universal (2006, p. 32).

No sentido de fazer uma crítica a esse *discurso*, poderíamos ter avaliado o resultado concreto das intervenções urbanísticas que deram notoriedade à experiência de planejamento urbano de Curitiba, estudando, por exemplo, o sistema do transporte coletivo “modelo” (alcance do sistema, custo e eficácia); investigando a qualidade ambiental dos rios da “cidade-ecológica”; revelando os impactos sociais, urbanos e ambientais gerados pela implantação dos setores estruturais; ou, ainda, descobrindo quais foram os reais beneficiados com a construção da CIC.

No entanto, ao invés de questionarmos o que foi *dito* pelo *discurso*, optamos por recuperar aquilo que por ele foi – historicamente – *não dito*. Pois, ainda que considerássemos que todos os elementos constitutivos do *discurso* fossem, de fato, um sucesso no campo do planejamento urbano, ainda sim o *discurso* seria lacunar, uma vez que manteve a questão da habitação ocultada – em seu conteúdo – por mais de três décadas. Para nós, portanto, não importou o conteúdo *declarado* pelo *discurso* da “cidade-modelo”, mas o conteúdo que por ele foi *ocultado*, pois, como ressalta Chauí (2006), a coerência do *discurso ideológico*:

[...] não é uma coerência nem um poder obtidos *malgrado* as lacunas, *malgrado* os espaços em branco, *malgrado* o que fica oculto; ao contrário, é *graças aos brancos, graças às lacunas* entre as suas partes, que esse discurso se apresenta como coerente (2006, p. 32, grifos no original).

Para essa autora, a crítica ao *discurso ideológico* – por natureza lacunar – não se faz pelo contraponto de um segundo discurso *pleno* (ou preenchido), mas, sim, pela “elaboração de um discurso negativo no interior do discurso ideológico” (p.34). Ou seja, Chauí ressalta que devemos ultrapassar a atitude meramente dicotômica da oposição entre o *discurso lacunar* (ideológico) e o *discurso pleno* (científico), “rumo a uma atitude teórica realmente dialética” (p. 33). Nas palavras da autora, o discurso crítico deveria ser capaz de:

Tomar o discurso ideológico e não contrapor a ele um outro que seria verdadeiro por ser “completo” pleno, mas que tomasse o discurso ideológico e o fizesse desdobrar todas as suas contradições, é um discurso que se elabora no interior do próprio discurso ideológico como o seu contradiscurso (p. 33).

O mero preenchimento da *lacuna* irá, na perspectiva de Chauí, “simplesmente *destruir* o discurso ideológico, porque tiraremos dele a condição *sine qua non* de sua existência e força” (p. 33, grifos no original). Todavia a crítica não se estabelecerá com este único movimento, uma vez que o preenchimento da *lacuna* resultaria em um segundo *discurso* que, por sua vez, não seria capaz de criticar a ideologia, mas sim de, unicamente, destruí-la. A crítica deve ser realizada, como vimos, no interior do *discurso ideológico* e não fora dele. Há a necessidade de, na perspectiva da filósofa, encontrarmos:

[...] uma via pela qual a *contradição interna* ao discurso ideológico o faça explodir. Evidentemente, não precisamos aguardar que a ideologia se esgote por si mesma, graças à contradição, mas trata-se de encontrar uma via pela qual a contradição ideológica se ponha em movimento e destrua a construção imaginária. Essa via é o que denomino discurso crítico. Este não é um *outro* discurso qualquer oposto ao ideológico, mas o *antidiscorso* da ideologia, o *seu* negativo, a *sua* contradição (CHAUÍ, 2006, p.33, grifos no original).

Objetivando ilustrar esse caminho – em direção à contradição interna do *discurso lacunar* –, Chauí (2006) apresenta alguns “exemplos” do que considera um contradiscurso ou uma crítica à ideologia. Um deles pareceu dialogar melhor com a pesquisa que aqui apresentamos.

A autora explica como os autores Edgar de Decca e Antônio Carlos Vesentini⁹⁸ construíram um *contradiscorso* ou uma *crítica* à representação da “Revolução de 30” como “um marco na continuidade histórica e, ao mesmo tempo, como ruptura política”. O que para nós é relevante é o fato de que aqueles autores

⁹⁸ A autora se refere à obra: DECCA, Edgar de e VESENTINI, Antônio Carlos. “A revolução do vencedor”. *Contraponto*. Revista de Ciências Sociais do Centro de Estudos Noel Nutels. Niterói, nº 1, nov. 1976.

descortinaram o campo ideológico da representação da “Revolução de 30” mostrando que, para a manutenção dessa representação, “foi preciso que o pensamento dominante silenciasse um outro discurso, ocultasse uma outra prática [...]” (CHAUI, 2006, p.34). E foi **recuperando a prática**, escamoteada por aquela representação, que os autores – na visão de Chauí – conseguiram criticar a *idéia* da “Revolução de 30”.

Estabelecendo um “paralelo” com o presente trabalho, podemos afirmar que, ao recuperarmos a questão da habitação ocultada pelo *discurso ideológico* da “cidade-modelo”, explicitamos uma de suas contradições internas. Pois, como vimos, houve uma prática cuja ausência no discurso ideológico dependeu a manutenção e a reprodução da imagem da cidade.

4.5 A funcionalidade da *lacuna* da questão da habitação

Ao recuperarmos a questão habitacional de Curitiba não tínhamos por objetivo colocar em “cena” um personagem que estaria faltando no espetáculo da “cidade-modelo”, mas, sim, de trazer à tona questões de cuja omissão dependeu a própria elaboração do discurso veiculador da imagem da cidade.

Esse exercício nos possibilitou perceber que a *lacuna* identificada foi funcional à manutenção da *idéia* de que, em Curitiba, o planejamento urbano “deu certo”, na medida em que foram ocultadas realidades que poderiam ter rompido as estruturas em que vêm se apoiando a *imagem* “modelo” de Curitiba desde o início da década de 1970.

A afirmação de que a cidade de Curitiba tem problemas habitacionais, tal e qual, por exemplo, possui a cidade de São Paulo, feriria de morte a *idéia* de que Curitiba tornou-se uma “capital de primeiro mundo” devido ao planejamento urbano lá implementado. Pior seria se o *discurso* reconhecesse que esse problema, como vimos, não é de hoje e se desenvolveu (originou-se e reproduziu-se) na “cidade-modelo” em período correlato ao processo de implementação das intervenções urbanísticas representantes do “sucesso” do planejamento urbano curitibano.

Apesar da prática “bem sucedida”, o problema habitacional continuou em aberto, crescendo e ganhando dimensões metropolitanas. Como vimos, o posicionamento da Prefeitura Municipal, frente a esse processo, nunca foi o de se omitir. A ação formulada – pelos mesmos idealizadores das intervenções urbanas hoje aplaudidas internacionalmente –, num primeiro momento, foi a de erradicar a

manifestação do problema. Ou seja, durante toda a década de 1970, o Poder Executivo local promoveu ações autoritárias e violentas de remoção de favelas, reassentando as famílias faveladas em locais bem distantes dos olhos dos curitibanos. Enquanto essa ação, que nada tinha de inovadora, se deflagrava nas favelas da cidade, outras com maior destaque na mídia se desenvolviam em pontos específicos do espaço de Curitiba.

Acreditamos que a manutenção e a reprodução da *idéia* de sucesso do planejamento curitibano dependeram, além dos mecanismos de marketing, publicidade e psicologia social investigados por Sánchez⁹⁹, também da abolição da questão da habitação no discurso da “cidade-modelo”.

Se tal *discurso* dissesse que Curitiba, como todas as metrópoles do país, não fugiu ao processo de produção desigual do espaço urbano brasileiro, ele teria que admitir que o planejamento urbano “modelo” teria sido incapaz de garantir a tão propalada qualidade de vida a todos os moradores da cidade. Se, por exemplo, o *discurso* falasse que o Poder Executivo Municipal atuou no campo da habitação, desde a década de 1970, ele teria que mostrar as práticas realizadas e, portanto, reconhecer que elas foram de natureza conservadora e que, além de não solucionarem o problema, contribuíram para a periferização da população de baixa renda.

Ou, enfim, se o *discurso* colocasse em pauta a questão da habitação, ele teria que necessariamente vincular a problemática habitacional com a política de uso e de ocupação do solo, com a política de transporte e com a política de meio ambiente, mostrando que as intervenções urbanísticas “modelos” em nada contribuíram para a minimização do problema habitacional, uma vez que esse, desde a década de 1970, vem ganhando dimensões cada vez maiores.

Se o *discurso ideológico* da “cidade-modelo” mostrasse as 301 ocupações irregulares formadas em Curitiba até o ano 2000, se mostrasse que até 1992 os domicílios irregulares na “cidade-modelo” apresentavam taxas de crescimento anuais acima dos 12% ao ano, se mostrasse os loteamentos precariamente produzidos pela COHAB-CT – em parceria com a iniciativa privada – nas regiões mais longínquas da cidade, se mostrasse que o “vazio urbano” ocupado para habitação social se localizava

⁹⁹ Para Sánchez (1993), “... o processo de construção ideológica sobre a transformação urbana extrapolou a esfera especializada do urbanismo e encontrou seus pontos de apoio noutros processos de manipulação de linguagens expressivas: o *marketing* moderno, a publicidade, a psicologia social. A criatividade e a velocidade na obtenção destes elos entre diferentes campos de saber constituem-se num conjunto de condições indispensáveis ao alcance das massas e à promoção dos novos bens de significado simbólico” (p. 174).

de fato em zona agrícola, se mostrasse que apenas a porção da cidade ocupada predominantemente pelas camadas de alta renda ficou alheia ao processo de produção informal do espaço e da moradia e, que é essa mesma região que usufrui – historicamente – das intervenções urbanísticas “modelos”, como, então, o *discurso* poderia manter a *idéia* de que o planejamento urbano de Curitiba conseguiu transformar uma metrópole da periferia do capitalismo em “capital de primeiro mundo”? Como faria, por exemplo, para justificar as condições precárias de urbanização e de moradia presentes nas favelas curitibanas e nos loteamentos da COHAB-CT em uma “cidade-modelo” para o país e para o mundo? O *discurso* não pôde e não pode fazer isso.

Explicitar qualquer uma das contradições acima citadas seria fatal à ideologia do *discurso* da “cidade-modelo”. Como vimos, essa ideologia – há décadas – vêm velando processos e práticas relativos à produção da moradia na cidade. A *imagem da cidade* veiculada por esse *discurso* representa uma “realidade” onde o problema da habitação *parece* não existir. O ocultamento dessa parcela da realidade curitibana – de nosso ponto de vista – contribui não só para a manutenção da *idéia* de que em Curitiba o planejamento urbano “deu certo”, como também, para a dissimulação das tensões e conflitos que envolvem a questão da habitação.

Embora o *discurso ideológico* da “cidade-modelo”, como todo *discurso ideológico*, se limite ao “que acontece na esfera da consciência do pensamento, das representações, sem poder dar conta da materialidade dos movimentos e das ações humanas” (KONDER, 2002, p. 194), acreditamos que sua manutenção e sua reprodução acrítica tenham contribuído enormemente para o aprofundamento das desigualdades urbanas em Curitiba¹⁰⁰. Tal compreensão não está baseada no entendimento de que o *discurso ideológico* da “cidade-modelo” – por si só – teria sido capaz de transformar a realidade da cidade, produzindo, por exemplo, a *segregação espacial*. A ideologia necessariamente situa-se no campo das *idéias* e, sendo assim, não dispõe de “poderes” para mudar a realidade social. É a realidade social que produz e muda as ideologias.

Leandro Konder, em *A questão da ideologia*, cita uma passagem de Gramsci na qual o teórico italiano afirma que “para Marx as ‘ideologias’ não são mera ilusões e aparências; são uma realidade objetiva e atuante. **Só não são a mola da história**” (p.106, grifos nossos). Para Marx e Engels,

¹⁰⁰ Konder (2002) irá afirmar que, apesar de as ideologias se aterem à esfera da consciência, elas não deixam de “incidir sobre as mudanças sociais, dificultando-as, desvirtuando-as, impedindo-as, ao mesmo tempo incitando à realização delas” (p. 146-147).

São os homens que desenvolvem a sua produção material e o seu intercâmbio material, que, ao mudarem esta sua realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência (2002, p. 23).

Portanto o *discurso ideológico* da “cidade-modelo” foi, portanto, produzido na e pela materialidade de Curitiba. Ele é produto e não produtor – direto – da realidade urbana curitibana. E, como toda ideologia, está muito mais interessado em manter a realidade tal qual ela se encontra do que em transformá-la. De acordo com Georges Duby, as ideologias “são por natureza conservadoras” (Apud KONDER, 2002, p. 191). Por estarem comprometidas com o *status quo*, elas interferem na materialidade de maneira indireta, elas dissimulam as tensões, são tranquilizadoras, estão comprometidas com projetos que procuram preservar a estabilidade e o equilíbrio (Ibidem).

E é ao dissimular as tensões que acreditamos que o *discurso* da “cidade-modelo” tenha interferido na realidade da cidade, contribuindo para o aprofundamento das desigualdades urbanas de Curitiba. Vimos que os conflitos e as contradições, que giram em torno da questão habitacional, foram – historicamente – mascarados pelo *discurso*. Assim, ao invés de incitar para a mudança da realidade, mostrando que a mesma é desigual e contraditória, ele a conserva, à medida que mostra uma “cidade” que *parece* ser organizada, harmoniosa e planejada.

Por sua vez, essa “cidade”, mostrada e falada pelo *discurso*, como vimos, foi (e é) aquela constituída pelo conjunto articulado e coerente de elementos urbanos cuidadosamente selecionados da paisagem da capital paranaense (SÁNCHEZ, 1993). Em outras palavras o *discurso* fala de **partes** da cidade. E, a ideologia da “cidade-modelo”, como toda ideologia, atribuiu a essas partes da cidade o status de universal. Ou seja, as partes *parecem* – no *discurso* – representar o todo. Em relação a essa estratégia da ideologia, Maricato (2001) afirmou que a publicidade e a mídia levam

[...] uma ficção à população: o que se faz em território restrito e limitado ganha foros de universal. Os investimentos na periferia não contam para a dinâmica do poder político, como os próprios excluídos não contam para o mercado. E o que é mais trágico, a priorização das políticas sociais freqüentemente não conta para os próprios excluídos cujas referências são a centralidade hegemônica (p. 165-166).

As referências de Curitiba, como vimos, têm sido os elementos constitutivos do *discurso* da “cidade-modelo”. E o fato de esses elementos serem, efetivamente, elementos construídos no espaço da cidade e, portanto não puras ilusões, de nosso ponto de vista, têm permitido à população reconhecer, no *discurso*, parte de sua vivência urbana cotidiana concreta.

Acreditamos que a familiaridade das pessoas com os elementos constituintes do *discurso* da “cidade-modelo”, tenha feito com que este ganhe consistência e, por conseguinte, garanta uma “sobrevida” à *ideologia* de que o mesmo é portador, mesmo diante do aprofundamento dos conflitos e das contradições urbanas da cidade. Como afirma Terry Eagleton, para as ideologias terem êxito elas devem

[...] ser mais do que ilusões impostas e, a despeito de todas as suas inconsistências, devem comunicar a seus sujeitos uma versão da realidade social que seja real e reconhecível o bastantes para não ser peremptoriamente rejeitada. Podem ser, por exemplo, muito verdadeiras no que declaram, mas falsas naquilo que negam... (1997, p. 19).

O sucesso da ideologia da “cidade-modelo” e sua permanência ao longo das décadas parece ter resultado da combinação exitosa da omissão da questão da habitação com a declaração e a espetacularização de algumas intervenções efetivamente realizadas no espaço da cidade (SÁNCHEZ, 1993; 2003).

4.6 Pistas para novas pesquisas

Vimos que o conteúdo declarado do *discurso* da “cidade-modelo” encontrou na realidade da cidade apoios que lhe deram sustentação: os elementos urbanos constitutivos do discurso. Embora a omissão da questão da habitação não tenha encontrado a mesma sustentação na realidade, pois, como vimos, a questão habitacional, uma vez declarada, seria capaz de dismantelar a ideologia da “cidade-modelo”, acreditamos que a ausência discursiva constatada deva ter, em alguma medida, se ancorado na materialidade da cidade. Ou seja, a realidade urbana deve ter, de certo modo, sustentado o ocultamento da questão da habitação no *discurso* da “cidade-modelo”.

Para nós, o conteúdo não declarado parece ter encontrado sustentação no processo de *segregação espacial* de Curitiba. Expliquemos-nos melhor.

Ao espacializarmos os elementos constitutivos do *discurso* da “cidade-modelo” verificamos que os mesmos tendem a se concentrar na região da cidade onde se localizam – predominantemente – as camadas de mais alta renda de Curitiba. A combinação, numa mesma região geral da cidade, da presença dos elementos símbolos da “cidade-modelo”, de um alto padrão de urbanização e das ausências de áreas de ocupação irregular e de intervenções voltadas ao tratamento da problemática da habitação (Mapa 9), nos levam a acreditar que *lacuna* da questão habitacional, no

discurso da “cidade-modelo”, tem refletido uma *lacuna* real da questão da habitação em uma região específica da cidade de Curitiba.

Para Sánchez,

A imagem veiculada sobre a cidade evoca a idéia de cidade do bem estar, sempre confrontada com realidades urbanas complexas de outras capitais brasileiras. No entanto, do nosso ponto de vista, a condição de cidade do bem estar, restringe-se exclusivamente àquelas áreas urbanas onde o atendimento de bens e serviços se respalda em condições de salário e renda mais elevadas que em bairros periféricos e municípios da região metropolitana de Curitiba. Com efeito, nestas áreas urbanas – redutos do bem estar – a infra-estrutura instalada, os equipamentos e mobiliário urbano constantemente renovados, somados à rede de serviços disponível, configuram um elevado padrão de urbanização frente a outros centros (1993, p. 157).

O não-dito pelo *discurso*, ou seja, a questão da habitação, de fato, não foi (e não é) parte integrante da parcela de Curitiba que tem sido alçada no *discurso* como representação expressiva da totalidade da cidade. Levantamos a hipótese, para futuros trabalhos, de que a *ausência* da *questão habitacional* – no *discurso* da “cidade-modelo” – tem se mantido justamente porque o *discurso* da “cidade-modelo” tem falado – historicamente – de uma “cidade” que, ao mesmo tempo em que não apresentou problemas habitacionais, não foi o local privilegiado para implantação dos projetos e programas da Política Municipal de Habitação¹⁰¹.

¹⁰¹ Destaca-se que, como vimos, quando essa região manifestara o problema habitacional – a favela do Capanema – o Poder Executivo Municipal se encarregou, imediatamente, de removê-lo e reassentá-lo em porções mais periféricas da cidade.

Mapa 9. Espacialização da *lacuna* da questão habitacional

Como ressalta Villaça (2001), a estrutura segregada da cidade de Curitiba¹⁰² pareceu ter sido necessária ao desenvolvimento de uma *ideologia* que buscou identificar a cidade com aquela porção do Município ocupada pelas camadas de alta renda (mesma porção onde se localizam predominantemente os elementos utilizados pelo *discurso* da

¹⁰² Em relação à estrutura segregada de Curitiba, alguns estudos sobre a produção do espaço da cidade apontam para o desenvolvimento de tal processo na “cidade-modelo”. De acordo com Pereira (2001), a região norte-nordeste tem sido o setor privilegiado para localização das camadas de mais alta renda da cidade. Nas palavras da autora, “na região norte/nordeste estão concentrados: população de maior renda, melhores condições e maiores valores imobiliários. A região sul/oeste caracteriza-se pelo oposto: menor renda, pior condição social, menores valores imobiliários e, significativamente, maiores taxas de crescimento populacional e maior número de ocupações irregulares” (p. 46). Sánchez (2003) também aponta para a existência de um processo de segregação espacial na “cidade-modelo”, para ela, “o espaço urbano-metropolitano é marcadamente contraditório: a destacada “qualidade de vida”, o “padrão urbanístico inovador” e os equipamentos urbanos que deram notoriedade ao chamado “modelo-Curitiba” concentram-se nas áreas centrais e nobres em detrimento de extensa periferia desprovida de infraestrutura, interna e externa ao município, evidentemente distante do “modelo” (p. 191).

“cidade-modelo” como “prova” do sucesso do planejamento curitibano). O elevado padrão de urbanização, referenciado na citação de Sánchez, só foi alcançado justamente porque houve historicamente uma concentração dos investimentos públicos em uma única região geral da cidade¹⁰³. Se os “redutos do bem estar” estivessem espalhados pelo espaço de Curitiba, e não concentrados em uma única região, acreditamos que as *lacunas* e as *ausências* no *discurso* da “cidade-modelo” ficariam expostas.

Talvez esteja, portanto, no processo de segregação espacial da cidade uma das explicações para a reprodução acrítica, por exemplo, da afirmação de que Curitiba, diferentemente das demais metrópoles brasileiras, não tem favelas. Como destaca Lefebvre, citando o texto de Friedrich Engels (*A Situação da Classe Operária na Inglaterra*):

A segregação, espontânea, talvez <<inconsciente>>, nem por isso é menos rigorosa e **afeta simultaneamente a cidade em si e a sua imagem citadina**, <<construída de tal maneira que se pode habitá-la anos a fio, sair e entrar nela todos os dias sem jamais entrever um bairro operário nem sequer encontrar operários... >> [...] <<Os bairros operários, tanto por acordo inconsciente e tácito como por intuição consciente e confessada, estão rigorosamente separados das zonas da cidade reservadas à classe média>> (1972, p.19, grifos nossos).

A concentração de situações reais favoráveis em uma determinada região da cidade possibilitou, portanto, a disseminação e a legitimação da *idéia* de que, em Curitiba, o planejamento urbano “deu certo”. Acreditamos que a afirmação de que “Curitiba não tem favelas”, contida em um dos depoimentos apresentados no início deste trabalho, seja produto menos da incapacidade de percepção espacial do porta-voz dessa afirmação e mais da forma de estruturação segregada da cidade. Fazendo referência à citação de Lefebvre, pode-se “conhecer” Curitiba sem jamais entrever uma favela.

Se a ideologia é menos uma questão de representações da realidade do que de relações vivenciadas, será então que isso finalmente põe um termo ao tema da verdade/falsidade? Uma razão para pensar que sim é o fato de ser difícil

¹⁰³ Apesar de não ter sido objeto de estudo deste trabalho, cabe ressaltar que a concentração de investimentos públicos em uma determinada região da cidade, sempre foi – no Brasil – resultado de uma ação combinada do Estado com os interesses do capital imobiliário. De acordo com Ferreira (2005), “a implantação de infra-estrutura urbana no Brasil sempre se deu em áreas concentradas das nossas cidades, não por acaso os setores ocupados pelas classes dominantes. Essa prática da desigualdade na implantação de infra-estrutura, ou seja, do trabalho social que produz o solo urbano, gerou – e ainda gera – diferenciações claras entre os setores da cidade, produzidas pela ação do Estado (ao contrário do que defendia a Escola de Chicago) e acentuando a valorização daqueles beneficiados pelas obras, em relação à escassez do restante da cidade. Assim, a brutal diferença de preços que tal fenômeno produz nunca esteve dissociada, evidentemente, dos interesses do capital especulativo que sempre soube, no Brasil, fundir-se à ação estatal e canalizar os investimentos públicos para locais de seu interesse, gerando altos níveis de lucratividade”.

imaginar como alguém poderia estar equivocado acerca da experiência que viveu (1997, p. 31).

Os mecanismos de sustentação da *ideologia* da “cidade-modelo”, que pudemos, em alguns trechos deste trabalho, explicitar e, em outros, apenas apontar pistas para sua identificação, parecem ter sido muito eficazes na manutenção e na reprodução da *idéia* de que Curitiba foi palco de uma prática exitosa de planejamento urbano. A realidade e a *imagem* da cidade de Curitiba se mesclam de tal forma que, efetivamente, é difícil distingui-las. O *discurso* fala, declara e espetaculariza uma “realidade” que possui um apoio real. Podemos pegar, sentir, ver e interagir com o conteúdo declarado do *discurso* da “cidade-modelo”.

Por sua vez, o conteúdo não declarado pareceu também estar mascarado no espaço da cidade. A estruturação da cidade possibilitou a formulação da ideologia e a legitimou. E a ideologia, por sua vez, ao omitir a questão da habitação, como vimos, contribuiu para o aprofundamento das desigualdades. E, enquanto a questão habitacional não tomar de fato o lugar que ela merece, no espaço concreto e no *discurso*, de nosso ponto de vista, a ideologia se manterá.

Acredita-se, com frequência, que as ideologias bem-sucedidas são aquelas que tornam suas crenças naturais e auto-evidentes – fazendo-as identificar-se de tal modo com o “senso comum” de uma sociedade que ninguém sequer imaginaria como poderiam chegar a ser diferentes. Esse processo, que Pierre Bourdieu chama de *doxa*, leva a ideologia a criar um ajuste tão perfeito quanto possível entre ela e a realidade social, fechando assim a brecha na qual a alavanca da crítica poderia ser introduzida. A realidade social é redefinida pela ideologia para tornar-se coextensiva a ela, de tal maneira que obstrui a verdade de que foi a realidade, de fato, que engendrou a ideologia. Ao contrário, ambas parecem ter sido espontaneamente geradas juntas, tão inseparáveis quanto carne e unha. O resultado, politicamente falando, é um círculo aparentemente vicioso: a ideologia só poderia ser transformada se a realidade fosse de tal forma que a permitisse ser objetificada; mas a ideologia processa a realidade de maneira a antecipar-se a essa possibilidade. As duas, portanto, ratificam uma à outra. Dessa perspectiva, uma ideologia dominante não tanto combate as idéias alternativas quanto as empurra para além das próprias fronteiras do imaginável. As ideologias existem porque há coisas sobre as quais, a todo custo, não se deve pensar, muito menos falar. Como então poderíamos chegar a *saber* da existência de tais pensamentos e, portanto, uma óbvia dificuldade lógica. Talvez simplesmente sintamos que há *algo* sobre o qual deveríamos estar pensando, mas não temos *idéia* do que seja (EAGLETON, 1997, p.62, grifos no original).

Se recuperamos a *questão habitacional* omitida no *discurso ideológico* da “cidade-modelo” é porque pensamos que quanto mais ela permaneça imersa no imaginário social, tanto mais ela *parecerá* de fato não existir e tanto menos emergirão questionamentos que denunciem sua problemática e, por conseguinte, que exijam o seu

enfrentamento. Assim, buscamos, neste trabalho, não só denunciar o viés *ideológico* do *discurso* – por natureza lacunar – de Curitiba, como também dar a devida centralidade a uma questão que historicamente não tem sido foco dos holofotes da “cidade-modelo”: a questão da habitação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos neste trabalho que o *discurso* veiculador da *imagem* de Curitiba, proferido pelos quatro cantos do mundo, não fez (e não faz) menções à questão da habitação da cidade. Ao revelarmos o conteúdo não-dito pelo *discurso* verificamos que Curitiba não se distinguiu da realidade urbana brasileira e apresentou um processo intenso e histórico de produção informal do espaço e da moradia. Notamos que a política habitacional efetivada na cidade, por vezes se alinhou aos paradigmas hegemônicos que nortearam as ações habitacionais realizadas pelo Estado brasileiro ao longo das últimas décadas no campo da habitação. Ou seja, as intervenções desenvolvidas na “cidade-modelo”, para enfrentar a problemática da moradia, reproduziram a prática (ainda) dominante de localizar a habitação social nas regiões mais distantes e menos urbanizadas da cidade.

Ao inscrevermos a questão habitacional no contexto de produção e da consolidação da *imagem* da cidade pudemos perceber que, enquanto eram desenvolvidas ações no espaço da cidade, ações que, mais tarde se tornariam os símbolos do “modelo” curitibano de planejamento urbano, outras ações e outros processos se deflagravam em Curitiba – em período correlato – no âmbito da habitação, ações e processos que, ao contrário de algumas intervenções urbanísticas, foram apagados da memória curitibana.

E, ao recuperarmos esse processo “esquecido”, pudemos verificar que seu ocultamento histórico foi fundamental para a elaboração e a reprodução do *discurso* da “cidade-modelo”. Vimos que, se a questão da habitação fosse um dos conteúdos proferidos pelo *discurso*, certamente seria impossível manter a *idéia* de que o planejamento urbano curitibano foi capaz de transformar uma metrópole da periferia do capitalismo em uma “capital de primeiro mundo”.

Ao chegarmos a essa constatação, pudemos situar o *discurso* da “cidade-modelo” no campo da ideologia e assim mostrar que foi justamente pela existência da *lacuna* da questão habitacional que o *discurso* apresentou uma lógica e uma coerência. Desta forma, realizamos uma crítica a esse *discurso* não a partir da análise da veracidade e/ou da efetividade do conteúdo por ele declarado, mas, sim, a partir da recuperação de algumas questões cujas omissões dependeram a própria elaboração do *discurso* da “cidade-modelo”.

Esperamos que as questões explicitadas, abordadas e analisadas neste trabalho possam contribuir na disseminação da informação e do conhecimento sobre a realidade urbana curitibana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLANCO JUNIOR, Cid. *As transformações nas políticas habitacionais brasileiras nos anos 90: o caso do Programa Integrado de Inclusão Social da Prefeitura de Santo André*. Dissertação de mestrado. Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2006.

BOLETIM CASA ROMÁRIO MARTINS. *COHAB-CT: 41 anos de planejamento e realizações*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v.30, n.133, dez. 2006.

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

CARDOSO, Adauto Lucio e RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. “Planejamento urbano no Brasil: paradigmas e experiências” In: *Espaço & Debates*, nº 37, ano XIV, Neru/FAU-USP, São Paulo, 1994.

_____. “A cidade e seu estatuto: uma avaliação urbanística do Estatuto da cidade”. In: *Reforma Urbana e Gestão Democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade*. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2003.

_____. “Urbanização de Favelas no Brasil: revendo a experiência e pensando os desafios”. *Anais do XII Encontro Nacional da ANPUR*. Belém: ANPUR, maio 2007.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

_____. “Crítica e ideologia”. In: *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 11ª edição revista e ampliada. São Paulo: Cortez, 2006.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA e INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. *Plano de Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente*. Curitiba: COHAB-CT e IPPUC, 2007.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA – COHAB-CT.
Relatório de Gestão 2002/2004. Curitiba: COHAB/CT, 2004.

DIAS, Solange Irene Smolarek. *A Arquitetura do Desejo: o discurso da nova identidade urbana de Curitiba*. Cascavel: Editora Assoeste, 2006.

EAGLETON, Terry. *Ideologia. Uma introdução*; tradução Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.

FARACO, José Luiz. *Planejamento Urbano no Paraná: a experiência de Curitiba*. Tese de Doutorado. São Paulo: FAUUSP, 2002.

FERREIRA, João S. W. *A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil*. Publicado em Anais do Simpósio “Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização”, UNESP Bauru e SESC Bauru, 21 a 26 de agosto de 2005.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Déficit Habitacional no Brasil*. 2ª edição. Belo Horizonte: FJP, 2005.

GNOATO, Luis Salvador. “Curitiba, cidade do amanhã: 40 depois. Algumas premissas teóricas do Plano Whilheim – IPPUC”. *Arquitextos*. nº 072, maio 2006. Disponível no site: http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq072/arq072_01.asp. Visitado no dia 17 de setembro de 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA.
Política Habitacional de Interesse Social: plano de desfavelamento de Curitiba. Curitiba: IPPUC, 1976.

_____. *Experiência Piloto: descrição e avaliação*. Política Habitacional de Interesse Social: plano de desfavelamento de Curitiba. Curitiba: IPPUC, 1979.

_____. *Diretrizes para a Política Habitacional*. Curitiba: IPPUC, 1989.

_____. *Memória da Curitiba urbana*. Curitiba: IPPUC, 1990. (Depoimentos, 2).

_____. *Projeto Sítio Cercado*. Curitiba: IPPUC, 1991.

_____. *Ocupações Irregulares*. Curitiba: IPPUC, 2000.

_____. *Planejamento Urbano de Curitiba: 35 anos de história*. Curitiba: IPPUC, 2002a.

_____. *Curitiba: planejamento um processo permanente*. Curitiba: IPPUC, 2002b.

_____. *Espaço Urbano*. Revista do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, nº 3, Curitiba, janeiro de 2003a.

_____. *Qualidade de vida: habitação*. Curitiba: IPPUC, 2003b.

_____. *Curitiba em Dados 2004*. Curitiba: IPPUC, 2004a.

_____. *O planejamento urbano de Curitiba: Plano Diretor de 2004*. Curitiba: IPPUC, 2004b.

_____. *Ocupações Irregulares*. Curitiba: IPPUC, 2005.

JORNAL DIÁRIO POPULAR. Edições de 16 de abril de 1995 e 17 de abril de 2000.

JORNAL FOLHA DO PARANÁ. 15 de junho de 1996.

JORNAL GAZETA DO POVO. Edições de 4 de junho de 1996; 7 e 19 de fevereiro de 1999 e 26 de agosto de 2000

JORNAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Edições de 9 de outubro de 1989; 4 de julho de 1994 e 20 de agosto de 2006.

JORNAL PRIMEIRA HORA. Edição de 5 de dezembro de 2001.

JORNAL O ESTADO DO PARANÁ. Edições de 14 de maio de 2000; 19 de junho de 2000; 29 de março de 2004 e 26 de outubro de 2004.

KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LEFEBVRE, Henry. *O pensamento marxista e a cidade*. Tradução: Maria Idalina Furtado. Lisboa: Ed.Ulisseia, 1972.

MARICATO, Ermínia. “Planejamento urbano no Brasil: As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias”. In: ARANTES, Otilia B., MARICATO, Ermínia e VAINER, Carlos. *O Pensamento Único das Cidades: desmanchando consensos*. 3^a ed. Petrópolis: Ed. Vozes, Coleção Zero à Esquerda, 2000.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã, 1º capítulo: seguido das teses sobre Feuerbach*; tradução Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro, 2002.

MÉSZÁROS, István. *O Poder da Ideologia*; tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MOURA, Rosa e KORNIN, Thaís. “Internacionalização da região metropolitana de Curitiba: desigualdades socioespaciais e direitos humanos”. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres et al. (org.). *Globalização e Território – ajustes periféricos*. Rio de Janeiro: IPPUR, 2005.

PEREIRA, Gislene. “A natureza (dos) nos fatos urbanos: produção do espaço e degradação ambiental”. In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n.3, p. 33-51, jan./jun. 2001. Editora UFPR. Curitiba, 2001.

REVISTA VEJA. Edição de 31 de março de 1993.

REVISTA CURITIBA METRÓPOLE. Edição de 15 de maio de 2000.

ROLIM, Maria do Carmo Marcondes Brandão. *Favelas, Movimento Associativo e Planejamento Urbano em Curitiba*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1985.

SÁNCHEZ, Fernanda. *Curitiba imagem e mito: reflexão acerca da construção social de uma imagem hegemônica*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 1993.

_____. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. 1. ed. Chapecó-SC: Argos Editora Universitária, 2003.

SOUZA, Nelson Rosário de. *Planejamento urbano, saber e poder: o governo do espaço e da população em Curitiba*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLC-USP, 1999.

TASCHNER, Suzana Pasternak. “O Brasil e suas Favelas”. In: ABRAMO, Pedro (org). *A cidade da Informalidade: o desafio das cidades latino-americanas*. Rio de Janeiro: Livraria Sette Letras, FAPERJ, 2003.

VILLAÇA, Flávio. “Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil”. In: *O processo de urbanização no Brasil*. DEÁK C. e SCHIFFER, S. São Paulo: Edusp/Fupam, 1999.

_____. *O espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)*; tradução Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro: introdução crítica de José Augusto Guilhaon Albuquerque. 2ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ARRETCHE, Marta. “Intervenção do Estado e setor privado: o modelo brasileiro de política habitacional”. In: *Espaço & Debates*, nº 31, ano X. NERU, São Paulo, 1990.

BOLAFFI, Gabriel. *Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema*. In: MARICATO, Ermínia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade)*. 2ª ed. São Paulo: Editora alpha-omega, 1982.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz (português de Portugal). 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidades de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34 / Edusp, 2000.

COMPANS, Rose. *Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. *Plano de Desenvolvimento Integrado: documento síntese para discussão*. Curitiba: COMEC, 2001.

DAVIS, Mike. *Planeta favela*. Tradução: Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

DELY, Rafael. *Uma concepção mais humana da moradia de interesse social no seu contexto urbano: Programa Habitacional Cidade Industrial de Curitiba*. Curitiba: COHAPAR, 1996.

DICKOW, Bernadeth. *Habitação popular no Paraná: uma avaliação histórica*. Dissertação de Mestrado. FAU-USP. São Paulo, 1996.

ENGELS, Friedrich. *A questão da habitação*; tradução: Dainis Karepovs. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988.

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CIDADE DE CURITIBA. *2º Fórum de Administração Pública: a experiência de Curitiba*. Curitiba: IMAP, 1995.

FERREIRA, João S. W. *São Paulo: o mito da cidade-global*. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2003.

FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL. *Programa Vila de Ofícios*. Curitiba: IPPUC, 1995.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*; tradução Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Atlas das necessidades habitacionais no Paraná: regiões metropolitanas*. Curitiba: IPARDES, 2004.

LEFEBVRE, Henry. *A revolução urbana*; tradução: Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. *O Direito à cidade*; tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LERNER, Jaime. *Acupuntura urbana*. 2ª ed. São Paulo: Editora Record, 2005.

LIMA, Cristina de Araújo. “Considerações sobre ocupações irregulares e parcelamento urbano em áreas de mananciais da região metropolitana de Curitiba – PR”. In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n.3, p. 97-114, jan./jun. 2001. Editora UFPR. Curitiba, 2001.

MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

MARICATO, Ermínia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade)*. 2ª ed. São Paulo: Editora alpha-omega, 1982.

MOURA, Rosa e ULTRAMARI, Clovis. *Metrópole Grande Curitiba: teoria e prática* Curitiba : IPARDES, 1994.

MOURA, Rosa. “Os riscos da cidade-modelo”. In: ACSELRAD, Henri (Org.). *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica a razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

POLLI, Simone Aparecida. *Curitiba, metrópole corporativa: fronteiras da desigualdade*. Dissertação de Mestrado. IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro: 2006.

QUEIROZ RIBEIRO, Luiz C. de e PECHMAN, Robert M. *O que é a questão da moradia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

REZENDE, Vera. *Planejamento urbano e ideologia: quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

SÁNCHEZ, Fernanda. *Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Palavra, 1997.

SANTOS, Milton. *Urbanização brasileira*. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

TASCHNER, Suzana Pasternak. “Degradação ambiental nas favelas em São Paulo”. In: *Espaço & Debates*, nº 39, ano XVI. NERU, São Paulo, 1996.

_____. “Evolução e mudanças das favelas paulistanas”. In: *Espaço & Debates*, nº 31, ano X. NERU, São Paulo, 1990.

VILLAÇA, Flávio. *O que todo cidadão precisa saber sobre habitação*. São Paulo: Global, 1986.

ANEXOS

Anexo 1 – Produção Habitacional da COHAB-CT (1970-2000)

Empreendimento	Ano de Conclusão	Programa	Regional	Bairro	Apto	Casa	Lote	Total Hab
Nova Esperança	1970	Convencional	Boa Vista	Atuba	0	336	0	336
Oficinas, Vilas	1970	Convencional	Cajuru	Cajuru	0	753	0	753
Cabo Nacar, Vila	1971	Convencional	Boqueirão	Alto Boqueirão	0	120	0	120
Gralha Azul	1973	Convencional	Portão	Novo Mundo	0	312	0	312
Mato Grosso	1973	Convencional	Portão	Água Verde	80	0	0	80
Marechal Rondon	1976	Convencional	CIC	Cidade Industrial	560	0	0	560
Olaria	1976	Convencional	Sta. Felicidade	Campina Siqueira	0	80	0	80
Paineiras	1976	Convencional	Boa Vista	Barreirinha	0	261	0	261
Área 04	1977	Convencional	Cajuru	Cajuru	0	60	0	60
Área 08	1977	Convencional	Boqueirão	Boqueirão	0	38	0	38
Área 11	1977	Convencional	Boqueirão	Xaxim	0	51	0	51
Área 13	1977	Convencional	Boqueirão	Alto Boqueirão	0	100	0	100
Área 14 - 1ª etapa	1977	Convencional	Boqueirão	Alto Boqueirão	0	61	0	61
Gramados I	1977	Convencional	Pinheirinho	Pinheirinho	0	108	0	108
Oswaldo Cruz I	1977	Convencional	CIC	Cidade Industrial	0	830	1	831
Ouro Preto	1977	Convencional	Sta. Felicidade	Vista Alegre	0	0	57	57
Santa Efigênia II	1977	Convencional	Boa Vista	Barreirinha	120	0	0	120
Área 10 - meia lua	1978	Convencional	Boqueirão	Boqueirão	0	58	0	58
Área 14 - 2ª etapa	1978	Convencional	Boqueirão	Alto Boqueirão	0	39	0	39
Hortênsias	1978	Convencional	Boqueirão	Alto Boqueirão	0	123	0	123
Pinheirinho	1978	Convencional	Pinheirinho	Pinheirinho	0	142	0	142
Albina G. Winheski	1979	Convencional	RMC	Campo Largo	0	80	0	80
Anita Garibaldi	1979	Convencional	Boa Vista	Barreirinha	400	0	0	400
Eucaliptos I e II	1979	Convencional	Boqueirão	Alto Boqueirão	0	330	0	330
Fernão Dias	1979	Convencional	Sta. Felicidade	São Braz	0	309	0	309
Joaquim C. T. Ferreira	1979	Convencional	RMC	Campo Largo	0	306	0	306
Oswaldo Cruz II	1979	Convencional	CIC	Cidade Industrial	0	830	0	830

Empreendimento	Ano de Conclusão	Programa	Regional	Bairro	Apto	Casa	Lote	Total Hab
Paequerê	1979	Convencional	Portão	Novo Mundo	272	0	0	272
Paranaense	1979	Convencional	Boqueirão	Alto Boqueirão	0	358	0	358
Parigot de Souza	1979	Convencional	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	1.003	0	1.003
Samambaia	1979	Convencional	RMC	Paranaguá	0	263	0	263
Saturnino de Brito	1979	Convencional	Boqueirão	Alto Boqueirão	0	359	0	359
Tiradentes	1979	Convencional	Boqueirão	Alto Boqueirão	0	345	0	345
Acácia, Vila	1980	Convencional	Boqueirão	Alto Boqueirão	0	23	0	23
Azaléa	1980	Convencional	Bairro Novo	Sítio Cercado	168	0	0	168
Bairro Alto	1980	Convencional	Boa Vista	Bairro Alto	352	0	0	352
Barigui (Conj res.)	1980	Convencional	Portão	Campo Comprido	272	0	0	272
Érico Veríssimo	1980	Convencional	Boqueirão	Alto Boqueirão	300	303	0	603
Euclides da Cunha	1980	Convencional	Boqueirão	Alto Boqueirão	300	390	0	690
Fazendinha	1980	Convencional	Portão	Fazendinha	336	0	0	336
Formosa	1980	Convencional	Portão	Fazendinha	288	0	0	288
Graciosa	1980	Convencional	RMC	Pinhais	160	0	0	160
Independência	1980	Convencional	RMC	Araucária	0	100	0	100
Manoel Bandeira	1980	Convencional	RMC	Araucária	0	416	0	416
Monteverdi	1980	Convencional	Sta. Felicidade	Santa Felicidade	296	141	0	437
Piquiri	1980	Convencional	Sta. Felicidade	Campo Comprido	120	22	0	142
Plátanos	1980	Convencional	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	122	0	122
Salgueiros	1980	Convencional	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	417	0	417
Santa Cândida	1980	Convencional	Boa Vista	Atuba	136	35	0	171
Uberaba I e II	1980	Convencional	Cajuru	Uberaba	120	0	0	120
Vila Velha	1980	Convencional	Portão	Campo Comprido	352	0	0	352
Araguaia	1981	Convencional	Cajuru	Capão da Imbuia	40	73	0	113
Arapongas	1981	Convencional	RMC	São José Pinhais	0	0	115	115
Barigui I	1981	Convencional	CIC	Cidade Industrial	0	0	371	371
Belém	1981	Convencional	Boqueirão	Boqueirão	80	310	0	390
Buriti	1981	Convencional	Portão	Campo Comprido	464	0	0	464

(continuação)

Empreendimento	Ano de Conclusão	Programa	Regional	Bairro	Apto	Casa	Lote	Total Hab
Campo Comprido	1981	Convencional	CIC	Cidade Industrial	176	0	0	176
Camponesa	1981	Convencional	CIC	Cidade Industrial	144	145	0	289
Castro Alves	1981	Convencional	RMC	São José Pinhais	0	0	110	110
Coqueiros I	1981	Convencional	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	126	0	126
Coqueiros II	1981	Convencional	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	74	0	74
Coqueiros III	1981	Convencional	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	132	132
Gramados II	1981	Convencional	Pinheirinho	Pinheirinho	0	42	0	42
Guaporé	1981	Convencional	Bairro Novo	Sítio Cercado	232	179	0	411
Guarani	1981	Convencional	RMC	São José Pinhais	0	0	131	131
Palmeiras	1981	Convencional	Pinheirinho	Tatuquara	0	258	45	303
Parita	1981	Convencional	Portão	Fazendinha	56	26	0	82
Trindade	1981	Convencional	Cajuru	Cajuru	0	131	0	131
Vila Nova Orleans	1981	Convencional	CIC	Cidade Industrial	0	0	48	48
Abaeté I	1982	Convencional	Boa Vista	Boa Vista	256	108	0	364
Bandeirantes	1982	Convencional	Cajuru	Cajuru	188	0	0	188
Barigui II	1982	Convencional	CIC	Cidade Industrial	0	79	0	79
Bororós	1982	Convencional	Cajuru	Cajuru	16	0	0	16
Bracatinga	1982	Convencional	Boa Vista	Pilarzinho	40	129	0	169
Faxina, Com. Rurbana Camp.	1982	Convencional	RMC	São José Pinhais	0	0	43	43
Fernando de Noronha	1982	Convencional	Boa Vista	Boa Vista	64	0	0	64
Iguaçu	1982	Convencional	Cajuru	Cajuru	0	0	247	247
Itapoã	1982	Convencional	Cajuru	Capão da Imbuia	58	59	0	117
Juruá	1982	Convencional	Cajuru	Cajuru	32	36	0	68
Maceió	1982	Convencional	Cajuru	Cajuru	60	0	0	60
Parati	1982	Convencional	CIC	Cidade Industrial	0	0	144	144
Petrópolis	1982	Convencional	Cajuru	Uberaba	352	0	0	352
Porto Belo	1982	Convencional	CIC	Cidade Industrial	0	0	99	99
Potiguara	1982	Convencional	RMC	São José Pinhais	48	39	0	87

(continuação)

Empreendimento	Ano de Conclusão	Programa	Regional	Bairro	Apto	Casa	Lote	Total Hab
Ribeirão	1982	Convencional	CIC	Cidade Industrial	0	0	167	167
San Carlo	1982	Convencional	Pinheirinho	Pinheirinho	0	0	97	97
São Leonardo I	1982	Convencional	CIC	Cidade Industrial	0	0	74	74
Terezina	1982	Convencional	Cajuru	Cajuru	84	46	0	130
Uberaba III	1982	Convencional	Cajuru	Uberaba	0	0	20	20
Unidades Isoladas (Ficam)	1982	Convencional	Várias	Vários	0	434	0	434
Xingu	1982	Convencional	RMC	São José Pinhais	144	125	0	269
Abaeté II	1983	Convencional	Boa Vista	Boa Vista	352	30	210	592
Atenas II	1983	Convencional	CIC	Cidade Industrial	494	176	0	670
Augusta	1983	Convencional	CIC	Cidade Industrial	834	111	150	1.095
Caçara	1983	Convencional	Sta. Felicidade	São Braz	72	45	0	117
Campo de Santana, Com. Rurbana	1983	Convencional	Pinheirinho	Campo de Santana	0	60	0	60
Cananéia - setor A e B	1983	Convencional	CIC	Cidade Industrial	404	179	0	583
Florença	1983	Convencional	Boqueirão	Boqueirão	88	11	0	99
Ilha Bela	1983	Convencional	CIC	Cidade Industrial	114	4	146	264
Iracema A, B, C, D e E	1983	Convencional	Cajuru	Capão da Imbuia	558	246	1	805
Itatiaia	1983	Convencional	CIC	Cidade Industrial	512	18	664	1.194
Laranjeiras	1983	Convencional	Boa Vista	Santa Cândida	88	12	0	100
Malibu	1983	Convencional	Cajuru	Capão da Imbuia	178	0	0	178
Saveiros	1983	Convencional	RMC	Paranaguá	120	10	0	130
Barcelona	1984	Convencional	RMC	Mandirituba	0	112	0	112
Coqueiros II - remanescente	1984	Convencional	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	22	22
São Leonardo II	1984	Convencional	CIC	Cidade Industrial	0	0	44	44
Atenas I - setor I	1985	Convencional	CIC	Cidade Industrial	654	96	0	750
Capiberibe	1985	Convencional	Cajuru	Cajuru	100	0	0	100
Capivari	1985	Convencional	Cajuru	Cajuru	172	48	0	220
Eucaliptos III, IV e V	1985	Convencional	Boqueirão	Alto Boqueirão	516	22	0	538
Itapema	1985	Convencional	CIC	Cidade Industrial	0	0	44	44

(continuação)

Empreendimento	Ano de Conclusão	Programa	Regional	Bairro	Apto	Casa	Lote	Total Hab
Olinda	1985	Convencional	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	114	114
Potiguara II	1985	Convencional	RMC	São José Pinhais	0	0	25	25
Purunã	1985	Convencional	RMC	Balsa Nova	0	0	65	65
Vila Santa Amélia / Sibisa	1985	Reg. Fundiária	Portão	Fazendinha	0	0	50	50
Belém II	1986	Convencional	Boqueirão	Boqueirão	0	0	54	54
Caiçara II	1986	Convencional	Sta. Felicidade	São Braz	12	2	0	14
Camponesa II	1986	Convencional	CIC	Cidade Industrial	30	0	0	30
Eucaliptos V - 6A	1986	Convencional	Boqueirão	Alto Boqueirão	144	24	0	168
Gralha Azul II	1986	Convencional	Portão	Novo Mundo	168	0	0	168
Oswaldo Cruz V	1986	Convencional	CIC	Cidade Industrial	40	12	0	52
São João Del Rey I	1986	Convencional	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	65	65
São João Del Rey II - parte 2	1986	Convencional	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	188	188
São João Del Rey III	1986	Convencional	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	48	48
Araguaia II	1987	Convencional	Cajuru	Capão da Imbuia	0	0	26	26
Atenas I - setor II	1987	Convencional	CIC	Cidade Industrial	760	202	0	962
Caiua I e II e Ilhéus	1987	Convencional	CIC	Cidade Industrial	0	0	800	800
Ilha Verde	1987	Convencional	CIC	Cidade Industrial	0	0	106	106
Itacolomi - CT-10	1987	Convencional	CIC	Cidade Industrial	0	0	75	75
Porto Seguro - CT-17	1987	Convencional	CIC	Cidade Industrial	0	0	188	188
R CIC A	1987	Convencional	CIC	Cidade Industrial	208	0	0	208
R CIC B	1987	Convencional	CIC	Cidade Industrial	96	0	0	96
R CIC C	1987	Convencional	CIC	Cidade Industrial	72	0	0	72
São João Del Rey II - parte 1	1987	Convencional	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	142	0	142
Tayra	1987	Convencional	RMC	Araucária	0	251	0	251
Vera Cruz I e II	1987	Convencional	CIC	Cidade Industrial	0	0	291	291
Vila Aturia - Arumã	1987	Reg. Fundiária	Sta. Felicidade	Cidade Industrial	0	0	32	32
Vila Expedicionários	1987	Reg. Fundiária	Portão	Santa Quitéria	0	0	92	92
Vila Ouro Verde	1987	Reg. Fundiária	Cajuru	Uberaba	0	0	99	99

(continuação)

Empreendimento	Ano de Conclusão	Programa	Regional	Bairro	Apto	Casa	Lote	Total Hab
Araçá	1988	Convencional	Boqueirão	Alto Boqueirão	0	0	31	31
Bela Vista	1988	Convencional	Cajuru	Uberaba	0	0	250	250
Campeche	1988	Convencional	Pinheirinho	Pinheirinho	0	0	93	93
Damasco	1988	Convencional	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	92	92
Garças I e II	1988	Convencional	Pinheirinho	Pinheirinho	0	0	75	75
Girassol	1988	Convencional	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	174	174
Helenas	1988	Convencional	Cajuru	Cajuru	0	0	95	95
Iguatemi	1988	Convencional	RMC	Araucária	0	0	172	172
Ipês	1988	Convencional	RMC	Araucária	0	0	382	382
Itapira I	1988	Convencional	RMC	Quatro Barras	0	0	54	54
Lisboa	1988	Convencional	Pinheirinho	Tatuquara	0	0	59	59
Paquetá II	1988	Convencional	CIC	Cidade Industrial	72	0	0	72
Saquarema	1988	Convencional	Pinheirinho	Pinheirinho	0	0	102	102
Siriema	1988	Convencional	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	230	230
Vila Independência	1988	Reg. Fundiária	Pinheirinho	Pinheirinho	0	0	22	22
Abaeté III	1989	Convencional	Boa Vista	Boa Vista	28	0	0	28
Belém III	1989	Convencional	Boqueirão	Boqueirão	44	0	0	44
Coimbra	1989	Convencional	Sta. Felicidade	Cidade Industrial	40	37	0	77
Da Cunha	1989	Convencional	Sta. Felicidade	Cidade Industrial	0	0	68	68
Girassol II	1989	Convencional	Bairro Novo	Sítio Cercado	44	53	0	97
Ilha do Sol	1989	Convencional	CIC	Cidade Industrial	0	0	156	156
Ilha Verde II	1989	Convencional	CIC	Cidade Industrial	64	0	0	64
Itapira II	1989	Convencional	RMC	Quatro Barras	0	0	84	84
Itiberê	1989	Convencional	Cajuru	Uberaba	0	0	325	325
Jacarandá I e II	1989	Convencional	Boqueirão	Alto Boqueirão	0	0	132	132
Maranhão	1989	Convencional	RMC	Araucária	0	0	312	312
Marechal Rondon II	1989	Convencional	CIC	Cidade Industrial	74	15	0	89
Maria Antonieta, Vila - q14e15	1989	Convencional	RMC	Piraquara	0	0	60	60

(continuação)

Empreendimento	Ano de Conclusão	Programa	Regional	Bairro	Apto	Casa	Lote	Total Hab
Nossa Senhora da Luz dos Pinhais II, Vila	1989	Convencional	CIC	Cidade Industrial	108	15	0	123
Paquetá I / Parati II	1989	Convencional	CIC	Cidade Industrial	220	0	0	220
Perdizes	1989	Convencional	RMC	Piraquara	0	0	169	169
Pirineus	1989	Convencional	Pinheirinho	Pinheirinho	0	0	390	390
San Francisco	1989	Convencional	CIC	Cidade Industrial	0	0	33	33
San Marco	1989	Convencional	Pinheirinho	Pinheirinho	0	0	132	132
Santa Cândida II	1989	Convencional	Boa Vista	Atuba	160	14	0	174
Siriema II	1989	Convencional	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	36	36
Siriema III	1989	Convencional	Bairro Novo	Sítio Cercado	68	0	0	68
Tambaú	1989	Convencional	CIC	Cidade Industrial	156	0	0	156
Vila Cajuru I - q107	1989	Reg. Fundiária	Cajuru	Cajuru	0	0	53	53
Vila Califórnia	1989	Reg. Fundiária	Sta. Felicidade	Mossunguê	0	0	31	31
Vila das Torres	1989	Reg. Fundiária	Matriz	Prado Velho	0	0	608	608
Vila Nova Jerusalém	1989	Reg. Fundiária	Cajuru	Cajuru	0	0	193	193
Vila São João Del Rey	1989	Reg. Fundiária	Cajuru	Cajuru	0	0	67	67
Vila Vitória	1989	Reg. Fundiária	Bairro Novo	Umbará	0	0	196	196
Caiuá - setor III	1990	Convencional	CIC	Cidade Industrial	0	12	0	12
Capri	1990	Convencional	Sta. Felicidade	Cidade Industrial	0	0	85	85
Florentina	1990	Convencional	CIC	Cidade Industrial	136	0	0	136
Garças III e IV	1990	Convencional	Pinheirinho	Pinheirinho	198	12	0	210
Sabará	1990	Convencional	CIC	Cidade Industrial	0	0	320	320
Santa Efigênia III - lote 33-B	1990	Convencional	Boa Vista	Barreirinha	28	0	0	28
São João Del Rey IV, V e VI	1990	Convencional	Bairro Novo	Sítio Cercado	278	0	0	278
Veneza	1990	Convencional	Sta. Felicidade	Santa Felicidade	92	61	0	153
Vila Nossa Luta (Bolsão Xapinhã) >	1990	Convencional	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	1.078	1.078
Vila Verde III >	1990	Reassentamento	CIC	Cidade Industrial	0	0	607	607
Vila Campo Alto	1990	Reg. Fundiária	RMC	Colombo	0	0	335	335
Araçá II	1991	Convencional	Boqueirão	Alto Boqueirão	96	43	0	139

(continuação)

Empreendimento	Ano de Conclusão	Programa	Regional	Bairro	Apto	Casa	Lote	Total Hab
Araucárias, Jardim das	1991	Convencional	Boqueirão	Alto Boqueirão	400	0	0	400
Bertioga	1991	Convencional	RMC	Paranaguá	48	218	0	266
Caiuá - setor III e A a F	1991	Convencional	CIC	Cidade Industrial	0	63	0	63
Marajó	1991	Convencional	Pinheirinho	Pinheirinho	0	0	74	74
Maria Antonieta - q16e17	1991	Convencional	RMC	Piraquara	0	0	60	60
Marupiara I	1991	Convencional	Bairro Novo	Umbará	0	0	150	150
Marupiara II	1991	Convencional	Bairro Novo	Umbará	0	0	248	248
Santa Efigênia III - lote 33-A	1991	Convencional	Boa Vista	Barreirinha	70	0	0	70
Jatobá I e II	1991	Parceria	RMC	Araucária	0	0	307	307
Nova Villa	1991	Parceria	Boa Vista	Pilarzinho	0	0	125	125
Orquídeas	1991	Parceria	Boqueirão	Xaxim	0	0	150	150
Padilhas	1991	Parceria	Boqueirão	Xaxim	0	0	203	203
São Rafael	1991	Reg. Fundiária	CIC	Cidade Industrial	0	0	6	6
Vila Brasília	1991	Reg. Fundiária	Sta. Felicidade	Cidade Industrial	0	0	12	12
Vila Camponesa	1991	Reg. Fundiária	Sta. Felicidade	Cidade Industrial	0	0	30	30
Vila Itacolomi	1991	Reg. Fundiária	Boqueirão	Alto Boqueirão	0	0	11	11
Vila Margarida Clara	1991	Reg. Fundiária	Boa Vista	Santa Cândida	0	0	15	15
Vila Marisa	1991	Reg. Fundiária	CIC	Cidade Industrial	0	0	184	184
Vila São João da Escócia	1991	Reg. Fundiária	Boa Vista	Santa Cândida	0	0	6	6
Vila São Rafael	1991	Reg. Fundiária	CIC	Cidade Industrial	0	0	6	6
Vila Solitude	1991	Reg. Fundiária	Cajuru	Cajuru	0	0	88	88
Vila Suzana II	1991	Reg. Fundiária	Boqueirão	Alto Boqueirão	0	0	13	13
Vila Tatuquara	1991	Reg. Fundiária	Pinheirinho	Tatuquara	0	0	5	5
Vila Urano	1991	Reg. Fundiária	Boqueirão	Xaxim	0	0	108	108
Augusta II - q59L13	1992	Convencional	CIC	Cidade Industrial	16	0	0	16
Bom Jesus	1992	Convencional	RMC	Campo Largo	0	202	0	202
Caiuá	1992	Convencional	CIC	Cidade Industrial	792	0	0	792
Cambuí	1992	Convencional	Cajuru	Cajuru	8	0	0	8

(continuação)

Empreendimento	Ano de Conclusão	Programa	Regional	Bairro	Apto	Casa	Lote	Total Hab
Capri II	1992	Convencional	Sta. Felicidade	Cidade Industrial	8	0	0	8
Costeira - parte 1	1992	Convencional	RMC	Araucária	0	57	0	57
Costeira - parte 2	1992	Convencional	RMC	Araucária	0	118	0	118
Flamboyant - parte 1	1992	Convencional	CIC	Cidade Industrial	0	105	0	105
Flamboyant - parte 2	1992	Convencional	Sta. Felicidade	Cidade Industrial	0	213	17	230
Guaíra	1992	Convencional	Boa Vista	Barreirinha	0	0	26	26
Itapira III	1992	Convencional	RMC	Quatro Barras	0	100	0	100
Jamaica	1992	Convencional	Pinheirinho	Campo de Santana	0	384	0	384
Lages	1992	Convencional	Pinheirinho	Pinheirinho	0	98	0	98
Marumbí I	1992	Convencional	Cajuru	Uberaba	0	221	0	221
Nápolis >	1992	Convencional	Portão	Campo Comprido	0	0	64	64
Ordem - 1ª parte	1992	Convencional	Pinheirinho	Tatuquara	0	0	1.334	1.334
Ouro Preto II	1992	Convencional	RMC	Campo Largo	0	0	102	102
Sítio Cercado I	1992	Convencional	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	812	812
Sítio Cercado II	1992	Convencional	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	213	213
Sítio Cercado III	1992	Convencional	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	519	519
Sítio Cercado IV	1992	Convencional	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	554	554
Sítio Cercado VII - A	1992	Convencional	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	620	620
Sítio Cercado XIII >	1992	Convencional	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	124	124
Sítio Cercado XIV	1992	Convencional	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	573	573
Tayra II	1992	Convencional	RMC	Araucária	0	47	0	47
Tramontina	1992	Convencional	Sta. Felicidade	Cidade Industrial	0	181	0	181
Ubatuba	1992	Convencional	CIC	Cidade Industrial	100	0	0	100
Vilas Novas - Setor A	1992	Convencional	CIC	Cidade Industrial	346	0	0	346
Zimbros I q2-4-6-9-11e13	1992	Convencional	CIC	Cidade Industrial	0	102	0	102
Zimbros I q3-5-7e10	1992	Convencional	CIC	Cidade Industrial	0	95	0	95
Aimoré	1992	Parceria	Boqueirão	Xaxim	0	0	156	156
Beija-flor	1992	Parceria	Pinheirinho	Pinheirinho	0	0	34	34

(continuação)

Empreendimento	Ano de Conclusão	Programa	Regional	Bairro	Apto	Casa	Lote	Total Hab
Dona Linda	1992	Parceria	Pinheirinho	Tatuquara	0	0	226	226
Marambaia	1992	Parceria	Cajuru	Uberaba	0	100	28	128
M'Boyce	1992	Parceria	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	271	271
Minha Morada, Jardim	1992	Parceria	Boa Vista	Pilarzinho	0	0	140	140
Siena	1992	Parceria	Bairro Novo	Umbará	0	0	51	51
Torres, Jardim das (in. privada)	1992	Parceria	Cajuru	Uberaba	0	0	195	195
Turin	1992	Parceria	RMC	Araucária	0	0	267	267
União	1992	Parceria	Boqueirão	Xaxim	0	0	82	82
Vila Cajuru V - A/B >	1992	Reassentamento	Cajuru	Cajuru	0	0	430	430
Vila Arco Íris	1992	Reg. Fundiária	Pinheirinho	Pinheirinho	0	0	21	21
Vila Jardim Natal	1992	Reg. Fundiária	Pinheirinho	Pinheirinho	0	0	532	532
Vila Sibisa	1992	Reg. Fundiária	Portão	Fazendinha	0	0	85	85
Augusta III - q50L1-q59L12	1993	Convencional	CIC	Cidade Industrial	16	0	0	16
Barbacena	1993	Convencional	Sta. Felicidade	Campo Comprido	0	35	0	35
Caiuá III - 1ª etapa	1993	Convencional	CIC	Cidade Industrial	134	0	0	134
Costeira - parte 3	1993	Convencional	RMC	Araucária	0	25	0	25
Diadema I e II	1993	Convencional	CIC	Cidade Industrial	0	1.049	0	1.049
Marumbi IV (I-Q9L30)	1993	Convencional	Cajuru	Uberaba	0	0	33	33
Nice	1993	Convencional	Sta. Felicidade	Cidade Industrial	0	0	130	130
Ordem - 2ª parte	1993	Convencional	Pinheirinho	Tatuquara	0	0	70	70
Ordem - 3ª parte	1993	Convencional	Pinheirinho	Tatuquara	0	0	2	2
São Nicolau	1993	Convencional	CIC	Cidade Industrial	0	0	338	338
Sevilha	1993	Convencional	CIC	Cidade Industrial	0	0	32	32
Sítio Cercado V	1993	Convencional	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	979	979
Sítio Cercado VI	1993	Convencional	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	1.326	1.326
Tramontina II	1993	Convencional	CIC	Cidade Industrial	76	0	0	76
Vilas Novas - Setor B-I	1993	Convencional	CIC	Cidade Industrial	176	0	0	176
Zimbros I q2-4e6	1993	Convencional	CIC	Cidade Industrial	0	24	0	24

(continuação)

Empreendimento	Ano de Conclusão	Programa	Regional	Bairro	Apto	Casa	Lote	Total Hab
Ferrovila - Residencial	1993	Parceria	Portão	Guaira	352	0	0	352
Flor do Campo	1993	Parceria	Sta. Felicidade	Cidade Industrial	0	0	101	101
Jequitibá	1993	Parceria	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	283	283
Lotiguassu II	1993	Parceria	Cajuru	Uberaba	0	0	456	456
Sítio Cercado XV	1993	Parceria	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	545	545
Bolsão Sagrada Família -q5L125ABC	1993	Reg. Fundiária	CIC	Cidade Industrial	0	0	6	6
Bolsão Sagrada Fam-JaciraAparecida >	1993	Reg. Fundiária	CIC	Cidade Industrial	0	0	2.127	2.127
Vila Marumbi II	1993	Reg. Fundiária	Cajuru	Uberaba	0	0	489	489
Vila Santa Helena	1993	Reg. Fundiária	CIC	Cidade Industrial	0	0	55	55
Vila Trinta de Agosto / São Marco	1993	Reg. Fundiária	Pinheirinho	Pinheirinho	0	0	33	33
Bolsão Rose Luana Angra Harmonia >	1994	Convencional	CIC	Cidade Industrial	0	0	1.271	1.271
Caiuá III - 2ªetapa	1994	Convencional	CIC	Cidade Industrial	216	0	0	216
Diadema I - remanescente	1994	Convencional	CIC	Cidade Industrial	0	0	106	106
Lote Criado	1994	Convencional	Várias	Vários	0	0	266	266
Paraná	1994	Convencional	Pinheirinho	Tatuquara	0	0	610	610
Pirineus II - A e B	1994	Convencional	Pinheirinho	Pinheirinho	184	0	0	184
Sítio Cercado VIII	1994	Convencional	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	742	742
Sítio Cercado XII	1994	Convencional	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	270	270
Sítio Cercado XII - B	1994	Convencional	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	36	36
Tayra III	1994	Convencional	RMC	Araucária	0	0	53	53
Unidades Isoladas	1994	Convencional	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	1	0	1
Vera Cruz III	1994	Convencional	CIC	Cidade Industrial	0	0	15	15
Vila Tecnológica	1994	Convencional	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	100	0	100
Vilas Novas - Setor B-II	1994	Convencional	CIC	Cidade Industrial	192	0	0	192
Vila Verde V >	1994	Convênio	CIC	Cidade Industrial	0	0	277	277
Gênova	1994	Parceria	Bairro Novo	Umbará	0	0	72	72
Hebron	1994	Parceria	Bairro Novo	Umbará	0	0	232	232
Lotiguassu I	1994	Parceria	Cajuru	Uberaba	0	0	1.008	1.008

(continuação)

Empreendimento	Ano de Conclusão	Programa	Regional	Bairro	Apto	Casa	Lote	Total Hab
Lotiguassu III	1994	Parceria	Cajuru	Uberaba	0	0	41	41
Santa Luccia	1994	Parceria	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	330	330
Vila Verde I >	1994	Reassentamento	CIC	Cidade Industrial	0	0	240	240
Vila Verde IV >	1994	Reassentamento	CIC	Cidade Industrial	0	0	426	426
Vila Alto Barigui - Bolsão Rose >	1994	Reg. Fundiária	CIC	Cidade Industrial	0	0	14	14
Vila Âncora >	1994	Reg. Fundiária	Boa Vista	Pilarzinho	0	0	18	18
Vila Anna	1994	Reg. Fundiária	Boqueirão	Xaxim	0	0	12	12
Vila Araçá	1994	Reg. Fundiária	Pinheirinho	Capão Raso	0	0	10	10
Vila Araguaia I, II e III	1994	Reg. Fundiária	Cajuru	Capão da Imbuia	0	0	34	34
Vila Barigui III (CIC) >	1994	Reg. Fundiária	CIC	Cidade Industrial	0	0	157	157
Vila Califórnia II >	1994	Reg. Fundiária	Pinheirinho	Campo de Santana	0	0	93	93
Vila Concórdia II >	1994	Reg. Fundiária	Pinheirinho	Pinheirinho	0	0	25	25
Vila Cruzeiro	1994	Reg. Fundiária	Boa Vista	Santa Cândida	0	0	7	7
Vila Cruzeiro do Sul >	1994	Reg. Fundiária	CIC	Cidade Industrial	0	0	211	211
Vila Esperança >	1994	Reg. Fundiária	CIC	São Miguel	0	0	225	225
Vila Guimarães	1994	Reg. Fundiária	Boqueirão	Xaxim	0	0	6	6
Vila Ítalo Marinoni	1994	Reg. Fundiária	Boqueirão	Boqueirão	0	0	16	16
Vila Luana (Bolsão Rose - CIC) >	1994	Reg. Fundiária	CIC	Cidade Industrial	0	0	107	107
Vila Nova Aurora A, B, C e D >	1994	Reg. Fundiária	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	270	270
Vila Nova Barigui (CIC) >	1994	Reg. Fundiária	CIC	Cidade Industrial	0	0	411	411
Vila Nova Conquista >	1994	Reg. Fundiária	CIC	Cidade Industrial	0	0	343	343
Vila Olinda (Bolsão Rose) >	1994	Reg. Fundiária	CIC	Cidade Industrial	0	0	112	112
Vila Real II - A e B >	1994	Reg. Fundiária	Sta. Felicidade	Orleans	0	0	110	110
Vila Sandra II e III >	1994	Reg. Fundiária	CIC	Cidade Industrial	0	0	790	790
Vila Scheffer	1994	Reg. Fundiária	Boqueirão	Xaxim	0	0	13	13
Vila Soppa	1994	Reg. Fundiária	Boa Vista	Santa Cândida	0	0	6	6
Vila Szaja	1994	Reg. Fundiária	Boqueirão	Xaxim	0	0	4	4
Vila Verde II >	1994	Reg. Fundiária	CIC	Cidade Industrial	0	0	804	804

(continuação)

Empreendimento	Ano de Conclusão	Programa	Regional	Bairro	Apto	Casa	Lote	Total Hab
Vila Vinte Três Ago/Campo Cerrado >	1994	Reg. Fundiária	Bairro Novo	Ganchinho	0	0	1.480	1.480
Vila Vitória Riviera 1ª etapa >	1994	Reg. Fundiária	Sta. Felicidade	Cidade Industrial	0	0	176	176
Sítio Cercado III -q33L7>	1994	Remanescente	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	14	14
Colibri	1995	Convencional	Cajuru	Uberaba	0	0	16	16
Santa Rita A	1995	Convencional	Pinheirinho	Tatuquara	0	0	1.552	1.552
Unidades Isoladas (progr. Cooperativo)	1995	Convencional	Várias	Vários	0	12	0	12
Santa Rita -Vila rural >	1995	Convênio	Pinheirinho	Tatuquara	0	30	0	30
Trevisan >	1995	Convênio	RMC	São José Pinhais	0	0	379	379
Antonina	1995	Parceria	Bairro Novo	Umbará	0	0	353	353
Antônio Deconto, Jardim	1995	Parceria	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	156	156
Berlim	1995	Parceria	Boqueirão	Xaxim	0	0	35	35
Guaraqueçaba	1995	Parceria	Bairro Novo	Umbará	0	0	407	407
Holanda	1995	Parceria	Boqueirão	Xaxim	0	0	109	109
Madre Teresa	1995	Parceria	Bairro Novo	Ganchinho	0	0	232	232
Sol Nascente	1995	Parceria	Cajuru	Cajuru	0	0	82	82
Viena	1995	Parceria	Boqueirão	Alto Boqueirão	0	0	164	164
Ilha do Mel	1995	Reassentamento	Cajuru	Uberaba	0	31	0	31
Ilha do Mel - q2L1 >	1995	Reassentamento	Cajuru	Uberaba	0	3	0	3
Sítio Cercado V - q31L1	1995	Reassentamento	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	18	18
Vila Belém II	1995	Reg. Fundiária	Cajuru	Guabirota	0	0	3	3
Vila Bem-te-vi >	1995	Reg. Fundiária	CIC	Cidade Industrial	0	0	17	17
Vila Dom Bosco	1995	Reg. Fundiária	Pinheirinho	Campo de Santana	0	0	40	40
Vila Ferroviária - Área 8-C. Ecológica>	1995	Reg. Fundiária	CIC	Cidade Industrial	0	0	88	88
Vila Roseira	1995	Reg. Fundiária	Boqueirão	Boqueirão	0	0	6	6
Vila Santíssima Trindade A	1995	Reg. Fundiária	Cajuru	Cajuru	0	0	64	64
Vila São Francisco de Assis I, II e III	1995	Reg. Fundiária	Cajuru	Cajuru	0	0	49	49
Sítio Cercado I - remanescente >	1995	Remanescente	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	17	17
Sítio Cercado IV - q17L1eq18L2	1995	Remanescente	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	45	45

(continuação)

Empreendimento	Ano de Conclusão	Programa	Regional	Bairro	Apto	Casa	Lote	Total Hab
Ana Cecília - Vila de Ofícios	1995	Vila de Ofícios	Sta. Felicidade	Campo Comprido	0	7	0	7
Augusta - Vila de Ofícios	1995	Vila de Ofícios	CIC	Cidade Industrial	0	7	0	7
Laranjeiras - Vila de Ofícios	1995	Vila de Ofícios	Boa Vista	Santa Cândida	0	6	0	6
Paquetá - Vila de Ofícios	1995	Vila de Ofícios	CIC	Cidade Industrial	0	6	0	6
Sítio Cercado III -q13L1-Vila de Ofícios	1995	Vila de Ofícios	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	17	0	17
Sítio Cercado VI -Vila de Ofícios	1995	Vila de Ofícios	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	29	0	29
Vila das Torres II - V. Ofícios1ªp.Q32>	1995	Vila de Ofícios	Matriz	Rebouças	0	21	0	21
Vila das Torres II - V. Ofícios2ªparQ33>	1995	Vila de Ofícios	Matriz	Rebouças	0	35	0	35
Diadema I - remanescente 2	1996	Convencional	CIC	Cidade Industrial	0	0	8	8
Lages - Q1L6/10 e Q2L6	1996	Convencional	Pinheirinho	Pinheirinho	0	0	42	42
Marajó - q1L1 e q2L17	1996	Convencional	Pinheirinho	Pinheirinho	0	0	24	24
Santa Cecília >	1996	Convencional	Pinheirinho	Tatuquara	0	0	323	323
Santa Rita B e C	1996	Convencional	Pinheirinho	Tatuquara	0	0	1.257	1.257
Sítio Cercado VII - B	1996	Convencional	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	1.346	1.346
Âncora, Jardim >	1996	Convênio	RMC	Piraquara	0	0	167	167
Bonilauri	1996	Convênio	RMC	Pinhais	0	636	0	636
Timbú >	1996	Convênio	RMC	Campina G. do Sul	0	0	174	174
Sítio Cercado V - q41L1-q46L1	1996	Reassentamento	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	32	32
Vila Bom Menino	1996	Reg. Fundiária	Sta. Felicidade	Campina Siqueira	0	0	3	3
Vila Ferroviária - Área 7-24h-C.Ecológica>	1996	Reg. Fundiária	CIC	Cidade Industrial	0	0	121	121
Vila Mariana II	1996	Reg. Fundiária	Boqueirão	Xaxim	0	0	17	17
Vila Siriema II q11 >	1996	Reg. Fundiária	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	7	7
Itiberê - Remanescente	1996	Remanescente	Cajuru	Uberaba	0	0	19	19
São Nicolau - remanescente	1996	Remanescente	CIC	Cidade Industrial	0	0	13	13
Siriema - Q11-L1	1996	Remanescente	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	7	7
Sítio Cercado V - q24 a 27	1996	Remanescente	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	49	49
Zimbros II - Q12 e III-Q14	1996	Remanescente	CIC	Cidade Industrial	0	0	76	76
Diadema IV - Vila de Ofícios >	1996	Vila de Ofícios	CIC	Cidade Industrial	0	14	0	14

(continuação)

Empreendimento	Ano de Conclusão	Programa	Regional	Bairro	Apto	Casa	Lote	Total Hab
Jacarandá - Vila de Ofícios	1996	Vila de Ofícios	Boqueirão	Alto Boqueirão	0	13	0	13
Sítio Cercado VII B,IeXIII-Ofícios1ªet.>	1996	Vila de Ofícios	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	4	0	4
Sítio Cercado VII B,IeXIII-Ofícios2ªet.>	1996	Vila de Ofícios	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	8	0	8
Afonso Macedo, Jardim	1997	Convencional	Cajuru	Uberaba	0	0	5	5
Marumbí III (I-Q7L33)	1997	Convencional	Cajuru	Uberaba	0	0	13	13
Sítio Cercado IX e X-A	1997	Parceria	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	1.043	1.043
Sítio Cercado V - q7L12	1997	Reassentamento	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	4	4
Vila Cajuru II - q105	1997	Reg. Fundiária	Cajuru	Cajuru	0	0	23	23
Vila Itália	1997	Reg. Fundiária	Sta. Felicidade	São João	0	0	36	36
Vila Parque Industrial / Lima	1997	Reg. Fundiária	Pinheirinho	Capão Raso	0	0	63	63
Vila Rosana	1997	Reg. Fundiária	Boa Vista	Boa Vista	0	0	10	10
Vila Santa Lúcia	1997	Reg. Fundiária	Sta. Felicidade	Orleans	0	0	4	4
Vila Santíssima Trindade C	1997	Reg. Fundiária	Cajuru	Cajuru	0	0	21	21
Vila Verde III q4 >	1997	Reg. Fundiária	CIC	Cidade Industrial	0	0	113	113
Reno >	1998	Convencional	Cajuru	Uberaba	0	0	305	305
Santa Cecília II >	1998	Convênio	Pinheirinho	Tatuquara	0	50	0	50
Aimoré II	1998	Parceria	Boqueirão	Xaxim	0	0	41	41
Pinheiros, Jardim dos	1998	Parceria	Sta. Felicidade	Vista Alegre	108	0	0	108
Santa Maria	1998	Parceria	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	85	85
São Lucas	1998	Parceria	Pinheirinho	Pinheirinho	0	0	98	98
Sarot	1998	Parceria	Pinheirinho	Tatuquara	0	0	125	125
Sítio Cercado V - q32L12A >	1998	Reassentamento	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	20	20
Sítio Cercado V - q32L12C >	1998	Reassentamento	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	14	14
Sítio Cercado V - q45L2A >	1998	Reassentamento	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	17	17
Sítio Cercado V - q45L2C >	1998	Reassentamento	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	7	7
Sítio Cercado VI -q46L1-q53L3-q54L14	1998	Reassentamento	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	31	31
Alto Cajuru I (Albatroz) >	1998	Reg. Fundiária	Cajuru	Cajuru	0	0	54	54
San Marco -q2L9	1998	Remanescente	Pinheirinho	Pinheirinho	0	0	16	16

(continuação)

Empreendimento	Ano de Conclusão	Programa	Regional	Bairro	Apto	Casa	Lote	Total Hab
Riacho Doce	1999	A definir	RMC	São José Pinhais	0	203	26	229
Rio Pequeno	1999	A definir	RMC	São José Pinhais	0	183	0	183
Vila Jardim Eucaliptos	1999	A definir	RMC	Colombo	0	0	211	211
Vila Modelo >	1999	A definir	RMC	Colombo	0	0	19	19
Vila Monte Castelo >	1999	A definir	RMC	Colombo	0	0	185	185
Monteiro Lobato II	1999	Convencional	Pinheirinho	Tatuquara	0	0	419	419
Alto Barigui I e II	1999	Parceria	CIC	Cidade Industrial	0	0	152	152
Cairo	1999	Parceria	Cajuru	Uberaba	0	0	63	63
Dalagassa >	1999	Parceria	Pinheirinho	Tatuquara	0	0	235	235
Evangélicos I	1999	Parceria	Pinheirinho	Tatuquara	0	0	433	433
Evangélicos II	1999	Parceria	Pinheirinho	Tatuquara	0	0	120	120
Kastelo	1999	Parceria	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	90	90
Morretes	1999	Parceria	Bairro Novo	Umbará	0	0	88	88
Palmas	1999	Parceria	Portão	Campo Comprido	0	0	42	42
Palmital	1999	Parceria	RMC	Pinhais	0	0	577	577
Sítio Cercado IX e X-B	1999	Parceria	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	999	999
Vila Nova Hortência >	1999	Parceria	Boqueirão	Alto Boqueirão	0	0	109	109
Alto Cajuru II (Atobá) >	1999	Reg. Fundiária	Cajuru	Cajuru	0	0	125	125
Vila Ferroviária - Área 6-UV-ComCampanha>	1999	Reg. Fundiária	CIC	Cidade Industrial	0	0	146	146
Vila Machado II >	1999	Reg. Fundiária	Pinheirinho	Pinheirinho	0	0	12	12
Vila Nossa Senhora da Paz	1999	Reg. Fundiária	Portão	Santa Quitéria	0	0	5	5
Vila Profeta Elias I >	1999	Reg. Fundiária	Portão	Lindóia	0	0	102	102
Vila Santa Celeste	1999	Reg. Fundiária	Bairro Novo	Sítio Cercado	0	0	36	36
Vila Sonho Dourado >	1999	Reg. Fundiária	Portão	Guaira	0	0	173	173
Vila Vale das Flores >	1999	Reg. Fundiária	RMC	Colombo	0	0	120	120
Diversos FMH -SJP/RMC	2000	Convênio	RMC	São José Pinhais	0	0	52	52
Quintas do São Francisco	2000	Convênio	CIC	Cidade Industrial	96	0	0	96

(continuação)

Empreendimento	Ano de Conclusão	Programa	Regional	Bairro	Apto	Casa	Lote	Total Hab
Dom Barusso	2000	Parceria	Bairro Novo	Ganchinho	0	0	81	81
Verona	2000	Parceria	Bairro Novo	Umbará	0	0	51	51
Vila Cruzeiro II >	2000	Reg. Fundiária	Pinheirinho	Pinheirinho	0	0	2	2
Vila Duque de Caxias	2000	Reg. Fundiária	Boqueirão	Xaxim	0	0	19	19
Vila Ferrovila - Área 4-StaClara-7Set.>	2000	Reg. Fundiária	Portão	Portão	0	0	93	93
Vila Ferrovila - Área 5-CNLPromCampanha>	2000	Reg. Fundiária	Portão	Portão	0	0	307	307
Vila Leão A e B	2000	Reg. Fundiária	Portão	Novo Mundo	0	0	460	460
Bairro Alto - Vila de Ofícios	2000	Vila de Ofícios	Boa Vista	Bairro Alto	9	0	0	9
Eucaliptos - Vila de Ofícios >	2000	Vila de Ofícios	Boqueirão	Alto Boqueirão	11	0	0	11
Santa Rita -Vila de Ofícios	2000	Vila de Ofícios	Pinheirinho	Tatuquara	0	10	0	10
Trindade - Vila de Ofícios	2000	Vila de Ofícios	Cajuru	Cajuru	0	17	0	17
TOTAL					19.216	18.998	55.763	93.977

FONTE: COHAB, 2005, disponível em www.cohab.pr.gov.br , site visitado no dia 19/12/2005.